

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com a confiança de sua administração e a força de seus mais de 22 mil colaboradores, a CSN vem há sete décadas construindo a história da indústria brasileira. A Companhia traz em seu DNA a marca do desenvolvimento desde sua criação como a primeira siderúrgica integrada do país, em Volta Redonda (RJ), essencial para a instalação do parque fabril nacional.

Nos últimos anos a CSN vem investindo continuamente na expansão e diversificação de seus negócios, de forma sustentável, criando empregos e gerando progresso e impostos que beneficiam milhões de brasileiros. Desde 2010 foram investidos mais de R\$ 16 bilhões, principalmente nos segmentos de siderurgia, mineração, cimento e infraestrutura. São ações concretas que ajudam a construir um país mais justo e desenvolvido, sempre com respeito ao meio ambiente e às comunidades.

Da diversidade vem a nossa força. Aproveitando as sinergias existentes, atuamos de forma integrada em cinco setores da economia: Siderurgia, Mineração, Logística, Cimento e Energia. Exploramos nossas fronteiras para além-mar, operando também nos Estados Unidos, Alemanha e Portugal.

Num processo competitivo global, soluções criativas e uma capacidade de reinvenção permanente são fundamentais para o desenvolvimento das empresas. Em momentos desafiadores como os que vivemos no país e no mundo, estamos mostrando nossas principais características: força, determinação e uma capacidade permanente de inovação.

Desafios nos motivam. Vamos dar continuidade à história da qual somos pioneiros e construtores de um futuro cada vez melhor.

Benjamin Steinbruch
Presidente do Conselho de Administração

2. A EMPRESA

Com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia, a CSN atua de forma integrada em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado. O sistema integrado de produção, aliado à qualidade de gestão, faz com que a CSN tenha um dos mais baixos custos de produção da siderurgia mundial.

Em 2014 o volume de aço comercializado pela CSN atingiu de 5,2 milhões de toneladas. Desse total 72% foi vendido no mercado interno e 28% exportado e vendido através das subsidiárias no exterior.

A mina própria de Casa de Pedra, localizada no município de Congonhas, em Minas Gerais, abastece a CSN com minério de ferro de alta qualidade, fundamental à produção siderúrgica. A capacidade de produção anual da mina de Casa de Pedra é de 26 milhões de toneladas, sendo 21 milhões de toneladas da planta central e 5 milhões de toneladas das plantas móveis.

A partir de 2007 a CSN e sua controlada em conjunto NAMISA comercializam minério de ferro no mercado transoceânico. A CSN administra ainda dois terminais portuários em Itaguaí (RJ), o Tecar, por onde é embarcado o minério de ferro para o mercado transoceânico e o terminal de contêineres (Sepetiba Tecon). Com a mina de Casa de Pedra, a CSN vem firmando sua posição no mercado transoceânico de minério de ferro, sendo, em conjunto com a NAMISA, o segundo maior produtor nacional. As exportações de minério de ferro são destinadas principalmente à Ásia, Europa e Oriente Médio.

A complementaridade da indústria cimenteira com a siderurgia levou a CSN a ingressar no mercado de cimento, agregando valor à escória gerada em sua produção de siderurgia.

Além do suprimento de calcário para a produção de aço na Usina Presidente Vargas, a mina de Arcos, em Minas Gerais, passou a fornecer a partir de 2011, calcário não siderúrgico para a produção de clínquer, uma das principais matérias-primas utilizadas na fabricação de cimento, demonstrando assim integração entre suas atividades.

A CSN é um dos maiores consumidores industriais de energia elétrica do país, dispo de diversos ativos de geração de energia elétrica que lhe garantem autossuficiência. Para assegurar o suprimento de energia necessário à expansão de seus negócios, a CSN vem investindo na expansão da capacidade de geração de energia. Assim, em 2014 foi concluída a instalação de uma turbina de topo com capacidade de 21 MW, no Alto Forno 3 da Usina Presidente Vargas, elevando a capacidade de geração para 446 MW.

3. PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS E INVESTIMENTOS

Dentro dos cinco segmentos em que atua de forma integrada, a CSN vem investindo na modernização de suas unidades e na expansão de sua capacidade de produção, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas. Além dos investimentos em projetos de crescimento orgânico, a Companhia analisa oportunidades de aquisição e aliança estratégica no Brasil e no exterior.

3.1 SIDERURGIA

A Usina Presidente Vargas em Volta Redonda é a principal unidade de produção siderúrgica da CSN, com uma capacidade instalada de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto. No ano de 2014, a usina produziu 4,5 milhões de toneladas de aço bruto, enquanto a produção de laminados atingiu 4,3 milhões de toneladas.

A CSN vem trabalhando na diversificação de suas atividades siderúrgicas, com a entrada no segmento de aços longos, inaugurando uma unidade de produção de vergalhões e fios-máquina em Volta Redonda, com capacidade instalada de produção de 500 mil toneladas anuais. Em 2014, foram produzidas nesta planta 90 mil toneladas de produtos destinados principalmente à indústria de construção.

A Companhia conta ainda com três subsidiárias no exterior: a CSN LLC, instalada em Terre Haute, no Estado de Indiana, nos EUA, que atua no segmento de aços planos, com unidades de laminação a frio e galvanização; a Lusosider, em Paio Pires, Portugal, que produz laminados planos, a frio e galvanizados, e a SWT, localizada em Unterwellenborn, na Alemanha, com capacidade de produção de 1 milhão de toneladas anuais de perfis de aço destinados à construção civil e industrial.

3.2 MINERAÇÃO

A CSN está posicionada como a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil. Considerando a totalidade das vendas de produtos acabados de minério de ferro da mina de Casa de Pedra e da NAMISA, a CSN comercializou em 2014 cerca de 29 milhões de toneladas, 13% superior ao volume comercializado em 2013.

Além disso, a Companhia produziu e destinou ao consumo próprio 6 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em uma primeira fase, a CSN está investindo para ampliar sua capacidade de produção em Casa de Pedra para 40 milhões de toneladas anuais. Por sua vez o Tecar embarcou cerca de 33 milhões de toneladas em 2014, um acréscimo de 14% sobre o volume embarcado em 2013.

3.3 CIMENTO

Com a implantação em 2009 de sua primeira planta de moagem de cimento em Volta Redonda, com capacidade de 2,4 milhões de toneladas por ano, a CSN produziu e comercializou em 2014 cerca de 2,2 milhões de toneladas de cimento. A Companhia vem investindo na expansão de sua capacidade de produção para 5,4 milhões de toneladas anuais de cimento. Esse volume adicional de 3,0 milhões de toneladas será obtido por meio da instalação de uma planta integrada com moagem de cimento e um novo forno de clínquer na própria mina.

3.4 LOGÍSTICA

Portos
O Sepetiba Tecon, administrado pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port), posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento. Para a expansão do Sepetiba Tecon, foram realizados investimentos em infraestrutura, com aquisição de novos equipamentos, bem como a equalização do berço 301. Esta expansão transformou o Berço 301 em um cais contínuo, permitindo operação simultânea de navios de grande porte, elevando sua capacidade para mais de 600.000 TEUs (1) anuais.

(1) TEU (Twenty Foot Equivalent Unit) - unidade de transporte equivalente ao tamanho padrão de contêiner intermodal de 20 pés

Ferrovias
A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: a MRS Logística, Transnordestina Logística S.A. e FTL (Ferrovia Transnordestina Logística).

MRS

A CSN possui, direta e indiretamente, 33,27% do capital votante da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte. Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias primas como minério de ferro, coque e carvão consumidos pela Usina Presidente Vargas. Além disso, a ferrovia é responsável por transportar todo o minério de ferro exportado e parte do aço e cimento produzidos pela CSN.

Transnordestina Logística S.A. (TLSA)

A TLSA, com o apoio do Governo Federal, está construindo a ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.728 km, que interligará o terminal ferroviário em Eliseu Martins (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará. A capacidade de operação projetada da ferrovia será de 30 milhões de toneladas/ano, sendo de importância papel no desenvolvimento da região Nordeste, criando uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, principalmente nos setores de óleo e derivados, agricultura e mineração, entre outros. Em 31/12/2014 a participação da CSN na TLSA era de 62,6%.

Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL)

A CSN detém participação de 88,41% na FTL, operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.534 km e capacidade atual de transporte de cerca de dois milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento, alumínio e minério, entre outros.

4. PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS

Reestruturação Societária em Controladas Indiretas

Em 2014, a Companhia Metalúrgica Prada adquiriu a totalidade das ações da Companhia Brasileira de Latas ("CBL"), passando a deter 100% do seu capital social. No mesmo ano a CBL passou por uma reestruturação societária, envolvendo a incorporação de três de suas controladas indiretas: Empresa de Embalagens Metálicas LBM Ltda., Empresa de Embalagens Metálicas MUD Ltda. e Companhia de Embalagens Metálicas MTM do Nordeste.

Tal reestruturação resultou em um aumento de eficiência gerencial, com a redução das despesas de natureza administrativa e financeira, concentrando em uma única estrutura organizacional todas as atividades das sociedades envolvidas.

Constituição de Empresas Controladas

Visando uma maior proximidade de seus clientes no mercado asiático, a CSN constituiu em 2014 as empresas CSN Asia Limited e Namisa Asia Limited, ambas com sede em Hong Kong e controladas indiretamente pela Companhia, firmando cada vez mais sua participação como importante player no mercado transoceânico de minério de ferro.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Relações com Investidores

A CSN continua ampliando sua comunicação com o mercado financeiro, visando aumentar a exposição da Companhia por meio de novas coberturas de instituições financeiras. Nesse sentido, a Companhia realizou em 2014 cerca de 230 reuniões e *Conference Calls*, com mais de 400 analistas e investidores.

Capital Social

O capital social da CSN é dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Controlada pela Vicunha Siderurgia S.A. e pela Rio Iaco Participações S.A., que detêm respectivamente 50,29% e 4,19% do capital total da CSN, a administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

CSN - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2014 (%)



Assembleia Geral de Acionistas

Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, a Assembleia Geral de Acionistas, órgão soberano, reúne-se para deliberar, entre outras matérias, sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, as contas apresentadas pelos administradores, demonstrações financeiras, destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos. Sempre que necessário, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por até 11 membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de um ano, com possibilidade de reeleição. Atualmente o Conselho de Administração é composto por seis membros.

O papel do Conselho de Administração consiste, entre outras atribuições, em definir e acompanhar as políticas e estratégias da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria Executiva e decidir sobre assuntos relevantes envolvendo os negócios e operações da CSN. O Conselho de Administração é responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva podendo, se necessário, criar comitês especiais de assessoramento para auxílio na execução de suas atividades.

Diretoria Executiva

Atualmente composta por cinco Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui os poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem autonomia para a tomada de decisões no que se refere às disposições da Lei Sarbanes-Oxley - Seções 301 e 407. Algumas de suas atribuições principais são: avaliar, considerar e recomendar ao Conselho de Administração a indicação, remuneração e contratação de auditor externo, bem como acompanhar a atuação das auditorias interna e externa. Com relação à contratação de auditores externos, são adotados procedimentos visando assegurar que não ocorram conflitos de interesse, dependência ou perda de objetividade do auditor no seu relacionamento com a Companhia.

Auditoria Interna

A CSN dispõe de Auditoria Interna, com atuação independente dentro da Organização, que assessora e relata fatos relevantes ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva. Cabe ainda à auditoria interna analisar a correta aplicação de recursos e prevenção de riscos ao patrimônio das empresas do grupo CSN, provendo apoio ao cumprimento dos resultados planejados, com aprimoramento dos processos e controles internos, para melhoria do desempenho financeiro e operacional das empresas, bem como para prevenir riscos de perdas, fraudes e, conseqüentemente, o comprometimento da imagem corporativa. A CSN disponibiliza canais de comunicação que permitem a funcionários, clientes, fornecedores e terceiros, denunciarem atos ilícitos ou transgressões contra a Companhia que possam afetar suas demonstrações financeiras.

Auditores Independentes

Os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, que em 2014 prestaram serviços à CSN e suas controladas, foram contratados para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento, tanto da Companhia, quanto dos seus auditores independentes, que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Honorários de auditoria

Referem-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão de relatórios trimestrais da Companhia.

Honorários relacionados à auditoria

Referem-se à elaboração e emissão de "cartas de conforto" relacionadas à proposta de emissão de títulos por subsidiárias da Companhia no exterior e processos de "due diligence".

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores

| | (R\$ mil) |
|-------------------------------------|--------------|
| Honorários de auditoria | 3.527 |
| Honorários relacionados à auditoria | 3.882 |
| Total | 7.409 |

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência dos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria Executiva declarou em 4 de março de 2015 que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Lei Sarbanes-Oxley

A Companhia possui em sua estrutura a Gerência de Riscos Corporativos, que tem como principais atribuições mapear e avaliar, em conjunto com os gestores dos processos, os controles internos necessários para mitigar riscos inerentes às operações da Companhia, que possam impactar suas demonstrações financeiras, bem como assegurar a aderência às leis, regulamentações e políticas internas por meio da estrutura de controles internos existente. Adicionalmente, tem como responsabilidade reportar o resultado desta avaliação à alta administração e ao Comitê de Auditoria, além de acompanhar os planos de ação elaborados para remediar quaisquer deficiências identificadas nos processos.

A Diretoria de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração da Companhia, também é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes.

A Companhia está na fase final da certificação de seus controles internos relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2014, em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

Em 2014, foram realizados testes para avaliar a eficácia dos controles internos da CSN, Namisa, CSN Cimentos, Transnordestina Logística S.A. e Stahlwerk Thuringen GmbH - SWT, empresas consideradas relevantes para a certificação da SOX.

Código de Ética

As empresas CSN dispõem de um Código de Ética com o objetivo de estabelecer diretrizes que orientem a conduta pessoal e profissional esperada nas relações mantidas com colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, comunidades, concorrentes e com o meio ambiente.

O código é entregue aos empregados na ocasião do treinamento de integração corporativa e é utilizado como declaração de conduta na empresa e dos compromissos assumidos. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no website da CSN, no endereço www.csn.com.br.

Um dos aspectos tratados no Código de Ética, desde sua criação, é a orientação sobre "Negócios com Ações da Empresa", com base na Instrução CVM 358/2002.

Divulgação de Atos e Fatos Relevantes

A CSN tem Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, que determina que toda divulgação seja feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM 358/2002, atendendo também à seção 409 - Divulgação em Tempo Real, da Sox. Todo Ato ou Fato Relevante é divulgado nos mercados em que as ações da empresa estão listadas, brasileiro e norte-americano.

6. INOVAÇÃO

Visando atender novas demandas do mercado e expectativas de seus clientes, a CSN investe continuamente na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, sendo que em 2014 destacam-se:

- Aços planos de alta resistência, principalmente os do tipo bifásico para carrocerias de automóveis, com crescente demanda devido ao programa "Inovar-Auto" do Governo Brasileiro;
- Aços planos galvanizados para estampagem a quente PHS (*Press Hardenable Steels*), voltados para o mercado automotivo;
- Aços longos IF (*Interstitial Free*) para fio máquina de aplicações especiais.

Em 2014 destaca-se ainda a consolidação de alguns produtos desenvolvidos pela CSN, como os aços galvanizados de alta resistência para o setor de construção, as folhas de aço especialmente desenvolvidas para embalagens de aerossóis, além da certificação de toda a linha de vergalhões da unidade de produção de aços longos em Volta Redonda.

7. PESSOAS

O modelo de gestão de Recursos Humanos da CSN se baseia em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar, investindo nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional, de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da organização. A CSN encerrou 2014 com cerca de 22 mil colaboradores e taxa de rotatividade em torno de 15%, uma das mais baixas no setor industrial.

Em 2014 foram consolidados uma série de programas de desenvolvimento gerencial, como a Escola de Líderes, com participação de cerca de 1.300 gestores, tendo como público alvo diretores, gerentes gerais, gerentes, coordenadores e supervisores.

A Companhia investe ainda em programas de capacitação voltado para jovens, que contou em 2014 com a participação de 500 estagiários e 645 jovens aprendizes, além do programa "Capacitar", destinado a jovens entre 18 e 24 anos que concluíram o Ensino Médio, que atraiu 224 participantes.

A CSN investe continuamente na capacitação de seus colaboradores, estimulando o desenvolvimento de diferenciais competitivos, concedendo bolsas de estudos para cursos de graduação, MBA, pós-graduação e especialização.

Para suportar a continuidade e expansão de seus negócios, a CSN vem investindo em programas de avaliação, identificação e desenvolvimento de potenciais gestores, formando continuamente novas lideranças alinhadas à cultura e às estratégias da organização.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os projetos de responsabilidade social da CSN têm por objetivo valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde a Companhia atua, buscando a parceria com o poder público e a sociedade civil. Em 2014, foram investidos R\$ 22 milhões nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, por meio de iniciativas da Fundação CSN e projetos desenvolvidos por instituições externas, apoiadas por incentivos fiscais.

As ações da Fundação CSN em cultura e educação estão presentes no Projeto Garoto Cidadão, que proporciona atividades socioeducativas a 2.400 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A Fundação CSN mantém duas escolas técnicas em Volta Redonda e Congonhas, que atenderam mais de 1.300 alunos em 2014, com 335 bolsas de estudos. Paralelamente, o Hotel-Escola Bela Vista em Volta Redonda oferece anualmente 176 vagas para cursos de hotelaria, proporcionando qualificação profissional em diversas áreas.

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Entre as iniciativas patrocinadas pela CSN, destacam-se a série para TV "Brasil Rico", a exposição e livro "Graffiti: Labirintos do Olhar", o "Memorial da Imigração Judaica", além dos projetos esportivos direcionados a jovens atendidos pelos Institutos Oka Kós, Passe de Mágica e Lance Livre.

Finalmente, a CSN vem desenvolvendo um mapeamento constante de stakeholders e de indicadores nos temas ambientais, sociais e econômicos para todas as suas operações, conforme diretrizes do Global Report Initiative (GRI) permitindo conhecer de forma objetiva seu desempenho e fortalecendo assim sua estratégia de sustentabilidade.

9. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Com o compromisso de desenvolver suas operações de forma sustentável, a CSN investe continuamente na gestão ambiental e no relacionamento com as comunidades das regiões onde atua. A Companhia conta com um sistema de gestão ambiental certificado pela Norma ISO 14001 na maior parte de suas unidades, mantendo um canal aberto ao público interno e externo, por meio da Linha Verde.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Oitava Emissão de Debêntures
Em janeiro de 2015, a Companhia emitiu 10.000 debêntures, em série única, quirográficas e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 100.000, com juros remuneratórios de 113,70% a.a. do CDI Celip, com vencimento final em janeiro de 2022 e opção de resgate antecipado.

Aquisição Facultativa Parcial da Sexta Emissão de Debêntures

Em janeiro de 2015, a Companhia realizou aquisições facultativas de debêntures da 1ª série de sua Sexta Emissão, totalizando a aquisição facultativa de 60.000 de debêntures, pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios acumulados, desde a última data de pagamento de juros até a data da respectiva aquisição facultativa.

11. DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém projeções e afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

As informações financeiras da CSN aqui apresentadas estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include ATIVO Circulante, Não Circulante, Realizável a Longo Prazo, PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO Circulante, Não Circulante, and TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto o (prejuízo) lucro líquido por ação)

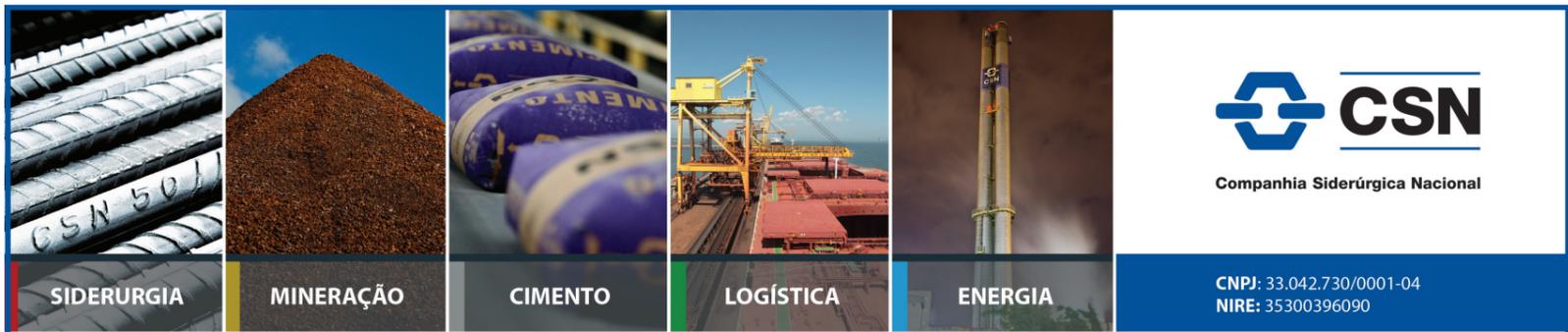
Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Receita Líquida, Lucro Bruto, Receitas (Despesas) Operacionais, Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro, Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício, Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação (em R\$).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 2014, Consolidado 2013, Controladora 2014, Controladora 2013. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Redução (Aumento) dos Ativos, Aumento (Redução) dos Passivos, CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO, VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, CAIXA e equivalentes de caixa no final do exercício, Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 2014, Consolidado 2013, Controladora 2014, Controladora 2013. Rows include Receitas, Insumos adquiridos de terceiros, Valor adicionado bruto, Retenções, Valor adicionado líquido produzido, Valor adicionado recebido em transferência, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR, DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO, Valor adicionado distribuído.



SIDERURGIA MINERAÇÃO CIMENTO LOGÍSTICA ENERGIA



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

| | Reserva de capital | | Reservas de lucros | | | | Resultados Abrangentes | | | | | | | | |
|---|--------------------|-----------------------------|--------------------|-------------|---------------------------------------|---------------------|------------------------|---------------------------------|---|-------------------------------|---|---------------------------------------|-----------------------------|---|---|
| | Capital social | Lucro na alienação de ações | Legal | Estatutária | Dividendos e JCP adicionais propostos | Ações em tesouraria | Lucros Acumulados | Ajustes acumulados de conversão | (Perdas) ganhos atuais de plano de benefício definido | Ativos disponíveis para venda | (Perda) ganho na variação percentual de investimentos | (Perda) Ganho Hedge de Fluxo de Caixa | Total do Patrimônio Líquido | Participação acionistas não controladores | Total do Patrimônio Líquido consolidado |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 4.540.000 | 30 | 336.190 | 2.794.353 | 560.000 | 3.690.543 | | (345.817) | 732.141 | | | 386.324 | 8.616.897 | 390.616 | 9.007.513 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | 509.025 | | | | | | 509.025 | 24.969 | 533.994 |
| Resultados abrangentes, líquidos de impostos | | | | | | | | 218.927 | 64.336 | 47.385 | | 330.648 | 330.648 | | 330.648 |
| Resultado abrangente do exercício | | | | | | | 509.025 | 218.927 | 64.336 | 47.385 | | 330.648 | 839.673 | 24.969 | 864.642 |
| Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais | | | | | (560.000) | (560.000) | | | | | | | (560.000) | | (560.000) |
| Destinações: | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dividendos declarados em 06 de agosto de 2013 (R\$ 144,04 por lote de mil ações) e 13 de novembro de 2013 (R\$ 274,35 por lote de mil ações) | | | | | | | (610.000) | | | | | | (610.000) | | (610.000) |
| Juros sobre Capital Próprio declarados em 06 de agosto de 2013 (R\$ 61,73 por lote de mil ações) e 13 de novembro de 2013 (R\$ 68,59 por lote de mil ações) | | | | | | | (190.000) | | | | | | (190.000) | | (190.000) |
| Constituição reserva legal | | | 25.451 | | | 25.451 | (25.451) | | | | | | | | |
| Reversão de reserva estatutária de capital de giro | | | | (316.426) | | (316.426) | 316.426 | | | | | | | | |
| Participação dos não controladores | | | | | | | | | | | | | | (443.096) | (443.096) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 4.540.000 | 30 | 361.641 | 2.477.927 | | 2.839.568 | | (126.890) | 64.336 | 779.526 | | 716.972 | 8.096.570 | (27.511) | 8.069.059 |
| Prejuízo do exercício | | | | | | | (105.218) | | | | | | (105.218) | (7.049) | (112.267) |
| Resultados abrangentes, líquidos de impostos | | | | | | | | 28.227 | (54.442) | (506.093) | (73.754) | (79.618) | (685.680) | | (685.680) |
| Ganho atuarial reciclado para lucros acumulados | | | | | | | 6.152 | (6.152) | | | | | (6.152) | | |
| Resultado abrangente do exercício | | | | | | | (99.066) | 28.227 | (60.594) | (506.093) | (73.754) | (79.618) | (691.832) | (7.049) | (797.947) |
| Ações em tesouraria adquiridas | | | | | (909.204) | (909.204) | | | | | | | (909.204) | | (909.204) |
| Ações em tesouraria canceladas | | | | (679.618) | | 679.618 | | | | | | | | | |
| Destinações: | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dividendos declarados em 29 de fevereiro de 2014 (R\$ 291,50 por lote de mil ações) e 30 de dezembro de 2014 (R\$ 202,36 por lote de mil ações) | | | | (700.000) | | (700.000) | | | | | | | (700.000) | | (700.000) |
| Reversão de reserva estatutária de capital de giro | | | | (99.066) | | (99.066) | 99.066 | | | | | | | | |
| Participação dos não controladores | | | | | | | | | | | | | | 73.067 | 73.067 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 4.540.000 | 30 | 361.641 | 999.243 | (229.586) | 1.131.298 | | (98.663) | 3.742 | 273.433 | (73.754) | (79.618) | 5.696.468 | 38.507 | 5.734.975 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional "CSN", também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, "Grupo"). A sede social da empresa está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BM&FBOvespa) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC).

As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

- Siderurgia:** Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV") localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.
- Mineração:** A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de graneis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal. O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia.
- Cimentos:** A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.
- Logística:**
 - Ferrovias:** A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. ("TLSA") e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II) e a FTL responsável pelos trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau e Propriá - Jorge Lins (Malha I).
 - Portos:** A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S.A., o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo. No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.
- Energia:** Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. A nota 24 - Informações por Segmento de Negócios apresenta o detalhamento das informações contábeis por segmento de negócios da CSN.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 04 de março de 2015.

2.b) Demonstrações financeiras consolidadas
As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic, Muga e Vértice, conforme demonstrado a seguir:

Empresas

| Empresas | Participação no capital social (%) | | Atividades principais |
|--|------------------------------------|------------|---|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | |
| Participação direta em controladas: | | | |
| consolidação integral | | | |
| CSN Islands VII Corp. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands VIII Corp. (1) | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands IX Corp. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands X Corp. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands XI Corp. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands XII Corp. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Minerals S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Participações societárias |
| CSN Export Europe, S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras e participações societárias |
| CSN Metals S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Participações societárias e operações financeiras |
| CSN Americas S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Participações societárias e operações financeiras |
| CSN Steel S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Participações societárias e operações financeiras |
| TiBB S.A. | 100,00 | 100,00 | Companhia dormente |
| Sepetiba Tecon S.A. | 99,99 | 99,99 | Serviços portuários |
| Mineração Nacional S.A. | 99,99 | 99,99 | Mineração e participações societárias |
| Companhia Florestal do Brasil | 99,99 | 99,99 | Reflorestamento |
| Estanho de Rondônia S.A. | 99,99 | 99,99 | Mineração de estanho |
| Cia. Metalic Nordeste | 99,99 | 99,99 | Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos |
| Companhia Metalúrgica Prada | 99,99 | 99,99 | Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos |
| CSN Cimentos S.A. | 100,00 | 99,99 | Fabricação de cimento |
| CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda. | 99,99 | 99,99 | Companhia dormente |
| Congonhas Minérios S.A. | 99,99 | 99,99 | Mineração e participações societárias |
| CSN Energia S.A. | 99,99 | 99,99 | Comercialização de energia elétrica |
| FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. | 88,41 | 88,41 | Logística ferroviária |
| Participação indireta em controladas: | | | |
| consolidação integral | | | |
| CSN Aceros S.A. (1) | 100,00 | 100,00 | Participações societárias |
| Companhia Siderúrgica Nacional LLC | 100,00 | 100,00 | Siderurgia |
| CSN Europe Lda. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| CSN Ibéria Lda. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| CSN Portugal, Unipessoal Lda. (1) | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras e comercialização de produtos |
| Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A. | 99,94 | 99,99 | Participações societárias e comercialização de produtos |
| Lusosider Aços Planos, S.A. | 99,99 | 99,98 | Siderurgia e participações societárias |
| CSN Acquisitions, Ltd. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras e participações societárias |
| CSN Resources S.A. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras e participações societárias |
| CSN Holdings (UK) Ltd. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras e participações societárias |
| CSN Handel GmbH | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| Companhia Brasileira de Latas | 100,00 | 59,17 | Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias |
| Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A. | 100,00 | 58,96 | Produção e comercialização de vasilhames de aço e exploração de atividades florestais |
| Companhia de Embalagens Metálicas MMSA | 99,67 | 58,98 | Produção e comercialização de latas e atividades afins |
| Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda. (2) | | 58,98 | Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades |
| Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda. (2) | | 58,98 | Produção e comercialização de produtos de utilidades domésticas e afins |
| Companhia de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste (2) | | 58,98 | Produção e comercialização de latas e atividades afins |
| Companhia de Embalagens Metálicas - MTM CSN Steel Comercializadora, S.L.U. (1) | 99,67 | 58,98 | Produção e comercialização de latas e atividades afins |
| CSN Steel Holdings 1, S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| CSN Steel Holdings 2, S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| Stalwerk Thüringen GmbH | 100,00 | 100,00 | Produção e comercialização de aços longos e atividades afins |
| CSN Steel Sections UK Limited | 100,00 | 100,00 | Companhia dormente |
| CSN Steel Sections Czech Republic s.r.o. (1) | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |

continua...

www.csn.com.br



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA



MINERAÇÃO



CIMENTO



LOGÍSTICA



ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Table with columns: Empresas, Participação no capital social (%), 31/12/2014, 31/12/2013, Atividades principais. Lists various companies and their financial details.

Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial. Includes details for Arvedi Metalfer of Brasil S.A.

Fundos Exclusivos

Table with columns: Fundos Exclusivos, Participação no capital social (%), 31/12/2014, 31/12/2013, Atividades principais. Lists investment funds.

Transações entre controladas, coligadas, joint-ventures e joint-operations

Os ganhos não realizados em transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas são eliminados na medida da participação da CSN na entidade em questão no processo de consolidação.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Controladas em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto.

Transações e participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

2.c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações financeiras, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

2.d) Moedas estrangeiras

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada subsidiária atua ("a moeda funcional").

ii. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício de 31 de dezembro de 2014 referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens monetários de operação no exterior caracterizada como investimento no exterior.

Os saldos das contas do ativo e passivo são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2014, US\$ 1 equivale a R\$ 2,8562 (R\$ 2,3426 em 31 de dezembro de 2013) e € 1 equivale a R\$ 3,2270 (R\$ 3,2265 em 31 de dezembro de 2013).

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários classificados como mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais dos investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídas nos resultados abrangentes no patrimônio.

iii. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
• As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
• Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e;

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente convertíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Os certificados de depósito que podem ser resgatados a qualquer momento sem penalidades são considerados equivalentes de caixa.

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente para suportar eventuais perdas. A avaliação da Administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição de nossos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição dessa estimativa de perdas.

2.g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra, outros custos diretos (baseados na capacidade normal de produção). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo. Os ganhos ou as perdas são reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional nas demonstrações financeiras individuais. No caso de variação cambial de investimento no exterior que apresentem moeda funcional diferente da Companhia, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta ajuste cumulativo de conversão para moeda estrangeira, no patrimônio líquido da Companhia bem como ajustes de plano de pensão e investimentos disponíveis para venda que impactam o patrimônio líquido das subsidiárias e somente são registrados ao resultado quando o investimento for vendido ou baixado por perda.

2.i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação dos não controladores na adquirida, pela parcela proporcional da participação dos não controladores no valor justo de ativos líquidos da adquirida.

2.j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 8. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída e terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. Entretanto, se os ativos tangíveis são específicos para a mina, ou seja, utilizados na atividade de mineração, estes devem ser depreciados pela vida útil normal de tais ativos, ou a vida útil da mina, o que for menor. A Companhia reconhece o valor contábil do imobilizado ao custo, ou valor justo, e o custo do ativo puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos. Os custos dos empréstimos são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais". Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração; após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Gastos com exploração e avaliação incluem:

- Pesquisa e análise de dados históricos de exploração da área;
• Estudos topográficos, geológicos, geoquímicos e geofísicos;
• Determinação do volume e a qualidade do bem mineral;
• Exame e teste dos processos e métodos de extração;
• Levantamento topográfico das necessidades de transporte e infraestrutura; e
• Estudos de mercado e estudos financeiros.

Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados pelo método de unidades produzidas (extraídas) com base nas quantidades prováveis e comprovadas de minério.

A fase de desenvolvimento inclui:
• Perfurações para definir o corpo do minério;
• Planos de acesso e drenagem; e
• Processo avançado de remoção do solo (parte superior do solo e resíduos até chegar ao depósito de minério a ser extraído) e resíduos (material não-econômico que se mistura com o corpo de minério), conhecido como estéril.

Os custos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são amortizados durante o período de vida útil da mina com base nas reservas prováveis e provadas.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério e são amortizados ao longo da vida útil da jazida.

A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado em vez de estoques.

2.k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

Direitos de exploração mineral são classificados como outros ativos no grupo de intangível. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados.

• Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No balanço patrimonial individual o ágio é incluído em investimentos. O ganho por compra vantajosa é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) incluem o valor contábil do ágio relacionado com a UGC vendida.

O ágio é alocado às UGCs para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, não sendo a unidade maior que o segmento operacional.

• Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear durante a vida útil estimada de 01 a 05 anos.

2.l) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização e ou depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.m) Benefícios a empregados

i. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes, e posteriormente são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

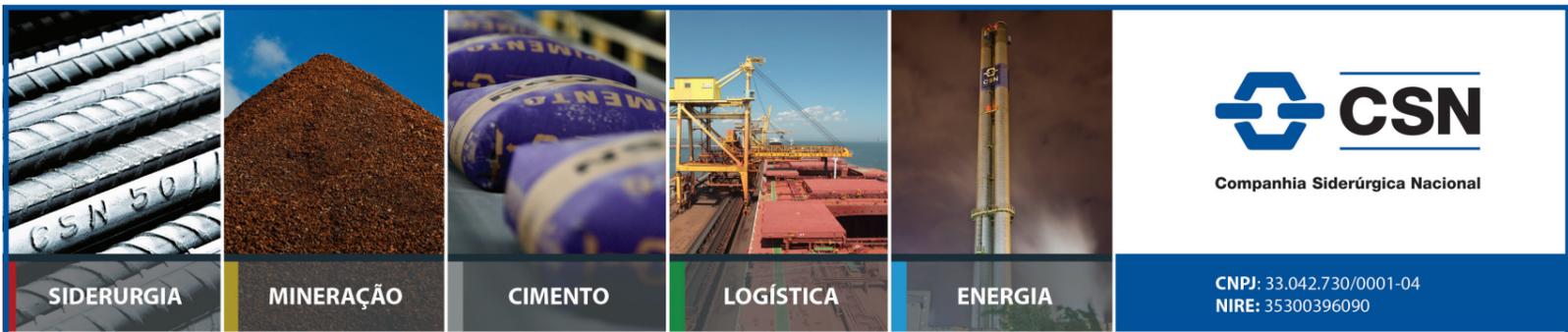
2.o) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais que englobam as seguintes modalidades de serviços: transporte ferroviário de minério de ferro e transporte das exportações e escoamento de material acabado para o mercado interno; desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário da região nordeste do Brasil; operação do terminal de granéis sólidos e do terminal de contêineres no Porto de Itaguaí. Todos os contratos de concessão que a Companhia mantém atualmente foram avaliados à época da outorga como arrendamentos operacionais. Os arrendamentos operacionais são aqueles em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador. Os pagamentos efetuados para os arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.p) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

continua...



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de *incoterm* do contrato.

2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos não avaliados por equivalência patrimonial, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução do valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.s) Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurções de tributos sobre o lucro e renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa decretada ou substancialmente decretada na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de água. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.t) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, conseqüentemente, o lucro/prejuízo por ações diluído é igual ao lucro/prejuízo por ações básico.

2.u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação. Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

2.v) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.w) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

• Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

• Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

• Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos. As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda têm o seu reconhecimento dividido da seguinte forma: (i) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo sobre o investimento no capital da investida são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e; (ii) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo da opção são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contêm o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

ii. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*).

• Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

- Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:
- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
 - torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
 - o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
 - dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Mudanças econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.
- O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada

de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

• Ativos classificados como disponíveis para venda

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (*impaired*). A determinação do que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificado do patrimônio e reconhecido na demonstração de resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado. A CSN eletivo a análise de *impairment* de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 11.

iii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

• Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo.

• Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedoros.

• Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Instrumentos derivativos e atividades de hedge

• Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica "Resultado Financeiro" na demonstração do resultado.

• Atividades de hedge

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos passivos financeiros como instrumento de *hedge* de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (*hedge* de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge* (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que as operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "*Hedge Accounting*". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos em resultado financeiro, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado. Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização de *Hedge Accounting* ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de *Hedge Accounting*, todo ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda será reclassificado para o resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Resultado Financeiro". As movimentações dos valores de *hedge* denominados como *Hedge* de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 11 (iv).

2.x) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide nota 24).

2.y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, os quais são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

2.z) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção aprovada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

| Norma | Descrição | Vigência |
|------------------|--|----------|
| IAS 16 e IAS 38 | "Ativo imobilizado" e "Ativos intangíveis" - em maio de 2014, foram revisadas as regras contábeis mencionadas, esclarecendo que o método baseado em receitas não será permitido para depreciação ou amortização. | 2016 |
| IAS 27 | "Demonstrações financeiras separadas" - em agosto de 2014, foi revisada a regra que trata das demonstrações financeiras separadas, permitindo a contabilização dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial. A Companhia já adota este método por requerimento da legislação brasileira e essa alteração não trará impactos às demonstrações financeiras. Esta alteração ainda não foi editada pelo CPC e deve ser adotada a partir de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. | 2016 |
| IFRS 10 e IAS 28 | "Demonstrações consolidadas" e "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto" - em setembro de 2014, foi emitida uma revisão propondo que o ganho ou perda como resultado da venda ou contribuição de uma subsidiária que não constitui um negócio, como definido no IFRS 3, entre um investidor e sua controlada ou controlada em conjunto é reconhecido apenas na participação dos investidores não relacionados na controlada ou controlada em conjunto. | 2016 |
| IFRS 7 | "Instrumentos financeiros: Divulgação" - em setembro de 2014, o IASB revisou a regra IFRS 7, colocando um guia para decidir quando um contrato de serviço tem envolvimento contínuo e que os requerimentos de divulgação adicional não são especificamente para períodos interinos. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC e deve ser adotada a partir de 2016. | 2018 |
| IFRS 9 | "Instrumentos Financeiros". O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relacionada ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de <i>hedge</i> continua aplicável. | 2017 |
| IFRS 15 | "Receita de contratos com clientes". Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações. | |

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|------------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Circulante | | | | |
| Disponibilidades | | | | |
| Caixa e Bancos | 192.595 | 178.920 | 14.638 | 36.553 |
| Aplicações Financeiras | | | | |
| No País: | | | | |
| Títulos públicos | 246.407 | 48.206 | 205.304 | 42.575 |
| Títulos privados | 486.730 | 240.852 | 264.500 | 57.564 |
| | 733.137 | 289.058 | 469.804 | 100.139 |
| No Exterior: | | | | |
| Time Deposits | 7.760.289 | 9.527.694 | 2.661.951 | 69.392 |
| Total das Aplicações Financeiras | 8.493.426 | 9.816.752 | 3.146.383 | 170.071 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.686.021 | 9.995.672 | 3.146.383 | 206.624 |

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimento, considerados exclusivos, que foram consolidados, com operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos, com rendimento pré-fixado, e com liquidez imediata.

Os títulos privados são aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) e os títulos públicos são basicamente operações compromissadas lastreadas em Notas e Letras do Tesouro Nacional. Os fundos são administrados pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTM e pela Caixa Econômica Federal (CEF) e os ativos desses fundos respondem por eventuais perdas nos investimentos e operações realizadas. Os investimentos dos fundos foram consolidados também nas demonstrações financeiras individuais.

Parte significativa dos seus recursos financeiros e de suas controladas no exterior é aplicada em *Time Deposits* com bancos de primeira linha e são remuneradas a taxas pré-fixadas. Adicionalmente, em 2014 ocorreram reduções de capital nas controladas no exterior no qual resultou um aumento de caixa na Controladora, vide nota 7 (b).

4. CONTAS A RECEBER

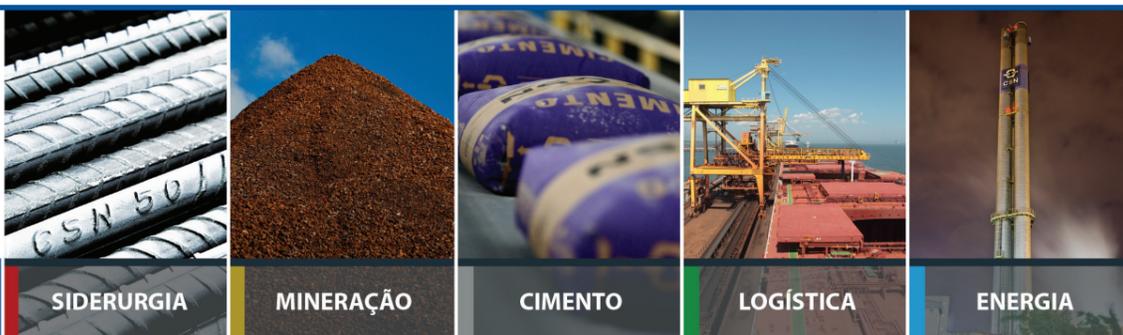
| | Consolidado | | Controladora | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Cientes | | | | |
| Terceiros | | | | |
| Mercado interno | 861.518 | 790.225 | 548.417 | 545.927 |
| Mercado externo | 762.935 | 950.145 | 87.668 | 80.434 |
| | 1.624.453 | 1.740.370 | 636.085 | 626.361 |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | (127.223) | (114.172) | (93.536) | (88.514) |
| | 1.497.230 | 1.626.198 | 542.549 | 537.847 |
| Partes Relacionadas (Nota 17 - b) | 153.737 | 107.443 | 969.343 | 632.645 |
| | 1.650.967 | 1.733.641 | 1.511.892 | 1.170.488 |

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Table with financial data for 'Outras Contas a Receber' comparing 31/12/2014 and 31/12/2013, including consolidated and controlled amounts.

(*) Reversão de dividendos da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. no valor de R\$ 484.946, conforme nota 7.b.
A composição do saldo bruto do contas a receber de clientes terceiros é demonstrado da seguinte forma:

Table showing the composition of the gross balance of accounts receivable from third-party clients for 31/12/2014 and 31/12/2013.

De acordo com a política comercial interna da CSN e a manutenção de seus recebimentos de curto prazo (até 7 dias), a Companhia possui operações de cessão de crédito sem cobrança, em que após a cessão das duplicatas/títulos do cliente e recebimento dos recursos provenientes do fechamento de cada operação, a CSN líquida o contas a receber e se desobriga integralmente do risco de crédito da operação.

Table showing the movement of accounts receivable from clients of the Company for 31/12/2014 and 31/12/2013, including consolidated and controlled amounts.

5. ESTOQUES

Table showing inventory levels for 31/12/2014 and 31/12/2013, categorized by products like finished goods, raw materials, and iron ore.

7. INVESTIMENTOS

7.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

Large table detailing direct investments in controlled companies, including company names, shareholdings, and financial data for 31/12/2014 and 31/12/2013.

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/prejuízo do exercício refere-se a participação detida pela CSN nessas empresas.

7.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

Table showing the movement of investments in controlled companies for 31/12/2014 and 31/12/2013.

(1) Refere-se à redução de capital nas empresas controladas CSN Steel, CSN Americas, CSN Metais, CSN Minerais e CSN Export.
(2) Em 28 de março de 2014, a Assembleia Geral Ordinária da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A., decidiu pela destinação integral do resultado do exercício de 2012 para as contas de Reserva de Investimento e Reserva de Contingências.

Resultado equivalência de controladas em conjunto

Table showing the results of equivalent companies in the consolidated group for 31/12/2014 and 31/12/2013.

7.c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon")
Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres nº 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S.A.

As movimentações nas perdas estimadas em estoques são as seguintes:
Consolidado 31/12/2014 31/12/2013
Saldo inicial (Perdas)/Reversões estimadas em estoques de baixa rotatividade e obsolescência (10.396) 5.975

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O grupo de outros ativos circulantes e outros ativos não circulantes possuem a seguinte composição:

Table showing the composition of other current and non-current assets for 31/12/2014 and 31/12/2013.

(1) Refere-se ao excesso de depósito judicial originado pelo programa do REFIN de 2009.
(2) Refere-se principalmente a PIS/COFINS e ICMS sobre aquisição de ativo fixo os quais serão recuperados por um período de até 48 meses e imposto de renda e contribuição social a compensar.



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O aumento de capital na FTL foi resultado da cisão parcial da TLSA, e, assim, não teve efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Embora o percentual de participação da Companhia na FTL tenha diminuído, a Companhia ainda controla a FTL, que está totalmente consolidada em suas demonstrações financeiras.

7.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (joint ventures) e em operações em conjunto (joint operations)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir:

| | 31/12/2014 | | | | | | 31/12/2013 | | | | | |
|--|-------------------------|------------------|---------------|----------------------------|----------------|----------------|-------------------------|------------------|---------------|----------------------------|----------------|----------------|
| | Nacional | | MRS | | Itá | | Nacional | | MRS | | Itá | |
| | Minérios (*) | Logística | CBSI | Transnorddestina Logística | Energética | CGPAR | Minérios (*) | Logística | CBSI | Transnorddestina Logística | Energética | CGPAR |
| Participação (%) | 60,00% | 27,27% | 50,00% | 62,64% | 48,75% | 50,00% | 60,00% | 27,27% | 50,00% | 77,30% | 48,75% | 50,00% |
| Balanco Patrimonial | | | | | | | | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.499.139 | 266.905 | 925 | 511.586 | 31.436 | 27.253 | 4.815.211 | 471.079 | 12.897 | 195.830 | 45.894 | 28.582 |
| Adiantamento a fornecedores | 250.469 | 13.994 | 98 | | 364 | 337 | 423.246 | 8.423 | 69 | | 499 | 552 |
| Outros ativos circulantes | 309.054 | 532.016 | 30.164 | 54.196 | 15.859 | 32.146 | 409.605 | 621.698 | 21.338 | 39.183 | 16.183 | 32.503 |
| Total ativo circulante | 6.058.662 | 812.915 | 31.187 | 565.782 | 47.659 | 59.736 | 5.648.062 | 1.101.200 | 34.304 | 235.013 | 62.576 | 61.637 |
| Ativo não circulante | | | | | | | | | | | | |
| Adiantamento a fornecedores | 9.236.170 | | | | | | 8.522.067 | | | | | |
| Outros ativos não circulantes | 129.504 | 503.849 | 86 | 253.307 | 32.371 | 85 | 171.393 | 414.624 | 4 | 229.280 | 34.029 | 11 |
| Investimentos, Imobilizado e Intangível | 1.431.643 | 5.867.645 | 6.083 | 5.750.208 | 568.883 | 63.557 | 1.356.909 | 5.281.642 | 6.872 | 5.080.841 | 603.268 | 45.405 |
| Total ativo não circulante | 10.797.317 | 6.371.494 | 6.169 | 6.003.515 | 601.254 | 63.642 | 10.950.369 | 5.696.266 | 6.876 | 5.310.121 | 637.297 | 45.416 |
| Total do Ativo | 16.855.979 | 7.184.409 | 37.356 | 6.569.297 | 648.913 | 123.378 | 15.698.431 | 6.797.466 | 41.180 | 5.545.134 | 699.873 | 107.053 |
| Passivo circulante | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 368.818 | 382.332 | | 187.331 | | 25.520 | 42.247 | 333.796 | | 97.681 | | 20.053 |
| Outros passivos circulantes | 429.345 | 851.890 | 27.718 | 84.594 | 29.986 | 52.744 | 1.318.884 | 841.681 | 22.437 | 51.901 | 35.174 | 36.733 |
| Total passivo circulante | 798.163 | 1.234.182 | 27.718 | 271.925 | 29.986 | 78.264 | 1.361.131 | 1.175.477 | 22.437 | 149.582 | 35.174 | 56.786 |
| Passivo não circulante | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 29.541 | 2.657.635 | | 4.223.796 | | 23.443 | 339.961 | 2.566.412 | | 3.479.420 | | 21.664 |
| Outros passivos não circulantes | 243.231 | 444.379 | 2.674 | 3.172 | | 8.551 | 86.694 | 390.228 | 10.050 | 201.900 | 1.870 | 18.956 |
| Total passivo não circulante | 272.772 | 3.102.014 | 2.674 | 4.226.968 | | 31.994 | 426.655 | 2.956.640 | 10.050 | 3.681.320 | 1.870 | 40.826 |
| Patrimônio líquido | 15.785.044 | 2.848.213 | 6.964 | 2.070.404 | 618.927 | 13.120 | 13.910.645 | 2.665.349 | 8.693 | 1.714.232 | 662.829 | 9.647 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 16.855.979 | 7.184.409 | 37.356 | 6.569.297 | 648.913 | 123.378 | 15.698.431 | 6.797.466 | 41.180 | 5.545.134 | 699.873 | 107.053 |
| | 01/01/2014 a 31/12/2014 | | | | | | 01/01/2013 a 31/12/2013 | | | | | |
| | Nacional | | MRS | | Itá | | Nacional | | MRS | | Itá | |
| | Minérios (*) | Logística | CBSI | Transnorddestina Logística | Energética | CGPAR | Minérios (*) | Logística | CBSI | Transnorddestina Logística | Energética | CGPAR |
| Participação (%) | 60,00% | 27,27% | 50,00% | 62,64% | 48,75% | 50,00% | 60,00% | 27,27% | 50,00% | 77,30% | 48,75% | 50,00% |
| Demonstrações de Resultados | | | | | | | | | | | | |
| Receita Líquida | 1.474.633 | 3.063.061 | 161.372 | 14 | 136.565 | 278.855 | 2.369.836 | 3.038.142 | 109.650 | 58.465 | 153.105 | 178.762 |
| Custos dos Produtos e Serviços Vendidos | (1.214.196) | (2.013.846) | (150.411) | | (86.751) | (234.944) | (1.346.658) | (1.926.923) | (96.502) | (60.840) | (79.745) | (148.998) |
| Lucro Bruto | 260.437 | 1.049.215 | 10.961 | 14 | 49.814 | 43.911 | 1.023.178 | 1.111.219 | 13.148 | (2.375) | 73.360 | 29.764 |
| (Despesas) e Receitas Operacionais | (277.648) | (282.736) | (8.934) | (28.459) | (46.182) | (3.572) | (192.863) | (277.814) | (6.399) | (315.776) | (44.154) | (1.402) |
| Resultado Financeiro Líquido | 1.651.891 | (190.294) | 69 | (15.383) | 2.972 | (1.309) | 1.621.386 | (114.637) | 751 | (18.843) | 1.266 | 306 |
| Lucro antes do IR/CSL | 1.634.680 | 576.185 | 2.096 | (43.828) | 6.604 | 39.030 | 2.451.701 | 718.768 | 7.500 | (336.994) | 30.472 | 28.668 |
| IR/CSL correntes e diferidos | (512.913) | (196.792) | (946) | | (2.279) | (13.030) | (1.543.876) | (245.748) | (2.584) | 178.937 | (10.263) | (9.614) |
| Lucro líquido do exercício | 1.121.767 | 379.393 | 1.150 | (43.828) | 4.325 | 26.000 | 907.825 | 473.020 | 4.916 | (158.057) | 20.209 | 19.054 |

(*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados da Nacional Minérios S.A.

Os valores do balanço patrimonial e da demonstração de resultados do exercício referem-se a 100% dos resultados das empresas.

*** NACIONAL MINÉRIOS S.A. - ("Namisa")**

Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no Estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2008, 40% do capital da Namisa passou a ser detido pela Big Jump Energy Participações S.A. ("Big Jump"), cujos acionistas eram a Posco e a Brazil Japan Iron Ore Corp. ("BJIOC" ou "Consórcio"), um consórcio de empresas asiáticas formado pela Itochu Corporation, Nippon Steel, JFE Steel Corporation, Sumitomo Metal Industries Ltd., Kobe Steel e Nishin Steel Co. Ltd., passando a CSN a deter participação de 60% no capital.

Em 30 de julho de 2009 a Namisa incorporou a sua controladora Big Jump Energy Participações S.A., passando as empresas Posco e BJIOC a deter participação direta na Namisa. Em 2011, a Nippon Steel e a Sumitomo Metal Industries, até então integrantes da BJIOC, alienaram sua participação para os demais integrantes do Consórcio, o que foi seguido pela entrada de uma nova acionista, a China Steel Corp. ("CSC"). Após essas transações, a nova estrutura societária da Namisa passou a ter a seguinte configuração: CSN 60%, BJIOC 32,52%, Posco 6,48% e CSC 1%. A participação da CSN na Namisa não foi alterada como resultado de nenhum desses eventos.

Conforme o IFRS 10 Item B55 ao avaliar se uma entidade tem o controle sobre a controlada, deve-se determinar se a investidora está exposta a, ou se tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. O Acordo de Acionistas dá tanto ao consórcio como à CSN, por meio de direitos substantivos, o poder de interferir na condução normal dos negócios da Namisa, atuando ativamente nas definições do orçamento, políticas contábeis, gastos de capital, remuneração dos administradores, política de distribuição de dividendos, entre outros assuntos.

O referido Acordo de Acionistas prevê também que determinadas situações de natureza extrema não resolvíveis entre os acionistas após procedimentos de mediação e negociação entre os diretores executivos das partes, podem ensejar o direito de a CSN exercer opção de compra e de o Consórcio exercer opção de venda da participação acionária detida pelo Consórcio na Namisa.

Outros contratos celebrados para viabilizar a referida associação, dentre eles o contrato de aquisição de ações e os contratos operacionais de longo prazo entre a Namisa, CSN e o Consórcio, prevêm determinadas obrigações de fazer que, se não cumpridas nem sanadas nos prazos previstos, podem ensejar, em situações específicas, o direito à parte prejudicada de exercer opção de venda ou de compra, conforme o caso, da participação acionária do Consórcio na Namisa.

A variação relevante no lucro líquido da Namisa em 2013 deve-se principalmente à adesão aos programas de Parcelamento trazidos pela Lei nº 12.865/13 e nº 11.941/09, que gerou um efeito líquido negativo na controlada em conjunto no valor de R\$ 889.772, refletindo na controladora, via equivalência patrimonial, o valor de R\$ 533.863 referente a 60% de participação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2014, os acionistas aprovaram redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 777.930, sem cancelamento de ações. Ao final do prazo legal de 60 dias a contar da publicação da ata da assembleia, a redução do capital social da Companhia se tornará efetiva.

Nova aliança estratégica formada com o Consórcio Asiático

Em 11 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da CSN aprovou o estabelecimento de uma aliança estratégica com o Consórcio Asiático. A transação consiste em uma "joint venture" entre a CSN e o Consórcio Asiático por meio da qual o Consórcio Asiático contribuirá sua participação de 40% na Namisa para a empresa Congonhas Minérios S.A. ("Congonhas Minérios"), uma subsidiária não operacional da CSN, e a CSN contribuirá a mina de minério de ferro Casa de Pedra, sua participação de 60% na Namisa, 8,63% de sua participação na MRS e ativos e direitos para administrar e operar a concessão relacionada ao Porto TECAR.

Considerando os aportes da CSN e do Consórcio Asiático na transação bem como ajustes decorrentes das negociações entre as partes, imediatamente após o fechamento a CSN e o Consórcio Asiático detêm, respectivamente, 88,25% e 11,75% do capital social da Congonhas Minérios em uma base livre de dívida e caixa. As participações finais serão determinadas considerando os ajustes de dívida, caixa e diferença de capital de giro no fechamento.

A transação também inclui um mecanismo de "earn-out", o qual, no caso de um evento de liquidez qualificado que ocorra dentro de determinados parâmetros de valoração e dentro de um período de tempo acordado após o fechamento da operação, poderia diluir a participação do Consórcio na Congonhas Minérios de 11,75% até 8,21%.

O principal propósito da transação é o de capturar sinergias entre os negócios envolvidos nessa reorganização e gerar valor aos acionistas a fim de criar uma empresa de classe mundial. As principais sinergias identificadas estão relacionadas à otimização de procedimentos, eficiências na operação e redução de custos operacionais e expansão do capital.

Parte da produção de minério de ferro da Congonhas Minérios será vendida para os membros do Consórcio Asiático e para a CSN. Esses direitos serão refletidos em contratos de fornecimento de longo prazo.

O fechamento da transação está sujeito ao consentimento das partes sobre um plano de negócios, a aprovações regulatórias de autoridades antitruste e de autoridades governamentais responsáveis pela regulação de direitos minerais, além de outras condições precedentes comuns nesse tipo de transação. A data de fechamento está prevista para ocorrer no final de 2015.

*** ITÁ ENERGÉTICA S.A. - ("ITASA")**

A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tinha por objetivo construir e, em regime de concessão compartilhada, explorar a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentre as atribuições da empresa, estava a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e a obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.

*** MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")**

Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, privatizada em 20 de setembro de 1996.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui diretamente participação de 27,27% e indiretamente, por meio de sua controlada em conjunto Namisa, participação de 6% no capital social da MRS.

A MRS poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando a ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis por igual período por decisão exclusiva da concedente, a MRS arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga. Ao final da concessão, todos os bens arrendados serão transferidos à posse da operadora de transporte ferroviário designada naquele mesmo ato.

*** CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA**

A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande na cidade de Conquista - MG e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo.

A CSN detém 17,92% do investimento no consórcio, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, sendo que esta é distribuída de acordo com o percentual de participação de cada empresa.

O saldo do imobilizado, líquido de depreciação em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 28.250 (R\$ 29.417 em 31 de dezembro de 2013) e o valor da despesa em 2014 é R\$ 5.302 (R\$ 6.024 em 2013).

*** CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI")**

O investimento é resultado de uma joint operation constituída entre a CSN e a CKLS Serviços Ltda. Situada na cidade de Aracaju-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

*** CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A. ("CGPAR")**

O investimento é resultado de uma joint venture constituída entre a CSN e a GPA Construção Pesada e Mineração Ltda. Sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, a CGPAR possui como principais atividades a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.

*** TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("TLSA")**

Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém ("Malha II").

Em 20 de setembro de 2013, a TLSA celebrou (i) Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Nordeste, que compreende os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojado a Recife, Itabaiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins ("Malha I") e de Missão Velha a Salgueiro, Salgueiro a Trindade, Trindade a Eliseu Martins, Salgueiro a Porto de Suape e Missão Velha a Porto de Pecém ("Malha II")

para nele incluir as obrigações assumidas pela TLSA relativas à implantação da Malha II, bem como a readequação dos trechos que a compõem e (ii) Termo de Ajustamento de Conduta entre a ANTT e a TLSA, com a finalidade de sanar as pendências existentes entre as partes.

Também foram assinados naquela data (i) um novo Acordo de Acionistas da TLSA entre CSN, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("Valec"), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE ("FDNE") e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR"), com a intervenção da TLSA, cuja finalidade ficava condicionada à cisão desproporcional da TLSA, que seria implementada nos termos da Resolução ANTT nº 4.042/2013; e (ii) Acordo de Investimentos entre CSN, Valec e FDNE, com a intervenção da TLSA, que, além de outros temas, trata do novo orçamento e das fontes de recursos que precisarão ser aportados na TLSA ou financiados para a implantação da Malha II.

Em 27 de dezembro de 2013, dando prosseguimento ao processo de reorganização acima descrito, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão desproporcional da TLSA, efetivando-se a segregação dos ativos da Malha I e Malha II.

Essa reestruturação teve por objetivo o equilíbrio econômico-financeiro da concessão da Malha Nordeste, levando à prorrogação do período de concessão para exploração dos serviços da Malha II, que poderá chegar até 2057, e a segregação de ativos ligados à Malha I, os quais foram incorporados pela controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") com a manutenção, na TLSA de ativos correspondentes à Malha II. Em razão disso, a TLSA procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 279.296, reconhecida na rubrica "Outras despesas operacionais" na controlada e no consolidado de R\$ 216.446, em 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano.

Em decorrência da cisão a CSN passou a deter 88,41% de participação na FTL e 77,30% de participação na TLSA, em 31 de dezembro de 2013. Com a efetivação da cisão, o novo Acordo de Acionistas se tornou eficaz, passando o controle a ser compartilhado com acionistas integrantes do bloco público, que passaram a deter direitos substantivos sobre certas decisões relevantes da empresa e interferir na condução normal dos negócios, assim como a CSN, atuando nas definições do orçamento, políticas internas, gastos de capital, endividamento, entre outros, caracterizando, desta forma, a perda do controle pela CSN, de acordo com as regras específicas do IFRS.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o IFRS 10, correspondente ao CPC 36(R3) a CSN reverteu todos os ativos e passivos da TLSA e participações de não controladores e passou a registrar a participação remanescente neste investimento pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Após este reconhecimento inicial, o investimento passa a ser apurado pelo método de equivalência patrimonial.

O valor justo do investimento remanescente na TLSA foi determinado de acordo com o IFRS 13 - Mensuração do valor justo. A Companhia utilizou a técnica de receita estimada para determinar o valor justo dos fluxos de caixa futuros de investimentos, receita líquida e as despesas obtidas a partir da operação da Malha II, com base no seu plano de negócios para TLSA, que incluiu a capacidade dos volumes dos produtos, preços, condições de mercado, etc.. Adicionalmente, a Companhia considerou na determinação do valor justo o seguinte: (i) contrato de concessão da TLSA expira em 2057; (ii) a taxa de retorno estabelecida no contrato de concessão da TLSA não pode exceder 6,75% ao ano mais a inflação, calculada pelo IPCA, durante a vigência da concessão, e (iii) no caso de taxa de retorno atingido o limite da taxa de concessão antes de 2057, o contrato de concessão vai expirar naquele momento.

O ganho gerado pela perda de controle no investimento reconhecido no resultado em outras receitas operacionais em 2013 pode ser assim demonstrado:

| | Consolidado | Controladora |
|--|----------------|----------------|
| | 31/12/2013 | 31/12/2013 |
| (+) Valor justo do investimento remanescente | 1.984.204 | 1.984.204 |
| (-) Valor contábil dos ativos líquidos | 1.899.438 | 1.510.305 |
| (+) Valor contábil de não controladores | 389.133 | |
| Ganho na perda de controle na Transnordestina | 473.899 | 473.899 |
| (-) Imposto de renda e contribuição social | 161.126 | 161.126 |
| Ganho na perda de controle, líquido de imposto de renda e contribuição social (*) | 312.773 | 312.773 |

(*) A mais valia será amortizada mensalmente a partir da conclusão da obra até a data final da concessão.

Em abril de 2014 os acionistas da TLSA aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 400.000, com a emissão de 7.278.020 ações preferenciais de classe "A", as quais foram totalmente subscritas pela acionista Valec, e integralizadas mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFA) detidos pela referida acionista contra a TLSA. Devido a esse aumento, a CSN deixou de ter 77,30% de participação no capital, passando a ter 62,68% do capital social total da TLSA.

Em outubro de 2014 o BNDES exerceu sua opção de compra de ações da TLSA, conforme Termo de Compromisso celebrado entre as partes, adquirindo 13.174 ações ordinárias detidas pela CSN pelo montante de R\$ 13. Devido a essa transação, a CSN passou a deter 62,64% do capital social da TLSA. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram a variação na participação no ano de 2014, a Companhia registrou um ganho no montante de R\$ 647 registrado no patrimônio líquido.

7.e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior

*** STAHLWERK THURINGEN GMBH ("SWT")**

A SWT foi constituída em 1992, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhutte, na cidade de Untervellenborn na Alemanha, produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel, subsidiária da CSN.

*** COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - LLC ("CSN LLC")**

Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware - EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas, subsidiária da CSN.

*** LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. ("Lusosider")**

Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos laminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

7.f) Outros investimentos

*** PANATLÂNTICA S.A. ("Panatlântica")**

Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado como disponível para venda e é avaliado a valor justo.

A Companhia detém



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. IMOBILIZADO

Table with columns: Consolidado, Terrenos, Edificações Infra-estrutura, Máquinas, equipamentos e instalações, Móveis e Utensílios, Obras em andamento, Outros (*), Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2013, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2013, Efeito de variação cambial, Aquisições, Juros capitalizados, Baixas, Depreciação, Transferência para outras categorias de ativos, Transferências para intangível, Outros, Saldo em 31 de dezembro de 2014, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2014.

Table with columns: Consolidado, Terrenos, Edificações Infra-estrutura, Máquinas, equipamentos e instalações, Móveis e Utensílios, Obras em andamento, Outros (*), Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2013, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2013, Aquisições, Juros capitalizados, Baixas, Depreciação, Transferências para outras categorias de ativos, Transferências para intangível, Outros, Saldo em 31 de dezembro de 2014, Custo, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2014.

(*) Referem-se substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pátios, trilhos e dormentes e benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

Segue abertura dos projetos que compõem as obras em andamento:

Table with columns: Descrição do projeto, Data de início, Data de conclusão, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Logística (Equalização do Berço 301) and Mineração (Expansão da capacidade produtiva de Casa de Pedra).

Table with columns: Descrição do projeto, Data de início, Data de conclusão, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Siderurgia (Implementação da fábrica de aços longos) and Cimentos (Construção das fábricas de cimento).

Total Obras em andamento
(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1 e Separadores Magnéticos;
(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;
(3) Operações iniciadas no 1º semestre de 2014, em andamento negociações com adiamento de novas plantas;
(4) Data prevista para conclusão do Centro de Serviços/Mogi;
(5) Data prevista para conclusão da unidade de Minas Gerais.

Dada a necessidade de revisão das vidas úteis, no mínimo a cada exercício, a administração realizou em 2014 a revisão para todas as unidades da Companhia. Devido ao investimento corrente em manutenção nos equipamentos do parque fabril, o trabalho de revisão de vida útil constatou um alongamento no prazo de vida útil das máquinas e equipamentos. Dessa forma, as vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Table with columns: Descrição do projeto, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Edificações, Máquinas, equipamentos e instalações, Móveis e utensílios, Outros.

8.a) Juros capitalizados

Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$ 165.789 em 31 de dezembro de 2014 no consolidado e controladora (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 490.747 no consolidado e R\$ 309.073 na controladora). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de cimento, mineração e aços longos que reterem substancialmente a: (i) nova planta integrada de cimento (MG); (ii) expansão da Casa de Pedra; (iii) usina de aços longos em Volta Redonda (RJ), vide notas 23 e 29.

Abaixo estão demonstradas as taxas utilizadas para as capitalizações dos custos de empréstimos:

Table with columns: Taxas, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Projetos específicos, Projetos não específicos.

8.b) Despesa de depreciação

As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

Table with columns: Descrição do projeto, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Custo de Produção, Despesa Vendas, Despesa Geral e Administrativas, Outras operacionais (*).

(*) Refere-se à depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis, vide nota 22.

8.c) Direitos minerários

A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração de Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de sua propriedade. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo do imobilizado líquido de Casa de Pedra era de R\$ 3.452.947 (R\$ 3.277.205 em 31 de dezembro de 2013).

9. INTANGÍVEL

Table with columns: Consolidado, Controladora, Ágio, Relações com Clientes, Software, Marcas e patentes, Outros, Total, Ágio, Software, Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2013, Custo, Amortização acumulada, Ajuste pelo valor recuperável acumulado, Saldo em 31 de dezembro de 2013, Efeito de variação cambial, Aquisições e gastos, Transferência do imobilizado, Amortização, Saldo em 31 de dezembro de 2014, Custo, Amortização acumulada, Ajuste pelo valor recuperável acumulado, Saldo em 31 de dezembro de 2014.

O prazo de vida útil estimada para o exercício corrente são as seguintes:

Table with columns: Consolidado, Controladora, Software, Relações com clientes. Rows include Software, Relações com clientes.

* Teste para verificação de impairment do ágio e marcas e patentes

Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos em que o ágio é monitorado pela alta administração da Companhia, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Table with columns: Unidade Geradora de Caixa, Segmento, 31/12/2014, 31/12/2013, Investidora. Rows include Embalagens (*), Aços planos, Aços longos.

(*) O ágio da UGC (Unidade Geradora de Caixa) Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) registrada em 2011 na linha de outras receitas e despesas operacionais da demonstração do resultado do exercício no montante de R\$ 60.861. Durante o 4º trimestre de 2013, a Companhia identificou novamente a necessidade de reduzir o valor recuperável do ágio da UGC Embalagens e contabilizou o valor de R\$ 48.469.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é determinado com base em cálculos do valor em uso.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de três anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual atua a Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). Para a UGC Embalagem, foi utilizada a metodologia do valor justo dos ativos, por meio da contratação de empresa especializada em avaliação de ativos tangíveis.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado, são conforme abaixo:

Table with columns: Moeda Estrangeira, Moeda Nacional, Taxas a.a. (%), Passivo Circulante, Passivo não Circulante, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Pré-Pagamento, Bônus Perpétuos, Fixed Rate Notes, Intercompany, Outros, BNDES/FINAME, Debêntures, CCB, Intercompany, Outros, Total de Empréstimos e Financiamentos, Custos de Transação e Prêmios de Emissão, Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação.

Os saldos de pré-pagamentos com partes relacionadas da controladora totalizam R\$ 5.302.985 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.943.964 em 31 de dezembro de 2013) e os saldos de Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds totalizam R\$ 2.781.330 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.452.956 em 31 de dezembro de 2013), vide nota 17b.



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

Table with columns for year (2016-2020, Após 2021, Bônus Perpétuos), Consolidado, and Controladora, showing values and percentages.

Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício corrente:

Table with columns for Saldo Inicial, Captações, Amortizações, Perda de controle na Transnordestina, Outros (*), and Saldo final, split into Consolidado and Controladora.

(*) Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

Classificação de instrumentos financeiros

Large table showing classification of financial instruments by type (Ativo, Passivo), maturity (Circulante, Não Circulante), and valuation method (Disponível para venda, etc.).

Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços)
Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado utilizando um método de avaliação:

Table showing fair value measurement of financial instruments by level (Nível 1, 2, 3) and category (Ativo, Passivo).

Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil de empresas de primeira linha, os quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irreversível.

Perda (impairment) de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas ("Ações Usiminas"), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado).

Considerando a volatilidade nas cotações das Ações Usiminas, a Companhia avalia se na data de fechamento das demonstrações financeiras, existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Companhia avalia se a queda no valor de mercado das ações Usiminas deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses.

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, houve declínio na cotação das ações ordinárias (USIM3), o qual, de acordo com a política contábil da Companhia, gerou uma perda no valor de R\$ 34.396 e R\$ 3.302, líquido de imposto de renda e contribuição social, sendo registrado o montante de R\$ 52.115 e R\$ 5.002 em outras despesas operacionais e R\$ 17.719 e R\$ 1.701 em impostos diferidos, respectivamente.

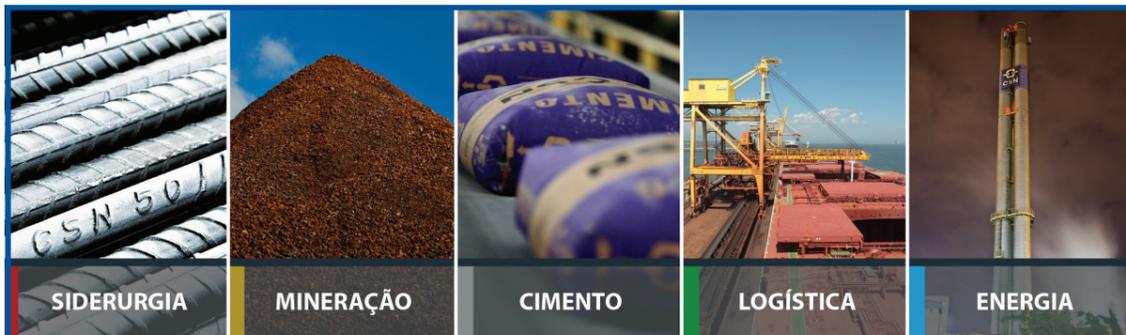
Em 30 de setembro de 2014, após novo declínio na cotação das ações ordinárias (USIM3) em relação à cotação de 30 de junho de 2014, a Companhia reclassificou as perdas acumuladas no trimestre registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 13.193, líquido de imposto de renda e contribuição social, para o resultado do período, no montante de R\$ 19.989 em outras despesas operacionais e R\$ 6.796 em impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2014 houve declínio na cotação das ações preferenciais (USIM5) em relação a cotação de 30 de junho de 2012. Desta forma, a Companhia reclassificou as perdas acumuladas registradas em outro resultado abrangente, no valor de R\$ 87.711, líquido de imposto de renda e contribuição social, sendo registrado o montante de R\$ 132.896 em outras despesas operacionais e R\$ 45.185 em impostos diferidos, respectivamente, totalizando no exercício de 2014 o montante de R\$ 205.000 em outras despesas operacionais e R\$ 69.700 em impostos diferidos. A partir de então, de acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados em outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2014, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

Table showing swap positions with columns for counterparty, maturity, notional, valuation, and market value.

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

| Contrapartes | Vencimento da operação | Moeda Ncional | Ncional | 31/12/2014 | | | | 31/12/2013 | | | | 31/12/2014 Valor Justo Efeito no resultado financeiro em 2014 |
|--|-------------------------|---------------|------------------|------------------|--------------------|-------------------------|----------------|------------------|--------------------|-------------------------|---------|--|
| | | | | Posição Ativa | Posição Passiva | Valor a Receber/(Pagar) | Ncional | Posição Ativa | Posição Passiva | Valor a Receber/(Pagar) | Ncional | |
| Deutsche Bank | 05/01/2015 a 05/02/2015 | Dólar | 140.000 | 370.134 | (361.327) | 8.807 | | | | | | 21.157 |
| Goldman Sachs | 06/01/2015 a 03/02/2015 | Dólar | 130.000 | 344.207 | (329.258) | 14.949 | | | | | | 14.949 |
| Santander | 03/02/2015 | Dólar | 30.000 | 79.224 | (77.576) | 1.648 | | | | | | 1.648 |
| BTG Pactual | | Dólar | | | | | | | | | | 3.565 |
| Total swap cambial (NDF) dólar x real | | | 1.218.000 | 3.223.712 | (3.070.461) | 153.251 | 293.000 | 688.596 | (689.193) | (597) | | 213.602 |
| Itaú BBA | 09/01/2015 | Euro | 60.000 | 197.366 | (192.888) | 4.478 | 30.000 | 94.858 | (96.632) | (1.774) | | 18.375 |
| HSBC | 09/01/2015 | Euro | 30.000 | 98.688 | (96.444) | 2.244 | 30.000 | 94.900 | (96.632) | (1.732) | | 14.681 |
| Goldman Sachs | | Euro | | | | | 30.000 | 94.880 | (96.632) | (1.752) | | 341 |
| Total swap cambial (NDF) dólar x euro | | | 90.000 | 296.054 | (289.332) | 6.722 | 90.000 | 284.638 | (289.896) | (5.258) | | 33.397 |
| DB | 30/01/2015 a 06/03/2015 | Dólar | 30.604 | 81.343 | (77.054) | 4.289 | 11.801 | 27.878 | (27.861) | 17 | | 3.667 |
| Banco Novo | 30/04/2015 | Dólar | 18.009 | 47.866 | (46.481) | 1.385 | | | | | | 1.385 |
| BNPP | 15/01/2015 a 06/07/2015 | Dólar | 31.516 | 83.768 | (80.215) | 3.553 | | | | | | 3.553 |
| Total swap cambial dólar x euro | | | 80.129 | 212.977 | (203.750) | 9.227 | 11.801 | 27.878 | (27.861) | 17 | | 8.605 |
| CSFB | | Dólar | | | | | 21.500 | 36.526 | (36.862) | (336) | | (943) |
| Total swap taxa de juros Libor x CDI | | | | | | | 21.500 | 36.526 | (36.862) | (336) | | (943) |
| Itaú BBA | 01/03/2016 | Real | 150.000 | 168.496 | (177.265) | (8.769) | 150.000 | 152.610 | (159.712) | (7.102) | | (1.667) |
| HSBC | 05/02/2016 a 01/03/2016 | Real | 185.000 | 206.843 | (218.768) | (11.925) | 185.000 | 187.395 | (197.157) | (9.762) | | (2.163) |
| Deutsche Bank | 01/03/2016 | Real | 10.000 | 11.167 | (11.774) | (607) | 10.000 | 10.114 | (10.625) | (511) | | (96) |
| Total swap taxa de juros Pré x CDI | | | 345.000 | 386.506 | (407.807) | (21.301) | 345.000 | 350.119 | (367.494) | (17.375) | | (3.926) |
| | | | | 4.149.663 | (3.996.418) | 153.245 | | 1.651.272 | (1.661.909) | (10.637) | | 238.000 |

11.d) Transações com instrumentos financeiros derivativos

• Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

| Instrumentos | Ativo | | | Passivo | | | Resultado financeiro líquido (Nota 23) |
|-------------------------|----------------|----------------|----------------|------------|----------------|---------------|--|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | |
| Swap dólar x CDI | 5.346 | | 5.346 | | | | 11.172 |
| Swap (NDF) dólar x real | 153.316 | | 153.316 | 65 | | 65 | 213.602 |
| Swap (NDF) dólar x euro | 6.722 | | 6.722 | | | | 33.397 |
| Swap dólar x euro | 9.227 | | 9.227 | | | | 8.605 |
| Swap Libor x CDI (*) | | | | | 21.301 | 21.301 | (943) |
| Swap Pré x CDI | | | | | 21.301 | 21.301 | (3.926) |
| | 174.611 | 174.611 | 349.222 | 65 | 21.301 | 21.366 | 238.000 |

(*) As posições das operações de swap foram liquidadas em maio de 2014, juntamente com seu pré-pagamento.
(**) As posições das operações de swap foram liquidadas em dezembro de 2013, juntamente com seu depósito em garantia.

Swap cambial dólar x CDI

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia mantinha posição comprada em swap cambial, onde recebe, na ponta ativa, variação cambial mais cupom de 3,5% ao ano em média, e paga 100% do CDI na ponta passiva do contrato de swap cambial.

Swap cambial (NDF) dólar x real

A Companhia realizou operações de *Non Deliverable Forward* (NDF) onde o objetivo é garantir a compra a termo de dólar, a liquidação ocorre, sem entrega física, pela diferença da paridade R\$/US\$ de compra contratada contra a paridade R\$/US\$ de venda, que é a Ptax Venda de D-1 ao vencimento. As operações são contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, através do Mercado de Balcão e alocadas nos fundos exclusivos.

Swap cambial (NDF) dólar x euro

Além dos swaps citados acima, a Companhia também realizou NDFs (*Non Deliverable Forward*) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Swap cambial dólar x euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

Swap de taxa de juros (Pré x CDI)

Tem por objetivo atrelar obrigações, remuneradas a uma taxa pré-fixada, às oscilações da taxa de juros baseadas na taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI), calculada e divulgada pela CETIP. Basicamente, a Companhia realizou swap de suas obrigações de taxas pré-fixadas, nos quais recebe juros sobre o valor nominal (ponta ativa) e paga 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha.

• Hedge Accounting

A partir de 1º de novembro de 2014, a Companhia designou formalmente relações de *hedge* de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar. Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de *hedge* cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de *hedge* de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitoriamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento do impacto do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de *hedge* não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Foram designados US\$ 775 milhões em exportações a serem realizadas entre 15 de outubro de 2015 e 20 de maio de 2020.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do *hedge* está alinhada ao objetivo e à estratégia da Política de Gestão de Riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de *hedge*, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. Portanto, a variação do câmbio do instrumento e do objeto são similares. De acordo com a política contábil da Companhia, devem ser realizadas contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados.

Através do *Hedge Accounting*, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas. O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de *hedge* em 31 de dezembro de 2014:

| Data de Designação | Instrumento de hedge | Objeto de hedge | Tipo de risco protegido | Período de proteção | 31/12/2014 | |
|--------------------|--|---|--------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| | | | | | Montantes designados (US\$ mil) | Impacto sobre o patrimônio líquido |
| 03/11/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Outubro de 2016 a Setembro de 2019 | 500.000 | (106.000) |
| 01/12/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Outubro de 2015 a Fevereiro de 2019 | 175.000 | (16.818) |
| 18/12/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Maio de 2020 | 100.000 | 2.185 |
| Total | | | | | 775.000 | (120.633) |

Nas relações de *hedge* descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes.

A movimentação dos valores relativos ao *hedge accounting* registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada como segue:

| | 31/12/2013 | Adição | Reversão | 31/12/2014 |
|---|------------|---------------|----------|---------------|
| Hedge accounting de fluxo de caixa | | 120.633 | | 120.633 |
| IR e CS sobre <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa | | (41.015) | | (41.015) |
| Valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos | | 79.618 | | 79.618 |

Em 31 de dezembro de 2014 as relações de *hedge* estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do *hedge accounting* foi registrada.

• Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos e exposição cambial

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de valorização para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2014 para swap cambial dólar x real R\$ 2,6562, para swap cambial euro x dólar US\$ 1,2149, para swap cambial dólar x euro US\$ 1,2149, para exposição cambial dólar x real R\$ 2,6562 e para exposição cambial euro x real 3,2270.

| Instrumentos | Valor de Referência | Risco | 31/12/2014 | | |
|--|---------------------|--------------|----------------------|-----------------|-------------|
| | | | Cenário Provável (*) | Cenário 1 | Cenário 2 |
| Swap cambial dólar x CDI | 10.000 | Dólar | 30.414 | (7.604) | (15.207) |
| Swap cambial (NDF) dólar x real | 1.218.000 | Dólar | 153.251 | (805.928) | (1.611.856) |
| Hedge accounting de exportação | 775.000 | Dólar | 120.633 | (514.639) | (1.029.278) |
| Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima) | (1.989.886) | Dólar | 1.308.103 | 2.616.206 | |
| Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima) | 33.114 | Dólar | (20.068) | (40.135) | |
| Swap cambial (NDF) dólar x euro | (90.000) | Euro | 6.722 | 67.068 | 132.297 |
| Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima) | (143.723) | Euro | 115.949 | 231.897 | |
| Posição cambial consolidada (incluindo derivativos cambiais acima) | (233.723) | Euro | 183.017 | 364.194 | |
| Swap cambial dólar x euro | 80.129 | Dólar | 9.227 | 43.511 | 167.089 |

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2014 registrados no ativo e passivo da Companhia.

11.e) Risco de taxa de juros

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

• Análise de sensibilidade swap de taxa de juros

| Instrumentos | 31/12/2014 | | Cenário | |
|---------------------------------|------------|-------|--------------|-----------|
| | Nacional | Risco | Provável (*) | Cenário 1 |
| Swap de taxa de juros Pré x CDI | 345.000 | CDI | 21.301 | (15.239) |
| Swap cambial dólar x CDI | 10.000 | CDI | 25.068 | (160) |

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2014 registrados no ativo e passivo da companhia.

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de valorização para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2014.

• Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2014 na data das demonstrações financeiras consolidadas.

| Variações nas taxas de juros | Impacto no resultado | |
|------------------------------|----------------------|------------|
| | % s.a. | 31/12/2014 |
| TJLP | 5,00 | 2.548 |
| Libor | 0,36 | 792 |
| CDI | 11,57 | 86.198 |

11.f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 10.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo provisão de juros.

| | Consolidado | | | | |
|---|-----------------|----------------------|-------------------------|---------------------|------------|
| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2014 | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 2.813.930 | 7.075.910 | 15.650.855 | 4.437.500 | 29.978.195 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 65 | 21.301 | | | 21.366 |
| Fornecedores | 1.638.505 | | | | 1.638.505 |
| Dividendos e JCP | 277.097 | | | | 277.097 |
| Em 31 de dezembro de 2013 | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 2.673.648 | 6.391.523 | 11.439.993 | 7.358.058 | 27.863.222 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.822 | 17.375 | | | 24.197 |
| Fornecedores | 1.102.037 | | | | 1.102.037 |
| Dividendos e JCP | 2.036 | | | | 2.036 |

• Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente.

Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo comparado abaixo:

| | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
|------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | Valor Contábil | Valor Mercado | Valor Contábil | Valor Mercado |
| Bônus Perpétuos | 2.659.815 | 1.974.031 | 2.345.789 | 1.938.780 |
| Fixed Rate Notes | 6.232.986 | 6.267.272 | 5.661.978 | 6.032.207 |

• Riscos de crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações comprometidas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado Brasileiro.

• Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O grupo de outras obrigações classificados no passivo circulante e não circulante possui a seguinte composição:

| | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|---|-------------|------------|----------------|------------|--------------|------------|----------------|------------|
| | Circulante | | Não Circulante | | Circulante | | Não Circulante | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Passivos com partes relacionadas (Nota 17 b) | 249.758 | 422.150 | 9.236.716 | 8.522.685 | 339.613 | 735.880 | 9.810.648 | 8.873.825 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11 i) | 65 | 6.822 | 21.301 | 17.375 | | 336 | | |
| Dividendos e JCP a pagar acionistas controladores | 152.966 | | | | | | | |



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Table with columns: Saldo Inicial, Resultado Abrangente, Resultado, Movimentação, Créditos Tributários (**), Consolidado, Saldo Final. Rows include Diferido Ativo, Diferenças temporárias, Diferido Passivo, Ativo Não Circulante, Diferido Passivo, Passivo Não Circulante.

Table with columns: Saldo Inicial, Resultado Abrangente, Resultado, Movimentação, Créditos Tributários (**), Consolidado, Saldo Final. Rows include Diferido Ativo, Diferenças temporárias, Diferido Passivo, Ativo Não Circulante, Diferido Passivo, Passivo Não Circulante.

(*) A Companhia tributa as variações cambiais por regime de caixa para apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

(**) Utilização de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa da Companhia para liquidação de débitos fiscais, conforme previsto nas Leis nº 12.865/13, 12.996/14 e 13.043/14, vide nota 14.4.

Algumas empresas do Grupo registraram créditos tributários sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, não sujeitos a prazo prescricional e fundamentados no histórico de rentabilidade e na expectativa de lucros tributáveis futuros determinados em estudo técnico aprovado pela Administração, que considera, dentre outras premissas econômicas e financeiras, a fusão dos negócios de mineração da CSN com a Namisa, a internação de caixa mantido no exterior e eventos de liquidez relacionados a ativos não estratégicos.

Por estarem sujeitos a fatores relevantes que podem modificar as projeções de realização, os valores contábeis do ativo fiscal diferido bem como as projeções são revistas anualmente. Tais estudos indicam a realização desses ativos fiscais dentro do prazo estipulado pela Instrução CVM nº 371/02 e do limite de 30% do lucro real.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows for years 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 em diante.

Algumas empresas do Grupo no Brasil possuem saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 268.164 e R\$ 284.243 respectivamente, para os quais não foi constituído imposto diferido. Adicionalmente, algumas empresas do Grupo residentes no exterior também possuem prejuízo fiscal no montante de R\$ 2.617.805, para os quais também não foi constituído imposto diferido. Do valor total de prejuízos fiscais do exterior, com base na legislação vigente nos países de residência destas controladas, R\$ 147.647 expiram em 2015, R\$ 43.935 em 2017, R\$ 7.972 em 2018, R\$ 148.508 em 2025, R\$ 19.101 em 2026, R\$ 46.130 em 2027, R\$ 69.959 em 2029 e R\$ 13.553 em 2032.

No período de 2011 a 2014 foram gerados por essas subsidiárias lucros no montante de R\$ 3.788.574. Caso as autoridades fiscais entendam que tais lucros já foram disponibilizados, a tributação adicional no Brasil pelo imposto de renda e pela contribuição social, se devido fosse, seria de aproximadamente R\$ 1.288.115. A Companhia, com base na posição de seus assessores jurídicos, avaliou apenas como possível a probabilidade de perda em caso de eventual questionamento fiscal e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Lei 12.973/14
A Lei nº 12.973, publicada em maio de 2014, revoga o Regime Tributário de Transição (RTT), e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ; (ii) alterações na legislação pertinente à CSLL; (iii) definição de que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em Lei comercial, não têm implicação na apuração dos tributos federais até ser devidamente regulamentada; (iv) inclusão de tratamento específico acerca da tributação de lucros ou dividendos referentes ao ano calendário de 2014; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de janeiro de 2015, ainda que as empresas possam optar pela sua antecipação, de forma irrevogável, para o ano de 2014. A Companhia elaborou estudos sobre os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação antecipada das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não resultaria em ajustes relevantes (nem positivos) nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, pelo que optou pela não antecipação.

13.c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows for 31/12/2014, 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2013. Includes Imposto de renda e contribuição social, Ganhos atuariais de plano de benefício definido, Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior, Hedge Accounting de fluxo de caixa.

13.d) Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual, Fundos do Direito da Criança e do Adolescente, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência e Lei do Idoso. Em 31 de dezembro de 2014, somavam o montante de R\$ 3.487 (R\$ 329 em 31 de dezembro de 2013).

14. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 12, estão demonstrados a seguir:

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows for Circulante, Não Circulante. Rows for Refis Federal, Lei 11.941/09 (a), Lei 12.865/13 (a), Demais Parcelamentos (b).

14.a) Programa de recuperação fiscal (Refis Federal) - Lei 11.941/09 e Lei 13.043/14

Programa de parcelamento da Lei Federal 11.941/09
Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento da Lei 11.941/09, onde indicou para liquidação na modalidade À Vista, débitos que possuem depósito judicial. O grupo aguarda a homologação por parte da RFB e PGFN sobre estes casos que somam R\$ 9.942.

Programa de parcelamento da Lei Federal 12.865/13
A Companhia informou no item (b) da seção de "Outros Processos Administrativos e Judiciais" do item 15 das Notas Explicativas do 3º ITR/2014 (Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais) que foi intimada do indeferimento da sua solicitação de parcelamento de débitos de IRPJ e CSLL, regulamentado pela Lei 12.862/2013, também conhecido como parcelamento de Lucros no Exterior, no valor de R\$ 1.585.174. O fundamento desta decisão foi, em síntese, a inconsistência quanto aos valores de juros declarados. Contra esta decisão foi interposto recurso hierárquico onde foi informado que os referidos juros foram liquidados no programa de parcelamento da Lei 11.941/2009, reaberto pela Lei 12.996/14.

Posteriormente, em razão da publicação da Portaria Conjunta n.13/2014, que permitiu a regularização de valores caso houvesse alguma divergência entre o entendimento da RFB e do contribuinte quanto ao valor a ser parcelado, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 18.083 e, com isso, regularizou os valores da entrada e das parcelas já vencidas.

A Receita Federal, em seguida, acatou o pagamento e restabeleceu o parcelamento, motivo pelo qual a contingência indicada no 31TR/2014 foi baixada dos nossos controles.

b. Revisão do crédito tributário do parcelamento de lucros no exterior (Lei 12.865/13)
Em novembro de 2013 a Companhia optou pelo programa de parcelamento da Lei Federal 12.865. Este programa sofreu revisão nos valores de crédito tributário - no aspecto qualitativo - em dezembro de 2014. Dessa forma, os valores ajustados de crédito de prejuízo fiscal e base negativa foi de R\$ 25.507 no consolidado e R\$ 58.649 na controladora.

Reabertura do prazo - (Lei Federal 11.941/09) - pela Lei Federal 12.996/14
Em agosto de 2014 a Cia. ingressou no programa que possibilitava o parcelamento de débitos com reduções de multas e juros e pagamento com créditos tributários. A adesão foi realizada na modalidade 180 parcelas com utilização de crédito de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 26.905 no consolidado e controladora. O programa está sujeito à homologação pelas autoridades fiscais.

Quitação antecipada de débitos - Lei Federal 13.043/14
Em novembro de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Quitação Antecipada de Débitos estabelecido pelo Governo Federal. A finalidade do programa foi possibilitar ao contribuinte a liquidação de todos os parcelamentos de débitos federais ativos com pagamento de, pelo menos, 30% do valor total em dinheiro e o saldo remanescente com crédito de Prejuízo Fiscal de Imposto de Renda e Base Negativa de CSLL. A Companhia liquidou um total de R\$ 1.603.970 em débitos parcelados. Teve impacto de caixa pela entrada de 30% de R\$ 481.191 e pela antecipação dos programas de parcelamento da Lei 11.941/09 de R\$ 20.336. O saldo remanescente foi liquidado com crédito fiscal no valor de R\$ 1.083.702, sendo que a controladora utilizou R\$ 962.371 e realizou cessão de crédito para as demais empresas do grupo no valor de R\$ 81.360. O Grupo aguarda a homologação por parte da RFB e PGFN.

Valor Débitos Parcelados 1.603.970 1.426.447
Entrada em Dinheiro (30%) 481.191 (427.934)
Crédito Fiscal (Prejuízo Fiscal/Base Negativa) (1.083.702) (962.371)
Descontos Parcelamento Lei 11.941/09 (39.077) (36.142)
Antecipação Parcelamento Lei 11.941/09 (*) (20.336) (9.958)
(*) Valores pagos em dinheiro referentes à antecipação exigida pela Lei 11.941/09 para possibilitar o ingresso dos débitos no programa da Quitação Antecipada da Lei 13.043/14.

14.b) Demais parcelamentos (ordinários e outros)
Algumas empresas do Grupo possuem parcelamentos junto à RFB e a autoridades fiscais estaduais.

15. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidos nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

Table with columns: Consolidado, Controladora. Rows for 31/12/2014, 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2013. Includes Passivo Provisionado, Depósitos Judiciais, Fiscais, Previdenciárias, e Trabalhistas, Cíveis, Ambientais, Depósitos Cauccionados.

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 pode ser assim demonstrada:

Table with columns: Natureza, Consolidado, Controladora. Rows for 31/12/2013, Adições, Atualização líquida, Utilização líquida de reversão, 31/12/2014. Includes Fiscal, Previdenciário, Trabalhista, Cível, Ambiental.

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Processos tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos com probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) Auto de Infração para cobrança de ICMS e FECF decorrente da duplicidade na escrituração/emissão das notas fiscais de importação; (ii) Auto de Infração para cobrança de ICMS por suposto não recolhimento do imposto referente a importação de mercadorias; (iii) Execução Fiscal para cobrança de ICMS declarado e não pago; (iv) Auto de infração para cobrança de ICMS em razão da ausência de recolhimento de diferencial de alíquotas deste imposto relativo a entrada de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e destinadas a consumo e ativo fixo da Empresa e; (v) Cobrança de IRPJ/CSLL decorrente de declaração não homologada por inexistência de direito creditório.

As principais reduções, comparando com a demonstrações financeiras de 2013, se deram em razão da adesão ao REFIS concedido pela reabertura da Lei nº 11.941/2009 de processos já considerados com probabilidade de perda provável, principalmente de processos que cobravam tributos federais decorrente de compensações indevidas bem como pela baixa da provisão de autos de infração referentes à transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação, sendo exigido pelo fisco Estadual do RJ: (i) a diferença do ICMS incidente na operação, (ii) glosa de suposto crédito de ICMS apropriado em duplicidade nos livros fiscais, e (iii) multa pela não escrituração de notas fiscais. No segundo caso, durante o terceiro trimestre de 2014, em linha com a política contábil da Companhia de revisão contínua dos prognósticos de perdas dos processos em andamento, a Administração, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos e externos, reavaliou as premissas envolvendo essas atuações e, em face da jurisprudência favorável do Superior Tribunal de Justiça, bem como da evolução processual e ainda, pela existência de argumentos novos e consistentes para afastar as atuações, avaliou que são boas as perspectivas de êxito nestes processos e entende que não é mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos futuros para liquidar uma eventual obrigação decorrente de desfecho desfavorável para a Companhia.

Processos trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2014 em 7.503 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$ 444.243 (R\$ 251.376 em 31 de dezembro de 2013). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

Como desdobramento do processo mencionado no parágrafo acima, após agosto de 2012 a Companhia recebeu citação em alguns processos individuais movidos por moradores do Bairro Volta Grande IV, os quais pleiteiam o pagamento de danos materiais e morais, cujos valores são ilíquidos no momento, estando ditos processos classificados com grau de risco possível.

Sobre este mesmo assunto (Bairro Volta Grande IV), em agosto de 2013, a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Federal (Justiça Federal), a qual tem o mesmo objeto da ação movida pelo Ministério Público Estadual, já noticiada acima. Esta nova ação está classificada com grau de risco possível, uma vez que a tendência é de prevalência do processo da Justiça Estadual sobre o processo da Justiça Federal. Quanto ao valor do risco deste novo processo, a observação é a mesma da ação do Ministério Público Estadual.

Outros processos administrativos e judiciais

O Grupo defende-se em outros processos administrativos e judiciais (fiscais, previdenciários, trabalhistas, cíveis e ambientais) classificados como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$ 15.429.927, sendo:

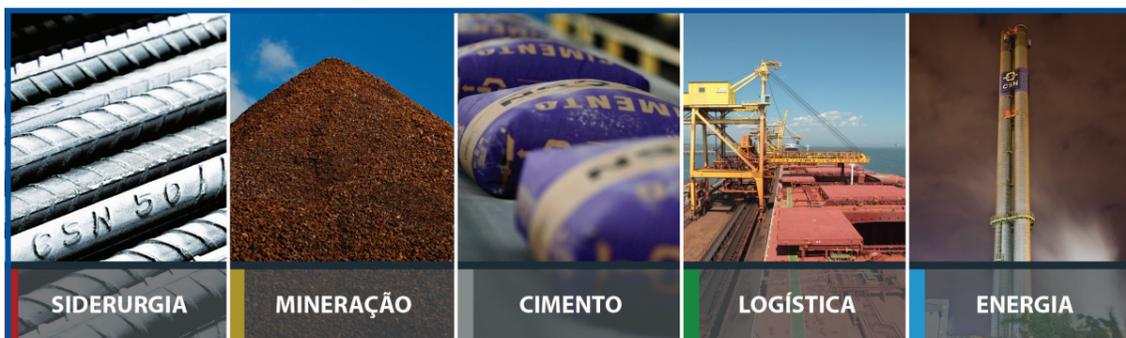
(a) R\$ 7.068.252 referentes ao auto de infração lavrado em face da Companhia por ter supostamente realizado a venda de 40% das ações da sua controladora NAMISA para um consórcio de investidores nipo-coreanos, devendo assim de apurar e submeter à tributação o ganho de capital decorrente dessa operação, sendo que em maio de 2013, em julgamento realizado pela Delegacia Regional de Julgamento de São Paulo - SP foi proferida decisão favorável à Companhia cancelando o auto de infração. Em face desta decisão foi interposto Recurso de Ofício que será julgado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em julgamento realizado o recurso foi parcialmente provido e a Companhia aguarda a publicação do acórdão para análise de eventual interposição de Recurso para a Câmara Superior de Recursos Fiscais.

(b) R\$ 742.727 referentes a execuções fiscais ajuizadas para exigir da Companhia, na qualidade de responsável, o ICMS supostamente incidente na entrada de energia elétrica adquirida de Usina Produtora e totalmente consumida no processo de industrialização de produtos siderúrgicos. Segundo entendimento da fiscalização a aplicação da energia elétrica no processo produtivo não exclui a responsabilidade da Companhia em reter antecipadamente o ICMS incidente na entrada deste insumo no estabelecimento industrial.

(c) R\$ 521.340 referentes à decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil que deferiu parcialmente o pedido de parcelamento de débitos regulamentado pela Medida Provisória 470/09, tendo em vista a insuficiência de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL. Quando da consolidação do parcelamento a Secretaria da Receita Federal do Brasil considerou o saldo existente no SAPLI (Sistema de Acompartilhamento do Prejuízo Fiscal e do Lucro Intribuído) como sendo o montante correto, no entanto, este saldo já contemplava os ajustes do prejuízo fiscal por conta do auto de infração de Lucros no Exterior lavrado contra a Companhia.

(d) R\$ 523.171 referentes a compensações de tributos que, por motivos diversos, não foram homologadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Os tributos envolvidos são CSLL, IRPJ e IPI, além das contribuições ao PIS e COFINS. A análise de toda documentação comprova o direito ao crédito e o cabimento do pedido de compensação processado à época.

(e) R\$ 476.316 referentes ao auto de infração lavrado contra a Companhia por supostamente deixar de tributar para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de suas controladas no exterior no ano de 2010.



CSN
Companhia Siderúrgica Nacional

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (f) R\$ 446.907 referentes à glosa dos créditos de ICMS apropriado pela Companhia no período de 04/99 a 07/02 na transferência de minério entre Casa de Pedra e Usina Presidente Vargas. Segundo a fiscalização a base de cálculo aplicada na transferência, em consonância com a legislação do Estado de Minas Gerais, não é admitida pela legislação do Estado do Rio de Janeiro, motivo pelo qual procedeu a glosa da diferença.
- (g) R\$ 257.536 referentes à glosa de créditos de ICMS adquiridos pela compra dos estabelecimentos de sua subsidiária INAL localizados no Estado do Rio de Janeiro. Segundo a fiscalização, a compra de estabelecimento não gera o direito ao crédito de ICMS. Em face destas autuações a Companhia impetrou um Mandado de Segurança à época sendo reconhecido o seu direito de proceder a alteração do cadastro de contribuintes do Estado, fazendo constar que os estabelecimentos adquiridos são CSN. Esta decisão nos favorece e poderá ser aplicada no julgamento dos nossos recursos junto ao Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.
- (h) R\$ 230.261 trata-se de transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação, sendo exigido pelo fisco: (i) a diferença do ICMS incidente na operação, (ii) glosa de suposto crédito de ICMS apropriado em duplicidade nos livros fiscais, e (iii) multa pela não escrituração de notas fiscais.
- (i) R\$ 362.489 refere-se à glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI (Sistema de Acompanhamento de Prejuízos e Lucros Inflacionários) realizados pela Receita Federal em razão de autos de infração lavrados no período de 2008 a 2010.
- (j) R\$ 2.870.796 referentes a outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais).
- (k) Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a autuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei 8.884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de recursos constitucionais os quais se encontram pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$ 63.463 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN.
- (l) R\$ 1.369.004 de processos trabalhistas e previdenciários; R\$ 382.641 de civis e R\$ 115.024 de ambientais.
- As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

na conta de outras despesas operacionais. No segundo trimestre de 2014, a Companhia concluiu um novo estudo de alternativas de remediação de algumas áreas em Volta Redonda (RJ), as quais foram utilizadas no passado como aterro pela Companhia. O estudo contemplou a mudança da tecnologia de remediação, substituindo a remoção do material pelo confinamento geotécnico in situ, conforme permitido pela legislação ambiental brasileira, resultando uma reversão no valor de R\$ 120.582.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais.

A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2014 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGPM) do período, em referência.

16.b) Desativação de ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

17. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

17.a) Transações com controladores

A Vicunha Siderurgia S.A. é uma Holding que tem por finalidade participar em outras sociedades sendo a principal acionista da Companhia detendo 51,34% de participação no capital votante.

A Rio Iaco Participações S.A. detém participação de 4,28% no capital votante da CSN.

• Passivo

| Empresas | Propostos | | Pagos | |
|----------------------------|----------------|----------------|-------------|-----------------|
| | Dividendos | Dividendos | Juros sobre | Capital Próprio |
| Vicunha Siderurgia | 141.190 | 203.386 | | |
| Rio Iaco | 11.776 | 16.963 | | |
| Total em 31/12/2014 | 152.966 | 220.349 | | |
| Total em 31/12/2013 | | 471.801 | | 388.855 |

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não auditadas):

- Vicunha Aços S.A. - detém participação de 99,99% na Vicunha Siderurgia S.A.
- Vicunha Steel S.A. - detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.
- National Steel S.A. - detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.
- CFL Participações S.A. - detém participação de 40% na National Steel S.A. e 39,99% na Vicunha Steel S.A.
- Rio Purus Participações S.A. - detém participação de 60% na National Steel S.A. 59,99% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio Iaco Participações S.A.

16. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Passivo Ambiental | 211.544 | 346.455 | 211.544 | 346.455 |
| Desativação de ativos | 26.995 | 23.999 | 21.718 | 19.261 |
| Total | 238.539 | 370.454 | 233.262 | 365.716 |

16.a) Passivos ambientais

Em 31 de dezembro de 2014 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas

17.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

• Por operação

| Ativo | Circulante | | | Não Circulante | | | Total | | | Passivo | Circulante | | | Não Circulante | | | Total | | |
|----------------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|------------|----------------|-------|---------|------------|----------------|-------|----------------|----------------|-------|-------|--|--|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | | | |
| Contas a receber | 153.737 | | 153.737 | | | 153.737 | | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos | 517.493 | 117.357 | 634.850 | | | 634.850 | | | | | | | | | | | | | |
| Dividendos a receber | 59.470 | | 59.470 | | | 59.470 | | | | | | | | | | | | | |
| Ativo Atuarial | 97.173 | | 97.173 | | | 97.173 | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Créditos (nota 6) | 15.780 | 7.037 | 22.817 | | | 22.817 | | | | | | | | | | | | | |
| Total em 31/12/2014 | 746.480 | 221.567 | 968.047 | | | 968.047 | | | | | | | | | | | | | |
| Total em 31/12/2013 | 987.969 | 719.042 | 1.707.011 | | | 1.707.011 | | | | | | | | | | | | | |

Resultado

| | |
|----------------------------|------------------|
| Receltas | |
| Vendas | 1.177.860 |
| Juros | 50.631 |
| Despesas | |
| Compras | (1.047.423) |
| Juros | (423.621) |
| Total em 31/12/2014 | (242.553) |
| Total em 31/12/2013 | (451.548) |

• Por empresa

| | Ativo | | | Passivo | | | Consolidado | | |
|--|----------------|----------------|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | Vendas | Compras | Resultados |
| Controladas | | | | | | | | | |
| Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (1) | 52.658 | 64.739 | 117.397 | | | | | | 11.684 |
| Total em 31/12/2014 | 52.658 | 64.739 | 117.397 | | | | | | 11.684 |
| Controladas em Conjunto | | | | | | | | | |
| CGPAR Construção Pesada S.A. | 7.042 | | 7.042 | 75 | | 75 | | (152.835) | (152.835) |
| Nacional Minérios S.A. (2) | 482.981 | | 482.981 | 247.696 | 9.236.716 | 9.484.412 | 344.182 | (15.733) | (71.290) |
| MRS Logística S.A. | 24.632 | | 24.632 | 39.515 | | 39.515 | | (668.295) | (668.295) |
| CBSI - Companhia Brasileira de Serviços e Infraestrutura | 4.776 | 3.808 | 8.584 | 11.196 | | 11.196 | | (170.979) | (170.979) |
| Transnordestina Logística S.A. (3) | 100.397 | 40.961 | 141.358 | 14.110 | | 14.110 | | | 12.185 |
| Total em 31/12/2014 | 619.828 | 44.769 | 664.597 | 312.592 | 9.236.716 | 9.549.308 | 344.182 | (1.007.842) | (387.554) |
| Outras Partes Relacionadas | | | | | | | | | |
| CBS Previdência | | 97.173 | 97.173 | | 11.275 | 11.275 | | (7.199) | (7.199) |
| Fundação CSN | 320 | 148 | 468 | 234 | | 234 | | (2.550) | (2.486) |
| Banco Fibra | | | | | | | | | 1.048 |
| Usiminas | 1.187 | | 1.187 | 97 | | 97 | 58.845 | (22.689) | 36.156 |
| Panatlântica | 72.487 | | 72.487 | | | | 774.833 | | 774.833 |
| Ibis Participações e Serviços | | | | | | | | (7.013) | (7.013) |
| Taquari Participações S.A. | | | | | | | | (130) | (130) |
| Total em 31/12/2014 | 73.994 | 97.321 | 171.315 | 331 | 11.275 | 11.606 | 833.678 | (39.581) | 1.112 |
| Coligadas | | | | | | | | | |
| Arvedi Metalfer do Brasil S.A. | | 14.738 | 14.738 | | | | | | 1.768 |
| Total em 31/12/2014 | 746.480 | 221.567 | 968.047 | 312.923 | 9.247.991 | 9.560.914 | 1.177.860 | (1.047.423) | (372.990) |
| Total em 31/12/2013 | 987.969 | 719.042 | 1.707.011 | 475.099 | 8.533.824 | 9.008.923 | 862.004 | (917.469) | (451.548) |

- (1) Refere-se a empréstimos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. com a controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.
- (2) Nacional Minérios S.A.: Ativo: Refere-se principalmente a operações de Pré-Pagamento com as controladas indiretas CSN Europe, CSN Export e CSN Metals. Contratos em US\$: juros de 5,37% a 6,80% a.a. com vencimento final em junho de 2015.
- (3) Transnordestina Logística S.A.: Contratos em R\$: Juros de 108,00% CDI com vencimento final para dezembro 2016. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$ 141.358 (R\$ 270.693 em 31 de dezembro de 2013) sendo R\$ 100.397 classificados no curto prazo e R\$ 40.961 classificados no longo prazo.

Passivo: O adiamento de clientes da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se a obrigações contratuais de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. Os contratos têm taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042.

Conforme divulgado na nota explicativa 7.3), a Companhia assinou acordo de investimentos para a nova aliança estratégica formada com o Consórcio Asilítico. Durante os procedimentos necessários para o fechamento da transação, os juros previstos nos contratos de adiamento foram cancelados, porém uma condição resolúvel foi criada reestabelecendo a cobrança dos juros retrospectivamente caso o fechamento da transação não ocorra.

O fechamento da transação está sujeito ao consenso entre as partes sobre um plano de negócios, as aprovações regulatórias de autoridades antitruste e de autoridades governamentais responsáveis pela regulação de direitos minerários, além de outras condições precedentes comuns nesse tipo de transação. A data de fechamento está prevista para ocorrer no final de 2015.

- (3) Transnordestina Logística S.A.: Contratos em R\$: Juros de 108,00% CDI com vencimento final para dezembro 2016. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$ 141.358 (R\$ 270.693 em 31 de dezembro de 2013) sendo R\$ 100.397 classificados no curto prazo e R\$ 40.961 classificados no longo prazo.

• Por operação

| Ativo | Circulante | | | Não Circulante | | | Total | | | Passivo | Circulante | | | Não Circulante | | | Total | | |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|------------|----------------|-------|---------|------------|----------------|-------|----------------|----------------|-------|-------|--|--|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | | | |
| Contas a receber (1) | 969.343 | | 969.343 | | | 969.343 | | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos | 106.218 | 52.619 | 158.837 | | | 158.837 | | | | | | | | | | | | | |
| Dividendos a receber | 67.553 | | 67.553 | | | 67.553 | | | | | | | | | | | | | |
| Ativo Atuarial | | 96.914 | 96.914 | | | 96.914 | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras/Investimentos (2) | 252.895 | 87.475 | 340.370 | | | 340.370 | | | | | | | | | | | | | |
| Outros Créditos (4) | 168.035 | 329.330 | 497.365 | | | 497.365 | | | | | | | | | | | | | |
| Total em 31/12/2014 | 1.564.044 | 566.338 | 2.130.382 | | | 2.130.382 | | | | | | | | | | | | | |
| Total em 31/12/2013 | 1.570.254 | 624.850 | 2.195.104 | | | 2.195.104 | | | | | | | | | | | | | |

Resultado

| | |
|-----------------------------|------------------|
| Receltas | |
| Vendas | 5.903.875 |
| Juros | 14.421 |
| Fundos Exclusivos | 251.834 |
| Despesas | |
| Compras | (1.646.256) |
| Juros | (1.712.508) |
| Variações Cambiais Líquidas | (1.025.243) |
| Total em 31/12/2014 | 1.786.123 |
| Total em 31/12/2013 | 1.717.233 |

- (1) O contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
- (2) As aplicações financeiras totalizam R\$ 396.914 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 100.560 em 31 de dezembro de 2013) e os investimentos em ações da Usiminas classificados como investimentos disponíveis para venda, totalizam R\$ 87.475 (R\$ 134.543 em 31 de dezembro de 2013).
- (3) Nacional Minérios S.A.: Adiantamento de clientes da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. conforme mencionado acima.
- (4) **Circulante:** Refere-se principalmente a operações de cessão de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social com as empresas Sepetiba Tecon, CSN Energia, Companhia Metalúrgica Prada, FTL - Ferrovia Transnordestina Logística, Companhia Brasileira de Latas, Rimet e Companhia de Embalagens Metálicas MMSA.
- Não Circulante:** Refere-se principalmente à operação de adiantamento para futuro aumento de capital com as empresas Transnordestina Logística, FTL - Ferrovia Transnordestina, CSN Energia e Companhia Florestal do Brasil.

• Por empresa

| | Ativo | | | Passivo | | | Receitas e Despesas Financeiras Líquidas | | | Variações Cambiais Líquidas | | | Resultado | | |
|---------------------------------|------------|----------------|---------|------------|----------------|-----------|--|-----------|----------|-----------------------------|----------|--|-----------|--|--|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total | Vendas | Compras | Líquidas | Líquidas | Total | | | | |
| Controladas | | | | | | | | | | | | | | | |
| Companhia Metalúrgica Nordeste | 645 | | 645 | 691 | | 691 | 42.446 | (625) | | | 41.821 | | | | |
| Companhia Metalúrgica Prada (1) | 49.052 | 121.336 | 170.388 | 14.514 | 196 | 14.710 | 975.949 | (151.631) | | | 824.318 | | | | |
| CSN Cimentos S.A. (2) | 16.752 | | 16.752 | 30.197 | 388.741 | 418.938 | 199.995 | (6.696) | | (37.797) | 155.502 | | | | |
| Estanho de Rondônia S.A. | 6.264 | | 6.264 | | | | | (10.972) | | | (10.972) | | | | |
| Florestal Brasil S.A. | | 8.427 | 8.427 | | | | | | | | | | | | |
| Sepetiba Tecon S.A. | 18.968 | 77.063 | 96.031 | 13.578 | | 13.578 | 2.655 | (10.847) | | 405 | (7.787) | | | | |
| Mineração Nacional | 19 | | 19 | | | | | | | | | | | | |
| Congonhas Minérios S.A. (3) | | | | 148.686 | 1.778.290 | 1.926.976 | | | (226.00 | | | | | | |



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA



MINERAÇÃO



CIMENTO



LOGÍSTICA



ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Table with columns: Ativo, Passivo, Controladora Resultado. Rows include Circulante, Não Circulante, Total, Vendas, Compras, Recultas e Despesas Financeiras Líquidas, Variações Cambiais Líquidas, Total.

- (1) Companhia Metalúrgica Prada: Contas a receber de R\$ 170.388 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 201.726 em 31 de dezembro de 2013), referente a compra de aço.
(2) CSN Cimentos S.A.: Contas a pagar no valor de R\$ 418.938 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 365.983 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 30.198 classificados no curto prazo e R\$ 388.741 classificados no longo prazo referente a operações de clínquer.
(3) Congonhas Minérios S.A.: Refere-se principalmente a empréstimos com vencimento final para março 2018 e juros de 101,50% CDI, totalizando R\$ 1.908.160 (R\$ 1.930.194 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 148.686 classificados no curto prazo e R\$ 1.759.474 classificados no longo prazo.
(4) CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-Pagamento, Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds, juros de 9,13% com vencimento final para junho de 2017. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$ 7.490.873 (R\$ 5.605.934 em 31 de dezembro de 2013), sendo classificados no curto prazo R\$ 1.320.131 e R\$ 6.170.742 no longo prazo.
(5) CSN Handel GmbH: Contas a receber de R\$ 122.061 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 303.073 em 31 de dezembro de 2013), referente a operações de vendas de minério de ferro.
(6) CSN Islands XII Corp: Contratos em dólar: Juros de 7,64% com vencimento final para fevereiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$ 1.363.481 (R\$ 353.569 em 31 de dezembro de 2013) sendo R\$ 23.428 classificados no curto prazo e R\$ 1.340.053 no longo prazo.

17.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

• CBS Previdência

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 26.

• Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

• Ibis Participações e Serviços Ltda.

A empresa Ibis Participações e Serviços está sob controle de membro da administração da Companhia.

• Companhia de Gás do Ceará

Distribuidora de gás natural está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia.

17.d) Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo, informações sobre remuneração e salários existentes em 31 de dezembro de 2014.

Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013, Resultado. Rows include Benefícios de curto prazo para empregados e administradores, Benefícios pós-emprego, Outros benefícios de longo prazo, Benefícios de rescisão de contrato de trabalho, Remuneração baseada em ações.

n/a - Não aplicável

18.e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração autorizou diversos programas de recompra de ações de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Table with columns: Programa, Autorização do Conselho, Quantidade autorizada, Prazo do programa, Custo médio de aquisição, Custo mínimo e custo máximo de aquisição, Quantidade adquirida, Cancelamento das ações, Saldo em tesouraria.

(*) Após o encerramento do exercício, a Companhia recomprou 1.841.100 de ações neste programa.

(1) Em 18 de julho de 2014 e 19 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de, respectivamente, 60.000.000 e 10.446.061 de ações mantidas em tesouraria sem alteração do valor do capital social da Companhia.

Table with columns: Quantidade adquirida (em unidades), Valor total pago pelas ações, Custo das ações (Mínimo, Máximo, Médio), Valor de mercado das ações em 31/12/2014 (*).

(*) Utilizada a cotação das ações na BM&FBovespa em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 5,58 por ação.

18.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

18.g) Lucro líquido (prejuízo) por ação (LPA)

O lucro (prejuízo) por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria e foi calculado como segue:

Table with columns: Consolidado, Controladora, 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício, Atribuído a Sócios da Empresa Controladora, Média ponderada da quantidade de ações, LPA Básico e Diluído.

19. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 28 de fevereiro de 2014 e 30 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração, aprovou a proposta de pagamento, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório, à conta de reserva de lucros (reserva estatutária de capital de giro), do montante de R\$ 425.000 e R\$ 275.000 em dividendos, correspondendo R\$ 0,291501175 e R\$ 0,202358522 por ação, respectivamente. Os dividendos deliberados em fevereiro foram pagos a partir de 11 de março de 2014 e os deliberados em dezembro serão pagos a partir de 15 de janeiro de 2015, sem atualização monetária, para os acionistas domiciliados no Brasil.

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para 2014:

Table with columns: Exercício, Ano de liberação, Dividendos, JCP, Total, Exercício, Ano de Pagamento, Dividendos, JCP, Total. Rows include Prejuízo do exercício, Reversão de Reserva estatutária de capital de giro, Lucro para destinação, Destinação, Dividendos deliberados em 28/02/2014 e 30/12/2014, Dividendos pagos no exercício, Dividendos e JCP a pagar de exercícios anteriores, Total de dividendos a pagar, Média ponderada da quantidade de ações, Dividendos deliberados por ação.

Demonstramos nos quadros a seguir o histórico dos dividendos e JCP deliberados e pagos:

Table with columns: Exercício, Ano de liberação, Dividendos, JCP, Total, Exercício, Ano de Pagamento, Dividendos, JCP, Total. Rows include 2013, 2014, Total Deliberado.

20. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

Table with columns: Receita Bruta, Mercado interno, Mercado externo, Consolidado, Controladora, 31/12/2014, 31/12/2013.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.a) Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 4.540.000 dividido em 1.387.524,047 ações ordinárias e escriturais (1.457.970,108 em 31 de dezembro de 2013), sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

18.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2014 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

18.c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

18.d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2014, a composição acionária era a seguinte:

Table with columns: Quantidade de ações Ordinárias, % Total de ações, % Capital votante, Quantidade de ações Ordinárias, % Total de ações. Rows include Vicunha Siderurgia S.A., Rio Iaco Participações S.A. (*), Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS, BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, NYSE (ADRs), BM&FBovespa, Ações em tesouraria, Total de ações.

(*) A Rio Iaco Participações S.A. é uma empresa do grupo controlador.

Table with columns: Consolidado, Controladora, 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include Deduções (Vendas canceladas e abatimentos, Impostos incidentes sobre vendas), Receita Líquida.

21. DESPESAS POR NATUREZA

Table with columns: Consolidado, Controladora, 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include Matérias Primas e Insumos, Mão de obra, Suprimentos, Manutenção (serviços e materiais), Serviços de Terceiros, Depreciação, Amortização e Exaustão (Nota 8 b), Outros, Classificados como: Custo dos produtos vendidos (Nota 24), Despesas com vendas (Nota 24), Despesas gerais e administrativas (Nota 24).

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Table with columns: Consolidado, Controladora, 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include Outras receitas operacionais (Reversão Passivo Atuarial/Provisão Ativo Atuarial, Indenizações/Ganho processos judiciais, Aluguéis e arrendamentos, Reversão de provisões, Ganho na perda de controle na Transnordestina, Outras receitas), Outras despesas operacionais (Impostos e taxas, Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões, Multas contratuais e inadimplíveis, Depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (Nota 8 b), Valor residual de bens permanentes baixados (Nota 8), (Perdas)/Reversão estimadas em estoques (Nota 5), Perdas com sobressalentes, Despesas com estudos e engenharia de projetos, Despesas com pesquisa e desenvolvimento, Ajuste de perda pelo valor recuperável, Despesa plano de saúde, Impairment ativos disponíveis para venda, Eleito REFIS Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.996/14 e Lei nº 13.043/14, líquidos, Impairment malha velha Transnordestina, Outras despesas), Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas.

continua...



SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | Consolidado | | Controladora | | 31/12/2013 | | | | | Despesas Corporativas/ Eliminação | Consolidado | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------|-----------|-----------|---------|---------|-----------------------------------|-------------|--|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | Siderurgia | Mineração | Logística | Energia | Cimento | | | |
| Resultados | | | | | | | | | | | | |
| Recursos | | | | | | | | | | | | |
| Recursos financeiros | | | | | | | | | | | | |
| Partes relacionadas (Nota 17 b) | 50.631 | 25.576 | 266.255 | 48.972 | | | | | | | | |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 82.103 | 125.885 | 4.008 | 16.032 | | | | | | | | |
| Outros rendimentos | 38.818 | 20.723 | 30.289 | 9.286 | | | | | | | | |
| | 171.552 | 171.984 | 300.552 | 74.290 | | | | | | | | |
| Despesas financeiras | | | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira | (718.281) | (743.276) | (117.011) | (74.648) | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - moeda nacional | (1.806.568) | (1.559.312) | (1.565.306) | (1.212.009) | | | | | | | | |
| Partes relacionadas (Nota 17 b) | (423.621) | (421.659) | (1.712.508) | (1.571.144) | | | | | | | | |
| Juros Capitalizados (Notas 8 e 29) | 165.789 | 490.747 | 165.789 | 309.073 | | | | | | | | |
| Perdas com derivativos (*) | (4.869) | (21.643) | (943) | (4.268) | | | | | | | | |
| Juros, multas e moras fiscais | (76.704) | (72.065) | (40.791) | (59.057) | | | | | | | | |
| Eleito REFIS Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.996/14 e Lei nº 13.043/14, líquidos | (52.036) | (277.032) | (51.624) | (273.178) | | | | | | | | |
| Outras despesas financeiras | (187.688) | (135.500) | (166.267) | (97.149) | | | | | | | | |
| | (3.103.978) | (2.739.740) | (3.488.661) | (2.982.380) | | | | | | | | |
| Variações monetárias e cambiais líquidas | | | | | | | | | | | | |
| Variações monetárias líquidas | (109) | (37.858) | (22.942) | (33.176) | | | | | | | | |
| Variações cambiais líquidas | (391.767) | 97.969 | (1.287.021) | (937.113) | | | | | | | | |
| Variações cambiais com derivativos (*) | 242.869 | (3.954) | | | | | | | | | | |
| | (149.007) | 56.157 | (1.309.963) | (1.030.289) | | | | | | | | |
| Resultado financeiro líquido | (3.081.433) | (2.511.599) | (4.498.072) | (3.938.379) | | | | | | | | |
| (*) Demonstração dos resultados das operações com derivativos | | | | | | | | | | | | |
| Swap dólar x CDI | (12.735) | 11.172 | | | | | | | | | | |
| Swap (NDF) dólar x real | 213.602 | (597) | | | | | | | | | | |
| Swap (NDF) dólar x euro | 33.397 | (13.190) | | | | | | | | | | |
| Swap dólar x euro | 8.605 | 4.035 | | | | | | | | | | |
| Swap iene x dólar | | (5.374) | | | | | | | | | | |
| | 242.869 | (3.954) | | | | | | | | | | |
| Swap Libor x CDI | (943) | (4.268) | (943) | (4.268) | | | | | | | | |
| Swap Pré x CDI | (3.926) | (17.375) | | | | | | | | | | |
| | (4.869) | (21.643) | (943) | (4.268) | | | | | | | | |
| | 238.000 | (25.597) | (943) | (4.268) | | | | | | | | |

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

De acordo com a estrutura do Grupo, os negócios estão distribuídos e gerenciados em cinco segmentos operacionais conforme a seguir:

Siderurgia

O segmento de Siderurgia consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados, com operações no Brasil, Estados Unidos, Portugal e Alemanha. O Segmento atende aos mercados de construção civil, embalagens de aço para as indústrias química e alimentícia do País, linha branca (eletrodomésticos), automobilístico e OEM (motores e compressores). As unidades siderúrgicas da Companhia produzem aços laminados a quente, a frio, galvanizados e pré-pintados de grande durabilidade. Também produz folhas de flandres, matéria-prima utilizada na produção de embalagens.

No exterior, a Lusosider, em Portugal, também produz folhas metálicas, além de aços galvanizados. Já a CSN LLC, nos Estados Unidos, atende o mercado local, oferecendo aços laminados a frio e galvanizados. Em janeiro de 2012, a CSN adquiriu a Stahlwerk Thüringen (SWT), uma produtora de aços longos localizada em Unterwellenborn, Alemanha. A SWT é especializada na produção de perfis usados para a construção civil e com capacidade instalada de produção de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano.

Em janeiro de 2014 iniciou-se a operação de longos, com capacidade de 500 mil toneladas por ano e consolidará o posicionamento da empresa como fonte de soluções completas para a construção civil, complementando seu portfólio de produtos de alto valor agregado na cadeia do aço.

Mineração

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas - MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como a controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de graneis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguai, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

Logística

I. Ferroviária

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação.

O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, do Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas, Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguai no Rio de Janeiro para Volta Redonda e os produtos destinados à exportação para os Portos de Itaguai e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

b) TLSA e FTL

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividida em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuri, Arrojado - Recife, Itabiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I), com prazo de concessão até 2027, detida pela FTL; e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suspe e Missão Velha - Porto de Pecém, com prazo de concessão até 2057 ou até o retorno do investimento corrigido em 6,75% dos trechos, detida pela TLSA.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

II. Portuária

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos bergs e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguai como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de graneis.

Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Ita, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de co-geração termoeletrônica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrônica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

Resultado por segmento

A partir do exercício de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto Namisa, MRS e CBSI. Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna "Despesas corporativas/eliminação".

| Resultado | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | | Despesas Corporativas/ Eliminação | | | | | Consolidado |
|--|-------------------|------------------|----------------|------------------|-----------------------------------|----------------|--------------------|-------------------|------------------|-------------|
| | Siderurgia | Mineração | Portuária | Ferrovária | Energia | Cimento | | | | |
| Toneladas (mil) - (não revisado) (*) | 5.177.453 | 25.245.424 | | | | | | | | 2.185.044 |
| Receitas líquidas | 8.650.413 | 306.837 | 202.338 | 1.105.026 | 324.481 | 440.492 | (1.063.096) | 9.966.491 | (484.096) | 6.159.741 |
| Mercado interno | 2.841.271 | 3.802.566 | | | | | | | | |
| Mercado externo | | | | | | | | | | |
| Total receita líquida (nota 20) | 11.491.684 | 4.109.403 | 202.338 | 1.105.026 | 324.481 | 440.492 | (1.547.192) | 16.126.232 | | |
| Custo produtos e serviços vendidos (Nota 21) | (8.671.935) | (2.985.930) | (137.634) | (753.394) | (186.750) | (295.264) | 1.438.525 | (11.592.382) | | |
| Lucro Bruto | 2.819.749 | 1.123.473 | 64.704 | 351.632 | 137.731 | 145.228 | (108.667) | 4.533.850 | | |
| Despesas vendas e administrativas (Nota 21) | (686.936) | (61.129) | (7.016) | (113.042) | (20.097) | (66.848) | (525.290) | (1.480.358) | | |
| Depreciação (Nota 8 b) | 802.323 | 366.808 | 10.525 | 168.786 | 17.095 | 37.627 | (158.033) | 1.245.131 | | |
| Ebitda proporcional de controladas em conjunto | | | | | | | | 430.547 | 430.547 | |
| EBITDA ajustado | 2.935.136 | 1.429.152 | 68.213 | 407.376 | 134.729 | 116.007 | (361.443) | 4.729.170 | | |
| Vendas por área geográfica | | | | | | | | | | |
| Ásia | 77.688 | 3.674.778 | | | | | (484.096) | 3.268.370 | | |
| América do Norte | 713.777 | | | | | | | 713.777 | | |
| América Latina | 165.238 | | | | | | | 165.238 | | |
| Europa | 1.868.280 | 127.788 | | | | | | 1.996.068 | | |
| Outras | 16.288 | | | | | | | 16.288 | | |
| Mercado externo | 2.841.271 | 3.802.566 | | | | | | (484.096) | 6.159.741 | |
| Mercado interno | 8.650.413 | 306.837 | 202.338 | 1.105.026 | 324.481 | 440.492 | (1.063.096) | 9.966.491 | | |
| Total | 11.491.684 | 4.109.403 | 202.338 | 1.105.026 | 324.481 | 440.492 | (1.547.192) | 16.126.232 | | |

| Resultado | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | | Despesas Corporativas/ Eliminação | | | | | Consolidado |
|--|-------------------|------------------|-------------------|------------------|-----------------------------------|----------------|--------------------|--------------------|------------------|-------------|
| | Siderurgia | Mineração | Portuária | Ferrovária | Energia | Cimento | | | | |
| Toneladas (mil) - (não revisado) (*) | 6.116.944 | 21.534.147 | | | | | | | | 2.045.862 |
| Receitas líquidas | 9.695.736 | 679.974 | 194.842 | 1.074.216 | 211.797 | 415.577 | (1.025.068) | 11.247.074 | (1.248.867) | 6.065.358 |
| Mercado interno | 2.697.471 | 4.616.754 | | | | | | | | |
| Mercado externo | | | | | | | | | | |
| Total receita líquida (nota 20) | 12.393.207 | 5.296.728 | 194.842 | 1.074.216 | 211.797 | 415.577 | (2.273.935) | 17.312.432 | | |
| Custo produtos e serviços vendidos (Nota 21) | (9.961.948) | (2.829.028) | (97.488) | (708.407) | (161.435) | (276.752) | 1.612.352 | (12.422.706) | | |
| Lucro Bruto | 2.431.259 | 2.467.700 | 97.354 | 365.809 | 50.362 | 138.825 | (661.583) | 4.889.726 | | |
| Despesas vendas e administrativas (Nota 21) | (738.655) | (69.364) | (22.743) | (100.062) | (20.384) | (68.219) | (340.538) | (1.359.965) | | |
| Depreciação (Nota 8 b) | 761.086 | 219.742 | 7.272 | 140.551 | 17.067 | 30.631 | (82.519) | 1.093.830 | | |
| Ebitda proporcional de controladas em conjunto | | | | | | | | 780.606 | 780.606 | |
| EBITDA ajustado | 2.453.690 | 2.618.078 | 81.883 | 406.298 | 47.045 | 101.237 | (304.034) | 5.404.197 | | |
| Vendas por área geográfica | | | | | | | | | | |
| Ásia | 45.105 | 3.610.625 | | | | | | 3.655.730 | | |
| América do Norte | 635.749 | | | | | | | 635.749 | | |
| América Latina | 153.027 | | | | | | | 153.027 | | |
| Europa | 1.839.732 | 1.006.129 | | | | | | 2.845.861 | | |
| Outras | 23.858 | | | | | | | 23.858 | | |
| Mercado externo | 2.697.471 | 4.616.754 | | | | | | (1.248.867) | 6.065.358 | |
| Mercado interno | 9.695.736 | 679.974 | 194.842 </ | | | | | | | |



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2014 é demonstrada a seguir:

Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013, showing values for 'Valor justo dos ativos do plano no início do exercício', 'Retorno esperado dos ativos do plano', 'Benefícios pagos', 'Ganhos/(perdas) atuariais', and 'Valor justo dos ativos do plano no final do exercício'.

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada a seguir:

Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013, showing values for 'Custos de serviços correntes', 'Custos de juros', 'Retorno esperado sobre os ativos do plano', 'Juros sobre o efeito do limite de ativo', 'Total dos custos/(receita) não reconhecida (*)', 'Total dos custos/(receita) reconhecido na demonstração do resultado', and 'Total dos custos (receitas), líquidos (*)'.

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados IAS 19 - Employee Benefits.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2014 está demonstrada a seguir:

Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013, showing values for '(Ganhos) e perdas atuariais', 'Restrição devido à limitação de recuperação', '(Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes', '(Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos', and 'Custo total de (ganhos) e perdas atuariais (*)'.

(*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

Abertura dos ganhos ou perdas atuarial, requerida com base no item 141 do CPC 33(R1):

Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013, showing values for '(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses demográficas', '(Ganho)/perda decorrente de mudança de hipóteses financeiras', '(Ganho)/perda decorrente de ajustes de experiência', 'Retorno dos ativos do plano (excluindo receita com juros)', and '(Ganhos) e perdas atuariais'.

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

Table with columns for 31/12/2014, 31/12/2013, 31/12/2012, 31/12/2011, and 31/12/2010, showing values for 'Valor presente das obrigações do benefício definido', 'Valor justo dos ativos do plano', 'Déficit/(Superávit)', 'Ajustes de experiência nas obrigações do plano', and 'Ajustes de experiência nos ativos do plano'.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Table comparing 31/12/2014 and 31/12/2013 assumptions for 'Método atuarial de financiamento', 'Moeda funcional', 'Contabilização dos ativos do plano', 'Valor utilizado como estimativa do patrimônio de fechamento do exercício', 'Taxa de desconto nominal', 'Taxa de inflação', 'Taxa de aumento nominal do salário', 'Taxa de aumento nominal do benefício', 'Taxa de retorno dos investimentos', 'Tábua de mortalidade geral', 'Tábua de entrada em invalidez', 'Tábua de mortalidade de inválidos', 'Tábua de rotatividade', 'Idade de aposentadoria', and 'Composição familiar dos participantes em atividade'.

As premissas referente a tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos, dados:

Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013, showing values for 'Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais' (Masculino, Feminino) and 'Longevidade na idade de 65 anos para os participantes atuais de 40 anos' (Masculino, Feminino).

(*) Plano BD compõe o Plano 35% e Suplementação da Média Salarial e o Plano Milênio compõe o Plano Misto de Benefício Suplementar.

Alocação dos ativos do plano:

Table with columns for 31/12/2014 and 31/12/2013, showing values for 'Renda Variável', 'Renda Fixa', 'Imóveis', 'Outros', and 'Total'.

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN. Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário (CDI) e Notas do Tesouro Nacional (NTN-B).

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para os planos de benefício definido a despesa em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 763 (R\$ 740 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano misto de benefício suplementar, que possui componentes de contribuição definida, a despesa em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 31.053 (R\$ 31.542 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano de contribuição definida CBSPrev Namisa, a despesa em 2014 foi de R\$ 1.637 (R\$ 1.427 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano de contribuição definido CBSPrev, a despesa em 2014 foi de R\$ 1.959.

25.d) Contribuições esperadas
Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2015.

Para o plano misto de benefício suplementar, que possui componentes de contribuição definida, as contribuições esperadas de R\$ 31.451 serão pagas em 2015.

26. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

Table with columns for Moeda, Vencimentos, Empréstimos, Execução fiscal, Outros, and Total, showing values for various entities like Transnordestina Logística, FTL - Ferrovia Transnordestina, CSN Cimentos, Prada, CSN Energia, Congonhas Minérios, Fundação CSN, Estádio de Rondônia, CSN Islands IX, CSN Islands XI, CSN Islands XII, CSN Resources, Sepetiba Tecon, CSN Handel, CSN Steel S.L., and Lusosider Aços Planos.

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. COMPROMISSOS

27.a) Contratos "take-or-pay"

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possuía contratos de "take-or-pay", conforme demonstrado no quadro abaixo:

Table with columns: Natureza do serviço, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, Após 2018, Total. Rows include Transporte de minério de ferro, coque, produtos siderúrgicos, cimento e produtos de mineração; Serviços de descarga, armazenagem, movimentação, carregamento e transporte rodoviário; Fornecimento de energia, gás natural, oxigênio, nitrogênio, argônio e pelotas de minério de ferro; Beneficiamento de lama de alto forno e escória resultante do processo de produção de gusa e aço; Industrialização, reparo, recuperação e fabricação, das unidades de máquina de lingotamento.

27.b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2014, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

Table with columns: Empresa, Concessão, Natureza do serviço, 2015, 2016, 2017, 2018, Após 2018, Total. Rows include MRS (Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno); FTL (Ferrovia Transnordestina Logística) (Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil); Tecar (Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos); Tecon (Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí).

27.c) Projetos e outros compromissos

Siderurgia - Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas.

Projeto de minério de ferro

O plano de expansão projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro e capacidade portuária de 84 Mtpa no TECAR. Em uma primeira fase, a CSN projeta produzir até 66 Mtpa de minério de ferro e investe na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 60 Mtpa. As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR. As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

Projeto Transnordestina

O Projeto Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 45% o qual esta previsto para ser concluído em 2017. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S.A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Concessionária detentora do Projeto Transnordestina, detém a concessão até o prazo máximo de 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) participação em capital da CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$ 7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou lançados por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor de orçamento composto da seguinte forma: Missão Velha - Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro - Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade - Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha - Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro - Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, 50% das debêntures deverão ser convertidas em aumento de capital da TLSA.

Expansão Cimentos Sudeste

Em adição à produção atual de aproximadamente 2,4 Mtpa na Unidade Presidente Vargas no Rio de Janeiro, a CSN planeja uma expansão da operação de cimentos para 5,4 Mtpa, sendo que esse volume adicional de 3 Mtpa será obtido através da instalação de um planta integrada com moino de cimentos e forno de clínquer, no Estado de Minas Gerais, onde a empresa já opera um forno de clínquer utilizando calcário de mina própria. A empresa avalia oportunidades de crescimento em outras regiões.

Contratos de longo prazo com Namisa

A Companhia celebra contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

i. Contrato de serviço de operação portuária

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

ii. ROM de alta sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

iii. ROM de baixa sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

28. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas trataram vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas. As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro

de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário. Em 2014, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de setembro de 2014 a 30 de Setembro de 2015. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$ 600 milhões e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, CSN Paraná, Terminal de cargas Tecar, Terminal Tecon, Namisa, CSN Handel e Namisa Handel. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$ 375 milhões em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

Table with columns: Consolidado, Controladora, 31/12/2014, 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include Imposto de renda e contribuição social pagos; Adição ao imobilizado com capitalização de juros; Redução de capital sem efeito caixa; Aquisição de prejuízo fiscal e base negativa de controladas; Capitalização em controlada de empréstimo concedido.

30. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Table with columns: Consolidado, Controladora, 31/12/2014, 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício; Outros Resultados abrangentes; Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado; Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado; Resultado Abrangente Total do Exercício; Atribuível à: Participação dos acionistas controladores; Participação dos acionistas não controladores.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Debêntures

Oitava emissão. Em janeiro de 2015, a Companhia emitiu 10.000 debêntures, em série única, quirografárias e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 100.000, com juros remuneratórios de 113,70% a.a. do CDI Cetip, com vencimento final em janeiro de 2022, com opção de resgate antecipado.

Aquisição facultativa parcial da sexta emissão

Em janeiro de 2015, a Companhia realizou aquisições facultativas de debêntures da 1ª série de sua Sexta Emissão, totalizando a aquisição facultativa de 60.000 de debêntures, pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios acumulados, desde a última data de pagamento de juros até a data da respectiva aquisição facultativa. As debêntures objeto da aquisição facultativa permanecem em tesouraria.

Table with columns: CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA, COMITÊ DE AUDITORIA, CONTADORES. Lists names and titles of board members, directors, and auditors.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Companhia Siderúrgica Nacional

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles

internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Roberto Wagner Promenzio

Contador

CRC nº 1 SP 088438/O-9

São Paulo, 4 de março de 2015



> www.csn.com.br <



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com a confiança de sua administração e a força de seus mais de 22 mil colaboradores, a CSN vem há sete décadas construindo a história da indústria brasileira. A Companhia traz em seu DNA a marca do desenvolvimento desde sua criação como a primeira siderúrgica integrada do país, em Volta Redonda (RJ), essencial para a instalação do parque fabril nacional.

Nos últimos anos a CSN vem investindo continuamente na expansão e diversificação de seus negócios, de forma sustentável, criando empregos e gerando progresso e impostos que beneficiam milhões de brasileiros. Desde 2010 foram investidos mais de R\$ 16 bilhões, principalmente nos segmentos de siderurgia, mineração, cimento e infraestrutura. São ações concretas que ajudam a construir um país mais justo e desenvolvido, sempre com respeito ao meio ambiente e às comunidades.

Da diversidade vem a nossa força. Aproveitando as sinergias existentes, atuamos de forma integrada em cinco setores da economia: Siderurgia, Mineração, Logística, Cimento e Energia. Exploramos nossas fronteiras para além-mar, operando também nos Estados Unidos, Alemanha e Portugal.

Num processo competitivo global, soluções criativas e uma capacidade de reinvenção permanente são fundamentais para o desenvolvimento das empresas. Em momentos desafiadores como os que vivemos no país e no mundo, estamos mostrando nossas principais características: força, determinação e uma capacidade permanente de inovação.

Desafios nos motivam. Vamos dar continuidade à história da qual somos pioneiros e construtores de um futuro cada vez melhor.

Benjamin Steinbruch
Presidente do Conselho de Administração

2. A EMPRESA

Com negócios em siderurgia, mineração, cimento, logística e energia, a CSN atua de forma integrada em toda a cadeia produtiva do aço, desde a extração do minério de ferro, até a produção e comercialização de uma diversificada linha de produtos siderúrgicos de alto valor agregado. O sistema integrado de produção, aliado à qualidade de gestão, faz com que a CSN tenha um dos mais baixos custos de produção da siderurgia mundial.

Em 2014 o volume de aço comercializado pela CSN atingiu de 5,2 milhões de toneladas. Desse total 72% foi vendido no mercado interno e 28% exportado e vendido através das subsidiárias no exterior.

A mina própria de Casa de Pedra, localizada no município de Congonhas, em Minas Gerais, abastece a CSN com minério de ferro de alta qualidade, fundamental à produção siderúrgica. A capacidade de produção anual da mina de Casa de Pedra é de 26 milhões de toneladas, sendo 21 milhões de toneladas da planta central e 5 milhões de toneladas das plantas móveis.

A partir de 2007 a CSN e sua controlada em conjunto NAMISA comercializam minério de ferro no mercado transoceânico. A CSN administra ainda dois terminais portuários em Itaguaí (RJ), o Tecar, por onde é embarcado o minério de ferro para o mercado transoceânico e o terminal de contêineres (Sepetiba Tecon). Com a mina de Casa de Pedra, a CSN vem firmando sua posição no mercado transoceânico de minério de ferro, sendo, em conjunto com a NAMISA, o segundo maior produtor nacional. As exportações de minério de ferro são destinadas principalmente à Ásia, Europa e Oriente Médio.

A complementaridade da indústria cimenteira com a siderurgia levou a CSN a ingressar no mercado de cimento, agregando valor à escória gerada em sua produção de siderurgia.

Além do suprimento de calcário para a produção de aço na Usina Presidente Vargas, a mina de Arcos, em Minas Gerais, passou a fornecer a partir de 2011, calcário não siderúrgico para a produção de clínquer, uma das principais matérias-primas utilizadas na fabricação de cimento, demonstrando assim integração entre suas atividades.

A CSN é um dos maiores consumidores industriais de energia elétrica do país, dispo de diversos ativos de geração de energia elétrica que lhe garantem autossuficiência. Para assegurar o suprimento de energia necessário à expansão de seus negócios, a CSN vem investindo na expansão da capacidade de geração de energia. Assim, em 2014 foi concluída a instalação de uma turbina de topo com capacidade de 21 MW, no Alto Forno 3 da Usina Presidente Vargas, elevando a capacidade de geração para 446 MW.

3. PERSPECTIVAS, ESTRATÉGIAS E INVESTIMENTOS

Dentro dos cinco segmentos em que atua de forma integrada, a CSN vem investindo na modernização de suas unidades e na expansão de sua capacidade de produção, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas. Além dos investimentos em projetos de crescimento orgânico, a Companhia analisa oportunidades de aquisição e aliança estratégica no Brasil e no exterior.

3.1 SIDERURGIA

A Usina Presidente Vargas em Volta Redonda é a principal unidade de produção siderúrgica da CSN, com uma capacidade instalada de produção de 5,6 milhões de toneladas de aço bruto. No ano de 2014, a usina produziu 4,5 milhões de toneladas de aço bruto, enquanto a produção de laminados atingiu 4,3 milhões de toneladas.

A CSN vem trabalhando na diversificação de suas atividades siderúrgicas, com a entrada no segmento de aços longos, inaugurando uma unidade de produção de vergalhões e fios-máquina em Volta Redonda, com capacidade instalada de produção de 500 mil toneladas anuais. Em 2014, foram produzidas nesta planta 90 mil toneladas de produtos destinados principalmente à indústria de construção.

A Companhia conta ainda com três subsidiárias no exterior: a CSN LLC, instalada em Terre Haute, no Estado de Indiana, nos EUA, que atua no segmento de aços planos, com unidades de laminação a frio e galvanização; a Lusosider, em Paio Pires, Portugal, que produz laminados planos, a frio e galvanizados, e a SWT, localizada em Untertwillingen, na Alemanha, com capacidade de produção de 1 milhão de toneladas anuais de perfis de aço destinados à construção civil e industrial.

3.2 MINERAÇÃO

A CSN está posicionada como a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil. Considerando a totalidade das vendas de produtos acabados de minério de ferro da mina de Casa de Pedra e da NAMISA, a CSN comercializou em 2014 cerca de 29 milhões de toneladas, 13% superior ao volume comercializado em 2013.

Além disso, a Companhia produziu e destinou ao consumo próprio 6 milhões de toneladas de minério de ferro.

Em uma primeira fase, a CSN está investindo para ampliar sua capacidade de produção em Casa de Pedra para 40 milhões de toneladas anuais. Por sua vez o Tecar embarcou cerca de 33 milhões de toneladas em 2014, um acréscimo de 14% sobre o volume embarcado em 2013.

3.3 CIMENTO

Com a implantação em 2009 de sua primeira planta de moagem de cimento em Volta Redonda, com capacidade de 2,4 milhões de toneladas por ano, a CSN produziu e comercializou em 2014 cerca de 2,2 milhões de toneladas de cimento. A Companhia vem investindo na expansão de sua capacidade de produção para 5,4 milhões de toneladas anuais de cimento. Esse volume adicional de 3,0 milhões de toneladas será obtido por meio da instalação de uma planta integrada com moagem de cimento e um novo forno de clínquer em Arcos, utilizando calcário da própria mina.

3.4 LOGÍSTICA

Portos

O Sepetiba Tecon, administrado pela CSN, é um porto concentrador de cargas (Hub Port), posicionado como o maior terminal de contêineres do Rio de Janeiro e um dos maiores do Brasil em seu segmento. Para a expansão do Sepetiba Tecon, foram realizados investimentos em infraestrutura, com aquisição de novos equipamentos, bem como a equalização do berço 301. Esta expansão transformou o Berço 301 em um cais contínuo, permitindo operação simultânea de navios de grande porte, elevando sua capacidade para mais de 600.000 TEUs (1) anuais.

(1) TEU (Twenty Foot Equivalent Unit) - unidade de transporte equivalente ao tamanho padrão de contêiner intermodal de 20 pés

Ferrovias

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: a MRS Logística, Transnordestina Logística S.A. e FTL (Ferrovia Transnordestina Logística).

MRS

A CSN possui, direta e indiretamente, 33,27% do capital votante da MRS Logística, que opera a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), no eixo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte. Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais para o abastecimento de matérias primas como minério de ferro, coque e carvão consumidos pela Usina Presidente Vargas. Além disso, a ferrovia é responsável por transportar todo o minério de ferro exportado e parte do aço e cimento produzidos pela CSN.

Transnordestina Logística S.A. (TLSA)

A TLSA, com o apoio do Governo Federal, está construindo a ferrovia Nova Transnordestina, com extensão de 1.728 km, que interligará o terminal ferroviário em Itaipava (PI) aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE), passando por diversas cidades nos estados do Piauí, Pernambuco e Ceará. A capacidade de operação projetada da ferrovia será de 30 milhões de toneladas/ano, devendo exercer importante papel no desenvolvimento da região Nordeste, criando uma opção logística para o desenvolvimento econômico local, principalmente nos setores de óleo e derivados, agricultura e mineração, entre outros. Em 31/12/2014 a participação da CSN na TLSA era de 62,6%.

Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL)

A CSN detém participação de 88,41% na FTL, operadora da antiga malha nordeste da RFFSA, que percorre sete estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com extensão total de 4.534 km e capacidade atual de transporte de cerca de dois milhões de toneladas/ano, com destaque para o transporte de combustível, cimento, alumínio e minério, entre outros.

4. PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS

Reestruturação Societária em Controladas Indiretas

Em 2014, a Companhia Metalúrgica Prada adquiriu a totalidade das ações da Companhia Brasileira de Latas ("CBL"), passando a deter 100% do seu capital social. No mesmo ano a CBL passou por uma reestruturação societária, envolvendo a incorporação de três de suas controladas indiretas: Empresa de Embalagens Metálicas LBM Ltda., Empresa de Embalagens Metálicas MUD Ltda. e Companhia de Embalagens Metálicas MTM do Nordeste.

Tal reestruturação resultou em um aumento de eficiência gerencial, com a redução das despesas de natureza administrativa e financeira, concentrando em uma única estrutura organizacional todas as atividades das sociedades envolvidas.

Constituição de Empresas Controladas

Visando a maior proximidade de seus clientes no mercado asiático, a CSN constituiu em 2014 as empresas CSN Asia Limited e Namisa Asia Limited, ambas com sede em Hong Kong e controladas indiretamente pela Companhia, firmando cada vez mais sua participação como importante player no mercado transoceânico de minério de ferro.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Relações com Investidores

A CSN continua ampliando sua comunicação com o mercado financeiro, visando aumentar a exposição da Companhia por meio de novas coberturas de instituições financeiras. Nesse sentido, a Companhia realizou em 2014 cerca de 230 reuniões e *Conference Calls*, com mais de 400 analistas e investidores.

Capital Social

O capital social da CSN é dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais, sem valor nominal, sendo que cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas.

Controlada pela Vicunha Siderurgia S.A. e pela Rio Iaco Participações S.A., que detêm respectivamente 50,29% e 4,19% do capital total da CSN, a administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva.

CSN - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2014 (%)



(*) Grupo Controlador

Assembleia Geral de Acionistas

Uma vez por ano, conforme estabelece a legislação, a Assembleia Geral de Acionistas, órgão soberano, reúne-se para deliberar, entre outras matérias, sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, as contas apresentadas pelos administradores, demonstrações financeiras, destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos. Sempre que necessário, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para deliberar sobre matérias que não são de sua competência ordinária.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por até 11 membros, que se reúnem ordinariamente nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado e, extraordinariamente, sempre que necessário. O mandato dos Conselheiros é de um ano, com possibilidade de reeleição. Atualmente o Conselho de Administração é composto por seis membros.

O papel do Conselho de Administração consiste, entre outras atribuições, em definir e acompanhar as políticas e estratégias da Companhia, acompanhar os atos da Diretoria Executiva e decidir sobre assuntos relevantes envolvendo os negócios e operações da CSN. O Conselho de Administração é responsável pela eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva podendo, se necessário, criar comitês especiais de assessoramento para auxílio na execução de suas atividades.

Diretoria Executiva

Atualmente composta por cinco Diretores Executivos, sendo um deles o Diretor Presidente, a Diretoria Executiva, observadas as diretrizes e deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, possui os poderes de administração e gestão dos negócios sociais da Companhia. Os membros da Diretoria Executiva se reúnem sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos, ficando a cargo de cada Diretor Executivo a condução das operações pertinentes à sua área de atuação. O mandato dos Diretores Executivos é de dois anos, permitida a reeleição.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria tem autonomia para a tomada de decisões no que se refere às disposições da Lei Sarbanes-Oxley - Seções 301 e 407. Algumas de suas atribuições principais são: avaliar, considerar e recomendar ao Conselho de Administração a indicação, remuneração e contratação de auditor externo, bem como acompanhar a atuação das auditorias interna e externa. Com relação à contratação de auditores externos, são adotados procedimentos visando assegurar que não ocorram conflitos de interesse, dependência ou perda de objetividade do auditor no seu relacionamento com a Companhia.

Auditoria Interna

A CSN dispõe de Auditoria Interna, com atuação independente dentro da Organização, que assessora e relata fatos relevantes ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Diretoria Executiva. Cabe ainda à auditoria interna analisar a correta aplicação de recursos e prevenção de riscos ao patrimônio das empresas do grupo CSN, provendo apoio ao cumprimento dos resultados planejados, com aprimoramento dos processos e controles internos, para melhoria do desempenho financeiro e operacional das empresas, bem como para prevenir riscos de perdas, fraudes e, consequentemente, o comprometimento da imagem corporativa. A CSN disponibiliza canais de comunicação que permitem a funcionários, clientes, fornecedores e terceiros, denunciarem atos ilícitos ou transgressões contra a Companhia que possam afetar suas demonstrações financeiras.

Audidores independentes

Os auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu, que em 2014 prestaram serviços à CSN e suas controladas, foram contratados para serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras. É entendimento, tanto da Companhia, quanto dos seus auditores independentes, que tais serviços não afetam a independência dos auditores.

Honorários de auditoria

Referem-se à auditoria das demonstrações financeiras anuais e revisão de relatórios trimestrais da Companhia.

Honorários relacionados à auditoria

Referem-se à elaboração e emissão de "cartas de conforto" relacionadas à proposta de emissão de títulos por subsidiárias da Companhia no exterior e processos de "due diligence".

Valores referentes aos serviços prestados pelos auditores

| | (R\$ mil) |
|-------------------------------------|--------------|
| Honorários de auditoria | 3.527 |
| Honorários relacionados à auditoria | 3.882 |
| Total | 7.409 |

Os serviços prestados pelos auditores externos, adicionalmente ao exame das demonstrações financeiras, são previamente apresentados ao Comitê de Auditoria para que se conclua, de acordo com a legislação pertinente, se tais serviços, pela sua natureza, não representam conflito de interesse ou afetam a independência e objetividade dos auditores independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria Executiva declarou em 4 de março de 2015 que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Lei Sarbanes-Oxley

A Companhia possui em sua estrutura a Gerência de Riscos Corporativos, que tem como principais atribuições mapear e avaliar, em conjunto com os gestores dos processos, os controles internos necessários para mitigar riscos inerentes às operações da Companhia, que possam impactar suas demonstrações financeiras, bem como assegurar a aderência às leis, regulamentações e políticas internas por meio da estrutura de controles internos existente. Adicionalmente, tem como responsabilidade reportar o resultado desta avaliação à alta administração e ao Comitê de Auditoria, além de acompanhar os planos de ação elaborados para remediar quaisquer deficiências identificadas nos processos.

A Diretoria de Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração da Companhia, também é responsável pelo monitoramento dos controles internos, por meio da realização de testes independentes.

A Companhia está na fase final da certificação de seus controles internos relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2014, em atendimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

Em 2014, foram realizados testes para avaliar a eficácia dos controles internos da CSN, Namisa, CSN Cimentos, Transnordestina Logística S.A. e Stahlwerk Thüringen GmbH - SWT, empresas consideradas relevantes para a certificação da SOX.

Código de Ética

As empresas CSN dispõem de um Código de Ética com o objetivo de estabelecer diretrizes que orientem a conduta pessoal e profissional esperada nas relações mantidas com colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores, comunidades, concorrentes e com o meio ambiente.

O código é entregue aos empregados na ocasião do treinamento de integração corporativa e é utilizado como declaração de conduta na empresa e dos compromissos assumidos. Suas diretrizes são públicas e podem ser encontradas no *website* da CSN, no endereço www.csn.com.br.

Um dos aspectos tratados no Código de Ética, desde sua criação, é a orientação sobre "Negócios com Ações da Empresa", com base na Instrução CVM 358/2002.

Divulgação de Atos e Fatos Relevantes

A CSN tem Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, que determina que toda divulgação seja feita com dados fidedignos, adequados e transparentes, nos prazos previstos e com homogeneidade, conforme estabelecido pela Instrução CVM 358/2002, atendendo também à seção 409 - Divulgação em Tempo Real, da Sox. Todo Atos ou Fato Relevante é divulgado nos mercados em que as ações da empresa estão listadas, brasileiro e norte-americano.

6. INOVAÇÃO

Visando atender novas demandas do mercado e expectativas de seus clientes, a CSN investe continuamente na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, sendo que em 2014 destacam-se:

- Aços planos de alta resistência, principalmente os do tipo bifásico para carrocerias de automóveis, com crescente demanda devido ao programa "Inovar-Auto" do Governo Brasileiro;
- Aços planos galvanizados para estampagem a quente PHS (*Press Hardenable Steels*), voltados para o mercado automotivo;
- Aços longos IF (*Interstitial Free*) para fio máquina de aplicações especiais.

Em 2014 destaca-se ainda a consolidação de alguns produtos desenvolvidos pela CSN, como os aços galvanizados de alta resistência para o setor de construção, as folhas de aço especialmente desenvolvidas para embalagens de aerossóis, além da certificação de toda a linha de vergalhões da unidade de produção de aços longos em Volta Redonda.

7. PESSOAS

O modelo de gestão de Recursos Humanos da CSN se baseia em cinco pilares: Atrair; Alinhar e Engajar; Avaliar; Desenvolver; Reconhecer e Recompensar, investindo nos projetos de desenvolvimento e qualificação profissional, de forma a contribuir para o crescimento das pessoas e da organização. A CSN encerrou 2014 com cerca de 22 mil colaboradores e taxa de rotatividade em torno de 15%, uma das mais baixas no setor industrial.

Em 2014 foram consolidados uma série de programas de desenvolvimento gerencial, como a Escola de Líderes, com participação de cerca de 1.300 gestores, tendo como público alvo diretores, gerentes gerais, gerentes, coordenadores e supervisores.

A Companhia investe ainda em programas de capacitação voltado para jovens, que contou em 2014 com a participação de 500 estagiários e 645 jovens aprendizes, além do programa "Capacitar", destinado a jovens entre 18 e 24 anos que concluíram o Ensino Médio, que atraiu 224 participantes.

A CSN investe continuamente na capacitação de seus colaboradores, estimulando o desenvolvimento de diferenciais competitivos, concedendo bolsas de estudos para cursos de graduação, MBA, pós-graduação e especialização.

Para suportar a continuidade e expansão de seus negócios, a CSN vem investindo em programas de avaliação, identificação e desenvolvimento de potenciais gestores, formando continuamente novas lideranças alinhadas à cultura e às estratégias da organização.

8. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os projetos de responsabilidade social da CSN têm por objetivo valorizar o potencial das pessoas e das regiões onde a Companhia atua, buscando a parceria com o poder público e a sociedade civil. Em 2014, foram investidos R\$ 22 milhões nas áreas de educação, cultura, esporte e saúde, por meio de iniciativas da Fundação CSN e projetos desenvolvidos por instituições externas, apoiadas por incentivos fiscais.

As ações da Fundação CSN em cultura e educação estão presentes no Projeto Garoto Cidadão, que proporciona atividades socioculturais a 2.400 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

A Fundação CSN mantém duas escolas técnicas em Volta Redonda e Congonhas, que atenderam mais de 1.300 alunos em 2014, com 335 bolsas de estudos. Paralelamente, o Hotel-Escola Bela Vista em Volta Redonda oferece anualmente 176 vagas para cursos de hotelaria, proporcionando qualificação profissional em diversas áreas.

Entre as iniciativas patrocinadas pela CSN, destacam-se a série para TV "Brasil Rico", a exposição e livro "Grafite: Labirintos do Olhar", o "Memorial da Imigração Judaica", além dos projetos esportivos direcionados a jovens atendidos pelos Institutos Olka Kós, Passe de Mágica e Lance Livre.

A CSN patrocinou ainda projetos nos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente, nos Programas Nacionais de Apoio à Atenção Oncológica e de Apoio e Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS e PRONON) e Fundo do Idoso, além de iniciativas do GRAACC, AACD, Sociedade Brasileira Israelita Albert Einstein, Hospital do Câncer de Barretos-SP, ACTC e Instituto Fazendo História.



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA



MINERAÇÃO



CIMENTO



LOGÍSTICA



ENERGIA

...continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

9. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Com o compromisso de desenvolver suas operações de forma sustentável, a CSN investe continuamente na gestão ambiental e no relacionamento com as comunidades das regiões onde atua. A Companhia conta com um sistema de gestão ambiental certificado pela Norma ISO 14001 na maior parte de suas unidades, mantendo um canal aberto ao público interno e externo, por meio da Linha Verde. Todos os controles ambientais são auditados para atender a Lei Sarbanes-Oxley (SOX), contribuindo para atenuar os riscos ambientais das operações da Companhia.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

• **Oitava Emissão de Debêntures**
Em janeiro de 2015, a Companhia emitiu 10.000 debêntures, em série única, quirográficas e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 100.000, com juros remuneratórios de 113,70% a.a. do CDI Cetip, com vencimento final em janeiro de 2022 e opção de resgate antecipado.

11. DECLARAÇÕES SOBRE PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Este documento contém projeções e afirmações sobre o futuro que expressam ou sugerem expectativas de resultados, desempenho ou eventos. Os resultados, desempenho e eventos reais podem diferir significativamente daqueles expressos ou sugeridos pelas afirmações sobre o futuro em função de vários fatores, tais como: condições gerais e econômicas do Brasil e de outros países, taxas de juros e câmbio, renegociações futuras e pagamento antecipado de obrigações ou créditos em moeda estrangeira, medidas protecionistas no Brasil, EUA e outros países, mudanças em leis e regulamentos e fatores competitivos em geral, em escala regional, nacional ou global.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include ATIVO Circulante, Não Circulante, Investimentos, and PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto o (prejuízo)/lucro líquido por ação)

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Receita Líquida, Custos dos produtos e serviços vendidos, Lucro Bruto, Despesas Operacionais, Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro, Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social, Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício Atribuível à:

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Capital social integralizado, Reservas de capital, Reservas de lucros, Outros resultados abrangentes, Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores, Participação acionistas não controladores, Total do Patrimônio Líquido, TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 2014, Consolidado 2013, Controladora 2014, Controladora 2013. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Encargos sobre empréstimos e financiamentos captados, Depreciação, exaustão e amortização, Resultado de equivalência patrimonial, Tributos diferidos, Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais, Variações monetárias e cambiais líquidas, Resultado das operações com derivativos, Impairment de ativos disponíveis para venda, Valor residual de bens permanentes baixados, Provisão passivo atuarial, Ajuste de perda pelo valor recuperável, Ganho na perda de controle da Transnordestina, Impairment malha velha Transnordestina, Outras provisões.

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 2014, Consolidado 2013, Controladora 2014, Controladora 2013. Rows include Redução (Aumento) dos Ativos, Contas a receber - terceiros, Contas a receber - partes relacionadas, Estoques, Créditos - partes relacionadas, Tributos a compensar, Depósitos judiciais, Dividendos recebidos - partes relacionadas, Outros ativos, Aumento (Redução) dos Passivos, Fornecedores, Salários e encargos sociais, Tributos/Refis, Contas a pagar - partes relacionadas, Juros pagos, Juros recebidos, Juros sobre swap pagos, Outros passivos.

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 2014, Consolidado 2013, Controladora 2014, Controladora 2013. Rows include CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento, Investimentos, Aquisição ativo imobilizado, Recebimento/(pagamento) em operações de derivativos, Caixa oriundo da incorporação de controladas, Redução de capital de sociedade controlada, Aquisição de ativo intangível, Empréstimos - partes relacionadas, Aplicação financeira, líquido de resgate, Caixa e equivalente de caixa na perda de controle na Transnordestina, Quotas de fundos exclusivos.

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 2014, Consolidado 2013, Controladora 2014, Controladora 2013. Rows include CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento, Captações empréstimos e financiamentos, Captações empréstimos e financiamentos - partes relacionadas, Amortização empréstimos, Amortização empréstimos - partes relacionadas, Dividendos e juros sobre capital próprio pagos, Integralização da capital em controladas por acionistas não controladores, Recuperação de títulos de dívida, Ações em tesouraria.

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 2014, Consolidado 2013, Controladora 2014, Controladora 2013. Rows include CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO, VARIACÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício, Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa: Imposto de renda e contribuição social pagos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

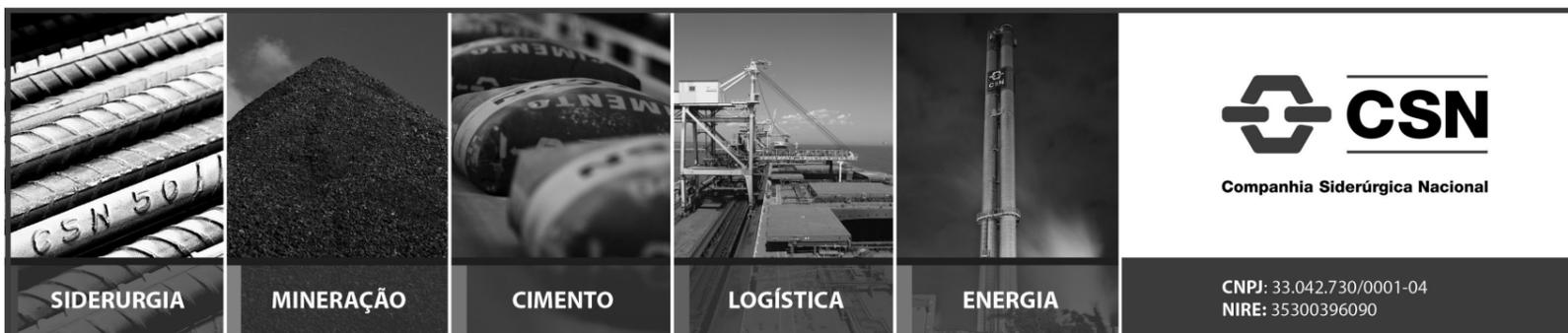
Table with columns: Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include (Prejuízo)/Lucro Líquido do Exercício, Outros Resultados Abrangentes, Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, Resultado Abrangente Total do Exercício Atribuível à:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

Table with columns: Nota Explicativa, Consolidado 2014, Consolidado 2013, Controladora 2014, Controladora 2013. Rows include Receitas, Insumos adquiridos de terceiros, Valor adicionado bruto, Retenções, Valor adicionado líquido produzido, Valor adicionado recebido em transferência, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR, DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO, Pessoal e encargos, Impostos, taxas e contribuições, Despesas financeiras, variações cambiais passivas e alugueis, Dividendos e juros sobre o capital próprio, Prejuízo do exercício/Lucros retidos, Participação dos não controladores, Valor adicionado distribuído.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



...continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto os dividendos por lote de mil ações)

| | Reserva de capital | | Reservas de lucros | | | | Resultados Abrangentes | | | | | | | | | |
|---|--------------------|-----------------------------|--------------------|------------------|---------------------------------------|---------------------|------------------------|--|---------------------------------|-------------------------------|---|--|-----------------------------|---|---|------------------|
| | Capital social | Lucro na alienação de ações | Legal | Estatutária | Dividendos e JCP adicionais propostos | Ações em tesouraria | Lucros Acumulados | (Perdas)/ ganhos atuais de plano de benefício definido | Ajustes acumulados de conversão | Ativos disponíveis para venda | (Perda)/ganho na variação percentual de investimentos | (Perda)/ Ganho Hedge de Fluxo de Caixa | Total do Patrimônio Líquido | Participação acionistas não controladores | Total do Patrimônio Líquido consolidado | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 4.540.000 | 30 | 336.190 | 2.794.353 | 560.000 | 3.690.543 | | (345.817) | | 732.141 | | | 386.324 | 8.616.897 | 390.616 | 9.007.513 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | | 509.025 | | | | | | 509.025 | 24.969 | 533.994 | |
| Resultados abrangentes, líquidos de impostos | | | | | | | | 218.927 | 64.336 | 47.385 | | | 330.648 | | 330.648 | |
| Resultado abrangente do exercício | | | | | | | 509.025 | 218.927 | 64.336 | 47.385 | | | 330.648 | 839.673 | 24.969 | 864.642 |
| Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais | | | | | (560.000) | (560.000) | | | | | | | (560.000) | | (560.000) | |
| Destinações: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dividendos declarados em 06 de agosto de 2013 (R\$ 144,04 por lote de mil ações) e 13 de novembro de 2013 (R\$ 274,35 por lote de mil ações) | | | | | | | (610.000) | | | | | | (610.000) | | (610.000) | |
| Juros sobre Capital Próprio declarados em 06 de agosto de 2013 (R\$ 61,73 por lote de mil ações) e 13 de novembro de 2013 (R\$ 68,59 por lote de mil ações) | | | | | | | | (190.000) | | | | | (190.000) | | (190.000) | |
| Constituição reserva legal | | | 25.451 | | | 25.451 | | (190.000) | (25.451) | | | | (190.000) | | (190.000) | |
| Reversão de reserva estatutária de capital de giro | | | | (316.426) | | (316.426) | 316.426 | | | | | | | | | |
| Participação dos não controladores | | | | | | | | | | | | | | (443.096) | (443.096) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 4.540.000 | 30 | 361.641 | 2.477.927 | | 2.839.568 | | (126.890) | 64.336 | 779.526 | | | 716.972 | 8.096.570 | (27.511) | 8.069.059 |
| Prejuízo do exercício | | | | | | | (105.218) | | | | | | (105.218) | (7.049) | (112.267) | |
| Resultados abrangentes, líquidos de impostos | | | | | | | | 28.227 | (54.442) | (506.093) | (73.754) | (79.618) | (685.680) | | (685.680) | |
| Ganho atuarial reciclado para lucros acumulados | | | | | | | 6.152 | (6.152) | | | | | (6.152) | | | |
| Resultado abrangente do exercício | | | | | | | (99.066) | 28.227 | (60.594) | (506.093) | (73.754) | (79.618) | (691.832) | (7.049) | (797.947) | |
| Ações em tesouraria adquiridas | | | | | | (909.204) | (909.204) | | | | | | (909.204) | | (909.204) | |
| Ações em tesouraria canceladas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Destinações: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Dividendos declarados em 29 de fevereiro de 2014 (R\$ 291,50 por lote de mil ações) e 30 de dezembro de 2014 (R\$ 202,36 por lote de mil ações) | | | | (700.000) | | (700.000) | | | | | | | (700.000) | | (700.000) | |
| Reversão de reserva estatutária de capital de giro | | | | (99.066) | | (99.066) | 99.066 | | | | | | | | | |
| Participação dos não controladores | | | | | | | | | | | | | | 73.067 | 73.067 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 4.540.000 | 30 | 361.641 | 999.243 | | (229.586) | 1.131.298 | (98.663) | 3.742 | 273.433 | (73.754) | (79.618) | 25.140 | 5.696.468 | 38.507 | 5.734.975 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional "CSN", também denominada Companhia ou Controladora, é uma Sociedade Anônima, constituída em 9 de abril de 1941, em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil (Companhia Siderúrgica Nacional, suas subsidiárias, controladas, coligadas e controladas em conjunto sendo denominadas, em conjunto, "Grupo"). A sede social da empresa está localizada em São Paulo.

A CSN possui ações listadas na bolsa de São Paulo (BM&FBovespa) e na bolsa de Nova York (NYSE), reportando desta forma suas informações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC). As principais atividades operacionais do Grupo estão divididas em 5 segmentos:

Siderurgia:

Tem como principal instalação industrial a Usina Presidente Vargas ("UPV") localizada no Município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro. Este segmento consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de aços planos, aços longos, embalagens metálicas e aços galvanizados. Além de instalações no Brasil, a CSN possui operações nos Estados Unidos, Portugal e Alemanha com o objetivo de conquistar mercados e prestar serviços com excelência aos consumidores finais. Atende às indústrias da linha branca, construção civil e automobilística.

Mineração:

A produção de minério de ferro é desenvolvida no município de Congonhas no Estado de Minas Gerais. Explora ainda estanho no Estado de Rondônia para suprir as necessidades da UPV, sendo que, o excedente dessas matérias primas é comercializado com controladas e terceiros. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

O minério de ferro é substancialmente comercializado no mercado internacional, principalmente nos continentes europeu e asiático. Os preços que vigoram nesses mercados são historicamente cíclicos e sujeitos a flutuações significativas em períodos curtos, em decorrência de vários fatores relacionados à demanda mundial, às estratégias adotadas pelos principais produtores de aço e à taxa de câmbio. Todos esses fatores estão fora do controle da Companhia.

Cimentos:

A CSN entrou no mercado de cimento impulsionada pela sinergia entre esta atividade e seus negócios já existentes. Ao lado da Usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), instalou uma nova unidade de negócios, que produz cimento do tipo CP-III, utiliza escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Explora ainda calcário e dolomito da unidade de Arcos no Estado de Minas Gerais para suprir as necessidades da UPV e da fábrica de cimentos.

Logística

Ferrovias:

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. ("TLSA") e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL"), que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, sendo de responsabilidade da TLSA os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II) e a FTL responsável pelos trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau e Propriá - Jorge Lins (Malha I).

Portos:

A Companhia opera no Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua controlada Sepetiba Tecon S.A., o Terminal de Contêineres (Tecon), no Porto de Itaguaí. Localizado na baía de Sepetiba, possui privilegiado acesso rodoviário, ferroviário e marítimo. No Tecon é realizado o escoamento de produtos siderúrgicos da CSN, movimentação de contêineres, armazenagem, consolidação e desconsolidação de cargas.

Energia:

Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a companhia possui ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. A nota 24 - Informações por Segmento de Negócios apresenta o detalhamento das informações contábeis por segmento de negócios da CSN.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.a) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respectivas normas expedidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS e normas emitidas pelo CPC requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas nas notas deste relatório e referem-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, perdas estimadas em estoques, provisão para passivos trabalhistas, civis, fiscais, ambientais e previdenciários, depreciação, amortização, exaustão, provisão para redução do valor recuperável, tributos diferidos, instrumentos financeiros e benefícios a empregados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$). Dependendo do pronunciamento em IFRS aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações financeiras considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor de recuperação. Quando o IFRS e CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 04 de março de 2015.

2.b) Demonstrações financeiras consolidadas

As práticas contábeis foram tratadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem as seguintes controladas e controladas em conjunto, diretas e indiretas além dos fundos exclusivos Diplic, Mugen e Vértice, conforme demonstrado a seguir:

Empresas

| Empresas | Participação no capital social (%) | | Atividades principais |
|---|------------------------------------|------------|---|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | |
| Participação direta em controladas: | | | |
| consolidação integral | | | |
| CSN Islands VII Corp. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands VIII Corp. (1) | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands IX Corp. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands X Corp. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands XI Corp. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Islands XII Corp. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras |
| CSN Minerals S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Participações societárias |
| CSN Export Europe, S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras e participações societárias |
| CSN Metals S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Participações societárias e operações financeiras |
| CSN Americas S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Participações societárias e operações financeiras |
| CSN Steel S.L.U. | 100,00 | 100,00 | Participações societárias e operações financeiras |
| TdBB S.A. | 100,00 | 100,00 | Companhia dormente |
| Sepetiba Tecon S.A. | 99,99 | 99,99 | Serviços portuários |
| Mineração Nacional S.A. | 99,99 | 99,99 | Mineração e participações societárias |
| Companhia Florestal do Brasil | 99,99 | 99,99 | Reflorestamento |
| Estanho de Rondônia S.A. | 99,99 | 99,99 | Mineração de estanho |
| Cia. Metalic Nordeste | 99,99 | 99,99 | Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos |
| Companhia Metalúrgica Prada | 99,99 | 99,99 | Fabricação de embalagens e distribuição de produtos siderúrgicos |
| CSN Cimentos S.A. | 100,00 | 99,99 | Fabricação de cimento |
| CSN Gestão de Recursos Financeiros Ltda. | 99,99 | 99,99 | Companhia dormente |
| Congonhas Minérios S.A. | 99,99 | 99,99 | Mineração e participações societárias |
| CSN Energia S.A. | 99,99 | 99,99 | Comercialização de energia elétrica |
| FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. | 88,41 | 88,41 | Logística ferroviária |
| Participação indireta em controladas: | | | |
| consolidação integral | | | |
| CSN Aceros S.A. (1) | | 100,00 | Participações societárias |
| Companhia Siderúrgica Nacional LLC | 100,00 | 100,00 | Siderurgia |
| CSN Europe Lda. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| CSN Ibéria Lda. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| CSN Portugal, Unipessoal Lda. (1) | | 100,00 | Operações financeiras e comercialização de produtos |
| Lusosider Projectos Siderúrgicos S.A. | 99,94 | 99,99 | Participações societárias e comercialização de produtos |
| Lusosider Aços Planos, S.A. | 99,99 | 99,98 | Siderurgia e participações societárias |
| CSN Acquisitions, Ltd. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras e participações societárias |
| CSN Resources S.A. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras e participações societárias |
| CSN Holdings (UK) Ltd. | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras e participações societárias |
| CSN Handel GmbH | 100,00 | 100,00 | Operações financeiras, comercialização de produtos e participações societárias |
| Companhia Brasileira de Latas | 100,00 | 59,17 | Comercialização de latas e embalagens em geral e participações societárias |
| Rimet Empreendimentos Industriais e Comerciais S.A. | 100,00 | 58,96 | Produção e comercialização de vasilhamas de aço e exploração de atividades florestais |
| Companhia de Embalagens Metálicas MMSA | 99,67 | 58,98 | Produção e comercialização de latas e atividades afins |
| Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda. (2) | | 58,98 | Comercialização de embalagens e participações em outras sociedades |

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA



MINERAÇÃO



CIMENTO



LOGÍSTICA



ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Table with columns: Empresas, Participação no capital social (%), 31/12/2014, 31/12/2013, Atividades principais. Lists various companies and their financial details.

Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial

Table listing companies like Itá Energética S.A., CGPAR - Construção Pesada S.A., and their financial data.

Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como joint-venture: equivalência patrimonial

Table listing companies like Nacional Minérios S.A., MRS Logística S.A., and their financial data.

Participação direta em coligadas: equivalência patrimonial

Table listing companies like Arvedi Metalfer do Brasil S.A. and their financial data.

Fundos Exclusivos

Table listing investment funds like Diplic, Mugen, and Caixa Vértice with their financial data.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas adotamos os seguintes procedimentos de consolidação:
- Transações entre controladas, coligadas, joint-ventures e joint-operations

Controladas são todas as entidades (incluindo entidades de propósito específico), cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a controladora tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação de 20% a 50% dos direitos de voto.

Transações e participações de não controladores
A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia.

2.c) Demonstrações financeiras individuais
Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

2.d) Moedas estrangeiras
i. Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico.

ii. Transações e saldos
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação.

2.e) Demonstrações financeiras individuais
Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título.

iii. Empresas do Grupo
Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações);
Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado em outros resultados abrangentes e;

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de itens monetários de investimento em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio previamente registradas em outros resultados abrangentes são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

2.e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de contratação, prontamente convertíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.f) Contas a receber de clientes

Registradas inicialmente pelo valor justo incluindo os respectivos impostos e despesas acessórias, sendo os créditos de clientes em moeda estrangeira atualizados pela taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras.

2.g) Estoques

São registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio ponderado na aquisição de matérias primas.

2.h) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial e são reconhecidas inicialmente pelo custo.

2.i) Combinação de negócios

O método de aquisição é usado para contabilizar cada combinação de negócios realizada pela Companhia. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

2.j) Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção menos depreciação ou exaustão acumulada e redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil remanescente dos bens conforme nota 8.

2.k) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios. Esses ativos são registrados pelo custo de aquisição ou formação e deduzidos da amortização calculada pelo método linear com base nos prazos de exploração ou recuperação.

• Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

2.l) Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment.

2.m) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

2.n) Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment.

2.o) Software
As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados.

2.p) Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment.

2.q) Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment.

2.r) Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment.

2.s) Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment.

2.t) Impairment de ativos não financeiros
Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment.

continua...



SIDERURGIA



MINERAÇÃO



CIMENTO



LOGÍSTICA



ENERGIA



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não é plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferirão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimentos se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A controladora e algumas subsidiárias oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados durante o período do emprego, dispendo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido imediatamente em outros resultados abrangentes, e posteriormente são transferidos para lucros ou prejuízos acumulados. No caso de extinção do plano, os ganhos e perdas atuariais acumulados são registrados ao resultado.

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

ii. Participação nos lucros e bônus

A participação dos colaboradores nos lucros e a remuneração variável dos executivos estão vinculadas ao alcance de metas operacionais e financeiras. A Companhia reconhece um passivo e uma despesa substancialmente alocadas ao custo de produção e quando aplicável, às despesas gerais e administrativas, quando atingidas estas metas.

2.n) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.o) Concessões

A Companhia possui concessões governamentais que englobam as seguintes modalidades de serviços: transporte ferroviário de minério de ferro e transporte das exportações e escoamento de material acabado para o mercado interno; desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário da região nordeste do Brasil; operação do terminal de grãos sólidos e do terminal de contêineres no Porto de Itaguaí. Todos os contratos de concessão que a Companhia mantém atualmente foram avaliados à época da outorga como arrendamentos operacionais.

Os arrendamentos operacionais são aqueles em que uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador. Os pagamentos efetuados para os arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.p) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente recompradas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.q) Reconhecimento de receita

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. A receita de serviço prestado é reconhecida em função de sua realização. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para vendas internacionais, depende do tipo de incoterms do contrato.

2.r) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (excluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos não avaliados por equivalência patrimonial, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, e perdas nos instrumentos financeiros derivativos que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.s) Imposto de renda e contribuição social

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, inclusive nos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas aplicações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos de renda correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O tributo corrente é o evento a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos tributos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil tampouco o lucro ou prejuízo fiscal, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Além disso, imposto diferido passivo não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.t) Lucro/(Prejuízo) por ação

O lucro/prejuízo por ação básico é calculado por meio do lucro/prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referência média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações e, consequentemente, o lucro/prejuízo por ação diluído é igual ao lucro/prejuízo por ação básico.

2.u) Custos ambientais e restauração de áreas

A Companhia constitui provisão para os custos de recuperação e multas, quando uma perda é provável e os valores dos custos relacionados são razoavelmente determinados. Geralmente, o período de provisionamento do montante a ser empregado na recuperação coincide com o término de um estudo de viabilidade ou do compromisso para um plano formal de ação.

Despesas relacionadas com a observância dos regulamentos ambientais são debitadas ao resultado ou capitalizadas, como apropriado. A capitalização é considerada apropriada quando as despesas se referem a itens que continuarão a beneficiar a Companhia e que sejam basicamente pertinentes à aquisição e instalação de equipamentos para controle da poluição e/ou prevenção.

2.v) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

2.w) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta

categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge (proteção) de fluxo de caixa. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

• Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

• Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

São os ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes quando os mesmos são investimentos estratégicos da Companhia, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo.

• Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "receitas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda têm o seu reconhecimento dividido da seguinte forma: (i) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo sobre o investimento no capital da investida são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes"; e (ii) o efeito da variação cambial e das variações no valor justo da opção são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas financeiras, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber pagamentos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

ii. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado (impaired).

• Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a CSN usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o Emissor, por razões econômicas ou jurídicas relacionadas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

• Ativos classificados como disponíveis para venda

No caso de instrumentos patrimoniais (ações) classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados (impaired). A determinação do que é considerada uma queda "significativa" ou "prolongada" exige julgamento. Para esse julgamento, é avaliada, entre outros fatores, a variação histórica do preço das ações, a duração e proporção na qual o valor justo do investimento é menor que seu custo, além da saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro. Se alguma dessas evidências existirem para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment desse ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - é reclassificada do patrimônio e reconhecida na demonstração de resultado. Perdas por impairment reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos disponíveis para venda não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

A CSN efetuou a análise de impairment de seu investimento disponível para venda em ações da Usiminas, veja nota 11.

iii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

• Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge efetivo.

• Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

• Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Instrumentos derivativos e atividades de hedge

• Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo com as variações lançadas em contrapartida do resultado na rubrica "Resultado Financeiro" na demonstração do resultado.

• Atividades de hedge

A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos passivos financeiros como instrumento de hedge de um risco cambial associado aos fluxos de caixa provenientes das exportações previstas e altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, as relações entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge (exportações previstas), assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de hedge. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do hedge como de forma contínua, de que as operações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos passivos financeiros designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na rubrica "Hedge Accounting". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos em resultado financeiro, quando aplicável.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que as exportações previstas afetam o resultado.

Quando um instrumento de hedge prescreve ou é liquidado antecipadamente, ou a relação de hedge não mais atender aos critérios de contabilização de Hedge Accounting ou ainda quando a Administração decide descontinuar a contabilização de Hedge Accounting, todo ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece registrado no patrimônio líquido. Quando a transação prevista é realizada, o ganho ou perda será reclassificado para o resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro". As movimentações dos valores de hedge denominados como Hedge de fluxo de caixa de exportação estão demonstradas na nota 11 (iv).

2.x) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do grupo comprometido com as atividades de negócios, das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas a transações com quaisquer outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais de segmentos operacionais são revisados regularmente pela Diretoria Executiva da CSN para tomada de decisões sobre os recursos a serem alocados para o segmento e avaliação de seu desempenho, e para os quais haja informações financeiras distintas disponíveis (vide nota 24).

2.y) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas quando então serão reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais nas regiões Norte e Nordeste, que são reconhecidos no resultado como redução dos custos, despesas ou tributos correspondentes.

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA



MINERAÇÃO



CIMENTO



LOGÍSTICA



ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.2) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Table with columns: Norma, Descrição, Vigência. Rows include IAS 16 e IAS 38, IAS 27, IFRS 10 e IAS 28, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 15.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Table with columns: Circulante, Disponibilidades, Caixa e Bancos, Aplicações Financeiras, No País, No Exterior, Total das Aplicações Financeiras Caixa e equivalentes de caixa.

Os recursos financeiros disponíveis na controladora e nas controladas estabelecidas no país são aplicados basicamente em fundos de investimento, considerados exclusivos, que foram consolidados, com operações compromissadas lastreadas em títulos privados e públicos, com rendimento pré-fixado, e com liquidez imediata.

4. CONTAS A RECEBER

Table with columns: Clientes, Terceiros, Mercado interno, Mercado externo, Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, Partes Relacionadas (Nota 17 - b).

7. INVESTIMENTOS

7.a) Participações diretas em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

Large table with columns: Empresas, Quantidade de ações detidas, Participação, Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Lucro líquido, Participação direta, Ativo, Passivo, Patrimônio líquido, Lucro líquido.

As quantidades de ações, os saldos do ativo e passivo, patrimônio líquido e os valores de lucro/prejuízo do exercício refere-se a participação detida pela CSN nessas empresas. (*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados.



SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7.b) Movimentação dos investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto, operações em conjunto, coligadas e outros investimentos

Table with columns for Consolidado (31/12/2014, 31/12/2013) and Controladora (31/12/2014, 31/12/2013). Rows include Saldo inicial dos investimentos, Saldo inicial de provisão para perdas, Saldo investimento Transnordestina, Aumento de capital/aquisições ações, Redução de capital (1), Incorporação e cisão parcial de controladas, Dividendos (2), Resultados abrangentes (3), Resultado equivalência patrimonial (4), Ganho na perda de controle na Transnordestina, Outros, Saldo final dos investimentos, Saldo final de provisão para perdas.

- (1) Refere-se à redução de capital nas empresas controladas CSN Steel, CSN Americas, CSN Metals, CSN Minerais e CSN Export.
(2) Em 28 de março de 2014, a Assembleia Geral Ordinária da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A., decidiu pela destinação integral do resultado do exercício de 2012 para as contas de Reserva de Investimento e Reserva de Contingências.
(3) Refere-se à marcação a mercado de investimentos classificados como disponíveis para venda e conversão para moeda de apresentação dos investimentos no exterior, cuja moeda funcional não é o Real.
(4) A conciliação do resultado de equivalência das empresas controladas em conjunto e coligadas e o montante apresentado na demonstração de resultado é apresentada a seguir e decorre da eliminação dos resultados das transações da CSN com essas empresas:

Resultado equivalência de controladas em conjunto

Table with columns for Consolidado (31/12/2014, 31/12/2013) and Controladora (31/12/2014, 31/12/2013). Rows include Eliminações (Para Custo Produtos Vendidos, Para Receita, Para Despesa Financeira, Para Impostos), Outros (Resultado Transnordestina Dezembro 2013, Outros), Resultado de equivalência ajustado.

7.c) Informações adicionais sobre as principais empresas controladas operacionais

• SEPETIBA TECON S.A. ("Tecon")

Tem como objetivo a exploração do Terminal de Contêineres nº 1 do Porto de Itaguaí, localizado em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro. O terminal é ligado à UPV pela malha ferroviária Sudeste, que está concedida à MRS Logística S.A. Os serviços prestados são de operação de movimentação e estocagem de contêineres, produtos siderúrgicos e cargas em geral, entre outros produtos e serviço de lavagem, manutenção e higienização de contêineres.
A Tecon foi vencedora do leilão ocorrido em 3 de setembro de 1998 para assumir a concessão do terminal e tal concessão permite a exploração do referido terminal pelo prazo de 25 anos prorrogáveis por igual período.
Na extinção da concessão, retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos à Tecon, junto com os bens de propriedade da Tecon e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do seu custo, apurado pelos registros contábeis da Tecon depois de deduzidas as depreciações.

• ESTANHO DE RONDÔNIA S.A. ("Ersa")

Sediada no estado de Rondônia, a controlada opera duas unidades, sendo uma na cidade de Itapua do Oeste e outra em Ariquemes. Em Itapua do Oeste está sediada a mineração onde se extrai a cassiterita (minério de estanho) e em Ariquemes a fundição onde se obtém o estanho metálico que é matéria-prima utilizada na UPV para fabricação de folhas metálicas.

7.d) Investimentos em empresas controladas em conjunto (Joint ventures) e em operações em conjunto (Joint operations)

Os saldos do balanço patrimonial e demonstração de resultados das empresas cujo controle é compartilhado estão demonstrados a seguir:

Large table showing financial data for Joint-Venture and Joint-Operation for 31/12/2014 and 31/12/2013. Columns include Nacional, MRS, CCSI, Transnordestina, Itá, Energética, CGPAR, and Minérios (*). Rows include Participação (%), Balanço Patrimonial (Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Patrimônio líquido), and Demonstrações de Resultados (Receita Líquida, Custos dos Produtos e Serviços Vendidos, Lucro Bruto, Lucro Líquido do exercício).

(*) Referem-se ao balanço e resultado consolidados da Nacional Minérios S.A.

Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício referem-se a 100% dos resultados das empresas.

• NACIONAL MINÉRIOS S.A. - ("Namisa")

Sediada em Congonhas, no estado de Minas Gerais, tem por objetivo principal a produção, a compra e a venda de minério de ferro, e tem o mercado externo como foco principal na comercialização de seus produtos. Suas principais operações são desenvolvidas nos municípios de Congonhas, Ouro Preto, Itabirito e Rio Acima, no Estado de Minas Gerais, e em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2008, 40% do capital da Namisa passou a ser detido pela Big Jump Energy Participações S.A. ("Big Jump"), cujos acionistas eram a Posco e a Brazil Japan Iron Ore Corp. ("BJIOC" ou "Consórcio"), um consórcio de empresas asiáticas formado pela Itochu Corporation, Nippon Steel, JFE Steel Corporation, Sumitomo Metal Industries Ltd., Kobe Steel Ltd. e Nishin Steel Co. Ltd., passando a CSN a deter participação de 60% no capital.

Em 30 de julho de 2009 a Namisa incorporou a sua controladora Big Jump Energy Participações S.A., passando as empresas Posco e BJIOC a deter participação direta na Namisa. Em 2011, a Nippon Steel e a Sumitomo Metal Industries, até então integrantes da BJIOC, alienaram sua participação para os demais integrantes do Consórcio, o que foi seguido pela entrada de uma nova acionista, a China Steel Corp. ("CSC"). Após essas transações, a nova estrutura societária da Namisa passou a ter a seguinte configuração: CSN 60%, BJIOC 32,52%, Posco 6,48% e CSC 1%. A participação da CSN na Namisa não foi alterada como resultado de nenhum desses eventos.

Conforme o IFRS 10 item B55 ao avaliar se uma entidade tem o controle sobre a controlada, deve-se determinar se a investidora está exposta a, ou se tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. O Acordo de Acionistas dá tanto ao consórcio como à CSN, por meio de direitos substantivos, o poder de interferir na condução normal dos negócios da Namisa, atuando ativamente nas definições do orçamento, políticas contábeis, gastos de capital, remuneração dos administradores, política de distribuição de dividendos, entre outros assuntos.

O referido Acordo de Acionistas prevê também que determinadas situações de impasse extremo não resolvidas entre os acionistas após procedimentos de mediação e negociação entre os diretores executivos das partes, podem ensejar o direito de a CSN exercer opção de compra e de o Consórcio exercer opção de venda da participação acionária detida pelo Consórcio na Namisa.

• CIA. METALIC NORDESTE ("Metalic")

Sediada em Maracaná, Estado do Ceará, tem como objeto social a fabricação de embalagens metálicas destinadas, basicamente, à indústria de bebidas. Sua produção está voltada principalmente para o mercado norte e nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

Sua unidade operacional conta com duas linhas de produção distintas: latas, cuja matéria-prima é o aço revestido de estanho fornecido pela controladora e tampas cuja matéria-prima é o alumínio.

• COMPANHIA METALÚRGICA PRADA ("Prada")

Embalagens

A Prada atua na área de embalagens metálicas de aço, produzindo o que há de melhor e mais seguro em latas, baldes e aerossóis. Atende aos segmentos químico e alimentício fornecendo embalagens e serviços de litografia para as principais empresas do mercado.

Em 1 de agosto de 2014 a Prada subscreveu 10.820.723.155 ações ordinárias em sua controlada Companhia Brasileira de Latas ("CBL") que foram integralizadas mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) detidos pela Prada contra a CBL no montante de R\$ 108.207. Devido a esse aumento, a participação da Prada passou de 59,17% para 95,55% do capital social total da CBL.

Em 28 de agosto de 2014 a Prada adquiriu a totalidade das ações de emissão da CBL detidas pelos acionistas minoritários que representavam 4,45% do capital social pelo montante de R\$ 5 passando a deter 100% de participação no capital social da CBL. Adicionalmente, a empresa Companhia de Embalagens Metálicas MMSA incorporou as empresas Empresa de Embalagens Metálicas - LBM Ltda., Empresa de Embalagens Metálicas - MUD Ltda. e Companhia de Embalagens Metálicas - MTM do Nordeste no decorrer do ano de 2014.

Assim como a Prada, a CBL também atua na fabricação de embalagens metálicas de aço, para o segmento alimentício e químico, fornecendo seus produtos para as principais empresas do mercado.

Distribuição

A Prada atua também na área de processamento e distribuição de aços planos, com uma diversificada linha de produtos. Fornece bobinas, rolos, chapas, tiras, blanks, folhas metálicas, perfis, tubos e telhas, entre outros produtos, para os mais diferentes segmentos da indústria - do automotivo à construção civil. É também especializada na prestação de serviço de processamento de aço, atendendo à demanda de empresas de todo o País.

• CSN CIMENTOS S.A. ("CSN Cimentos")

Sediada em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivo a fabricação e comercialização de cimento e utiliza como uma de suas matérias-primas a escória de alto-forno gerada no processo de produção de gusa da UPV. A CSN Cimentos iniciou suas operações em 14 de maio de 2009.

• CSN ENERGIA S.A.

Tem como objetivo principal a distribuição e comercialização do excedente de energia elétrica gerada pela CSN e por sociedades, consórcios ou outros empreendimentos nos quais a Companhia detenha participação.

• FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("FTL")

Sociedade criada com a finalidade de incorporar a parcela cindida da TLSA. Detém a concessão do serviço público de exploração do transporte ferroviário de cargas da malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojo a Recife, Itabaiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins ("Malha I").

Em 31 de dezembro de 2012, antes da cisão da TLSA, a Companhia detinha 100% da FTL, conforme demonstrado na tabela abaixo. Em dezembro de 2013, como parte do Contrato de Concessão da Malha Nordeste e novo acordo de acionistas da TLSA, houve uma cisão parcial da TLSA e FTL, no qual os ativos e passivos relacionados à Malha I foram transferidos para FTL e a TLSA manteve o controle da Malha II.

Devido essa operação, a FTL recebeu aumento de capital da TLSA e outro acionista da TLSA (Taquari Participações SA), no montante equivalente ao patrimônio líquido da Malha I da seguinte forma:

Table showing Capital Social da FTL antes da Cisão da TLSA and Aumento de Capital após Cisão da TLSA. Columns include Empresa, Capital Social da FTL antes da Cisão da TLSA, % (100%), Aumento de Capital, Capital Social da FTL após Cisão da TLSA, and % (100%). Rows include CSN, Taquari Participações, and Total.

O aumento de capital na FTL foi resultado da cisão parcial da TLSA, e, assim, não teve efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Embora o percentual de participação da Companhia na FTL tenha diminuído, a Companhia ainda controla a FTL, que está totalmente consolidada em suas demonstrações financeiras.



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA



MINERAÇÃO



CIMENTO



LOGÍSTICA



ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O principal propósito da transação é o de capturar sinergias entre os negócios envolvidos nessa reorganização e gerar valor aos acionistas a fim de criar uma empresa de classe mundial. As principais sinergias identificadas estão relacionadas à otimização de procedimentos, eficiências na operação e redução de custos operacionais e expansão do capital.

A ITASA é uma sociedade anônima constituída em julho de 1996, que tinha por objetivo construir e, em regime de concessão compartilhada, explorar a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no rio Uruguai, fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentre as atribuições da empresa, estava a contratação do fornecimento de bens e serviços necessários à realização do empreendimento e à obtenção de financiamento oferecendo as garantias correspondentes.

MRS LOGÍSTICA S.A. ("MRS")
Situada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, a sociedade tem como objetivo explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, privatizada em 20 de setembro de 1996.

CONSÓRCIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE IGARAPAVA
A Usina Hidrelétrica de Igarapava está localizada em Rio Grande na cidade de Conquista - MG e possui capacidade instalada de 210 MW, formada por 5 unidades geradoras tipo Bulbo.

CBSI - COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA ("CBSI")
O investimento é resultado de uma joint operation constituída entre a CSN e a CKLS Serviços Ltda. Situada na cidade de Araucária-PR, a CBSI tem como principal objetivo a prestação de serviços para controladas, coligadas, controladora e outras empresas terceiras, podendo explorar atividades relacionadas à recuperação e manutenção de máquinas e equipamentos industriais, manutenção civil, limpeza industrial, preparação logística de produtos, entre outros.

CGPAR CONSTRUÇÃO PESADA S.A. ("CGPAR")
O investimento é resultado de uma joint venture constituída entre a CSN e a GPA Construção Pesada e Mineração Ltda. Sediada na cidade de Belo Horizonte/MG, a CGPAR possui como principais atividades a prestação de serviços relacionados ao apoio à extração de minério de ferro, terraplanagem, movimentação de terras e construção de barragens.

TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A. ("TLISA")
Tem como objetivo principal a exploração e o desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na malha nordeste do Brasil, compreendendo os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém ("Malha II").

Em 20 de setembro de 2013, a TLISA celebrou (i) Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Nordeste, que compreende os trechos entre as cidades de São Luís a Mucuripe, Arrojo do Recife, Itabiana a Cabedelo, Paula Cavalcante a Macau e Propriá a Jorge Lins ("Malha I") e de Missão Velha a Salgueiro, Salgueiro a Trindade, Trindade e Eliseu Martins, Salgueiro a Porto de Suape e Missão Velha a Porto de Pecém ("Malha II") para nele incluir as obrigações assumidas pela TLISA relativas à implantação da Malha II, bem como a readequação dos trechos que a compõem e (ii) Termo de Ajustamento de Conduta entre a ANTT e a TLISA, com a finalidade de sanar as pendências existentes entre as partes.

Também foram assinados naquela data (i) um novo Acordo de Acionistas da TLISA entre CSN, Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("Valec"), Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE ("FDNE") e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR"), com a intervenção da TLISA, cuja eficácia ficava condicionada à cisão desproporcional da TLISA, que seria implementada nos termos da Resolução ANTT nº 4.042/2013; e (ii) Acordo de Investimentos entre CSN, Valec e FDNE, com a intervenção da TLISA, que, além de outros temas, trata do novo orçamento e das fontes de recursos que precisarão ser aportados na TLISA ou financiados para a implantação da Malha II.

Em 27 de dezembro de 2013, dando prosseguimento ao processo de reorganização acima descrito, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão desproporcional da TLISA, efetivando-se a segregação dos ativos da Malha I e Malha II. Essa reestruturação teve por objetivo o equilíbrio econômico-financeiro da concessão da Malha Nordeste, levando à prorrogação do período de concessão para exploração dos serviços da Malha II, que poderá chegar até 2057, e a segregação de ativos ligados à Malha I, os quais foram incorporados pela controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") com a manutenção, na TLISA de ativos correspondentes à Malha II.

Em razão disto, a TLISA procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 279.296, reconhecida na rubrica "Outras despesas operacionais" na controlada e no consolidado de R\$ 216.446, em 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi de 9,15% ao ano.

Em decorrência da cisão a CSN passou a deter 88,41% de participação na FTL e 77,30% de participação na TLISA, em 31 de dezembro de 2013. Com a efetivação da cisão, o novo Acordo de Acionistas se tornou eficaz, passando o controle a ser compartilhado com acionistas integrantes do bloco público, que passaram a deter direitos substantivos sobre certas decisões relevantes da empresa e interferir na condução normal dos negócios, assim como a CSN, atuando nas definições do orçamento, políticas internas, gastos de capital, endividamento, entre outros, caracterizando, desta forma, a perda do controle pela CSN, de acordo com as regras específicas do IFRS.

Sendo assim, em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o IFRS 10, correspondente ao CPC 36(R3) a CSN reverteu todos os ativos e passivos da TLISA e participações de não controladores e passou a registrar a participação remanescente neste investimento pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Após este reconhecimento inicial, o investimento passa a ser apurado pelo método de equivalência patrimonial.

O valor justo do investimento remanescente na TLISA foi determinado de acordo com o IFRS 13 - Mensuração do valor justo. A Companhia utilizou a técnica de receita estimada para determinar o valor justo dos fluxos de caixa futuros de investimentos, receita líquida e as despesas obtidas a partir da operação da Malha II, com base no seu plano de negócios para TLISA, que incluiu a capacidade dos volumes dos produtos, preços, condições de mercado, etc. Adicionalmente, a Companhia considerou na determinação do valor justo o seguinte: (i) contrato de concessão da TLISA expira em 2057, (ii) a taxa de retorno estabelecida no contrato de concessão da TLISA não pode exceder 6,75% ao ano mais a inflação, calculada pelo IPCA, durante a vigência da concessão, e (iii) no caso da taxa de retorno atingir o limite da taxa de concessão antes de 2057, o contrato de concessão vai expirar naquele momento.

O ganho gerado pela perda de controle no investimento reconhecido no resultado em outras receitas operacionais em 2013 pode ser assim demonstrado:

Table with 3 columns: Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2013, and values for investment remanence, gain on control, and gain on loss.

Em abril de 2014 os acionistas da TLISA aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 400.000, com a emissão de 7.278.020 ações preferenciais de classe "A", as quais foram totalmente subscritas pela acionista Valec, e integradas mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) detidos pela referida acionista contra a TLISA. Devido a esse aumento, a CSN deixou de ter 77,30% de participação no capital, passando a ter 62,68% do capital social total da TLISA.

Em outubro de 2014 o BNDES exerceu sua opção de compra de ações da TLISA, conforme Termo de Compromisso celebrado entre as partes, adquirindo 13.174 ações ordinárias detidas pela CSN pelo montante de R\$ 13. Devido a essa transação, a CSN passou a deter 62,64% do capital social da TLISA. Em decorrência das operações descritas acima que ocasionaram a variação na participação no ano de 2014, a Companhia registrou um ganho no montante de R\$ 647 registrado no patrimônio líquido.

7.e) Informações adicionais sobre participações indiretas no exterior
STAHLEWerk THURINGEN GMBH ("SWT")
A SWT foi constituída em 1992, a partir do extinto complexo industrial de aço Maxhutte, na cidade de Unterwellenborn na Alemanha, produz perfil de aço usado para a construção civil de acordo com as normas internacionais de qualidade. Sua principal matéria-prima é a sucata de aço, e sua capacidade instalada de produção é de 1,1 milhão de toneladas de aço/ano. A SWT é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Steel, subsidiária da CSN.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - LLC ("CSN LLC")
Constituída em 2001 com os ativos e passivos da extinta Heartland Steel Inc., sediada em Wilmington, no Estado de Delaware - EUA, possui planta industrial em Terre Haute, Estado de Indiana - EUA, onde está o complexo composto de laminação a frio, linha de decapagem de bobinas a quente e linha de galvanização. A CSN LLC é uma sociedade controlada integral e indiretamente por meio da CSN Americas, subsidiária da CSN.

LUSOSIDER AÇOS PLANOS, S.A. ("Lusosider")
Constituída em 1996, em continuidade à Siderurgia Nacional - empresa privatizada pelo governo português naquele ano, a Lusosider é a única indústria portuguesa do setor siderúrgico a produzir aços planos relaminados a frio, com revestimento anti-corrosão. A empresa dispõe, em Paio Pires, de uma capacidade instalada de cerca de 550 mil toneladas/ano para produzir quatro grandes grupos de produtos siderúrgicos: chapa galvanizada, chapa laminada a frio, chapa decapada e oleada. Os produtos fabricados pela Lusosider podem ser aplicados na indústria de embalagens, construção civil (tubos e estruturas metálicas) e em componentes de eletrodomésticos.

7.f) Outros investimentos
PANATLÁNTICA S.A. ("Panatlântica")
Sociedade anônima de capital aberto com sede em Gravataí-RS, que tem como objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não. Esse investimento é classificado como disponível para venda e é avaliado a valor justo.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS")
A USIMINAS com matriz em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tem por objetivo a exploração da indústria siderúrgica e correlatas. A USIMINAS produz aços laminados planos nas Usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, localizadas em Ipatinga/MG e Cubatão/SP respectivamente, destinados ao mercado interno e à exportação. Também possui e explora minas de minério de ferro localizadas na cidade de Itaúna/MG, que visa atender às estratégias de verticalização e de otimização dos custos de produção. A USIMINAS mantém centros de serviços e de distribuição localizados em várias regiões do País, além dos portos de Cubatão em São Paulo e de Praia Mole no Espírito Santo, como pontos estratégicos para escoamento de sua produção.

Em 09 de abril de 2014, o CADE emitiu sua decisão sobre o assunto e um termo de compromisso (Termo de Compromisso de Desempenho), ou TCD, foi firmado entre o CADE e a CSN. Nos termos da decisão do CADE e do TCD, a CSN deve reduzir sua participação na Usiminas, dentro de um prazo especificado. O prazo e o percentual de redução são confidenciais. Além disso, os direitos políticos na Usiminas continuarão suspensos até que a Companhia alcance os limites estabelecidos no TCD. A Companhia continuará avaliando alternativas estratégicas com relação ao seu investimento na Usiminas. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a participação da Companhia no capital da Usiminas era de 14,13% nas ações ordinárias e 20,69% nas ações preferenciais.

ARVEDI METALFER DO BRASIL S.A. ("Arvedi")
Empresa com foco na produção de tubos, com sede em Salto-SP. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a CSN possuía 20,00% de participação no capital social da Arvedi.

8. IMOBILIZADO

Table showing consolidated and controller data for 2013 and 2014, categorized by Terrenos, Edifícios, Máquinas, Móveis, and Obras.

Table showing consolidated and controller data for 2013 and 2014, categorized by Terrenos, Edifícios, Máquinas, Móveis, and Obras.

(*) Referem-se substancialmente a ativos de uso ferroviário, como pálios, trilhos e dormentes e benfeitorias em bens de terceiros, veículos, hardwares, minas e jazidas e almoxarifados de reposição.

Segue abertura dos projetos que compõem as obras em andamento:

Table with 6 columns: Descrição do projeto, Data de início, Data de conclusão, 31/12/2014, 31/12/2013, and values for Logística, Mineração, Siderurgia, and Cimentos.

Total Obras em andamento
(1) Data prevista para conclusão da Planta Central Etapa 1 e Separadores Magnéticos;
(2) Data prevista para conclusão da fase 60 Mtpa;
(3) Operações iniciadas no 1º semestre de 2014, em andamento negociações com adiamento de novas plantas;

Table with 4 columns: 31/12/2014, 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2013, and values for Edificações, Máquinas, Móveis, and Outros.

8.a) Juros capitalizados
Foram capitalizados custos dos empréstimos no montante de R\$ 165.789 em 31 de dezembro de 2014 no consolidado e controladora (em 31 de dezembro de 2013, R\$ 490.747 no consolidado e R\$ 309.073 na controladora). Esses custos são apurados, basicamente, para os projetos de cimento, mineração e aços longos que referem substancialmente a: (i) nova planta integrada de cimento (MG); (ii) expansão da Casa de Pedra; (iii) usina de aços longos em Volta Redonda (RJ), vide notas 23 e 29.

Table with 3 columns: 31/12/2014, 31/12/2013, and values for Taxas and Projetos específicos.

8.b) Despesa de depreciação
As adições da depreciação, amortização e exaustão do exercício foram distribuídas conforme abaixo:

Table with 4 columns: 31/12/2014, 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2013, and values for Custo de Produção, Despesa Vendas, Despesa Gerais e Administrativas, and Outras operacionais.

8.c) Direitos minerais
A mina de Casa de Pedra é um ativo pertencente à CSN, que tem o direito exclusivo de explorar essas minas. As atividades de mineração de Casa de Pedra são baseadas no "Manifesto de Mina", que confere à CSN plena propriedade sobre os depósitos minerais existentes dentro dos limites de sua propriedade.

continua...



SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. INTANGÍVEL

| | Consolidado | | | | | Controladora | | | |
|---|-------------|-----------------------|----------|-------------------|--------|--------------|---------|----------|----------|
| | Ágio | Relações com Clientes | Software | Marcas e patentes | Outros | Total | Ágio | Software | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 407.434 | 381.480 | 67.354 | 109.035 | 137 | 965.440 | 13.091 | 63.378 | 76.469 |
| Custo | 666.768 | 415.899 | 107.416 | 109.035 | 137 | 1.299.255 | 14.135 | 89.255 | 103.390 |
| Amortização acumulada | (150.004) | (34.419) | (40.062) | | | (224.485) | (1.044) | (25.877) | (26.921) |
| Ajuste pelo valor recuperável acumulado | (109.330) | | | | | (109.330) | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 407.434 | 381.480 | 67.354 | 109.035 | 137 | 965.440 | 13.091 | 63.378 | 76.469 |
| Efeito de variação cambial | | (1.060) | 5 | 17 | | (1.038) | | | |
| Aquisições e gastos | | | 727 | | | 727 | | | |
| Transferência do imobilizado | | | 21.598 | | 48 | 21.646 | | 20.984 | 20.984 |
| Amortização | | (33.305) | (9.817) | | | (43.122) | | (8.537) | (8.537) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 407.434 | 347.115 | 79.867 | 109.052 | 185 | 943.653 | 13.091 | 75.825 | 88.916 |
| Custo | 666.768 | 415.964 | 153.080 | 109.052 | 185 | 1.345.049 | 14.135 | 110.241 | 124.376 |
| Amortização acumulada | (150.004) | (68.849) | (73.213) | | | (292.066) | (1.044) | (34.416) | (35.460) |
| Ajuste pelo valor recuperável acumulado | (109.330) | | | | | (109.330) | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 407.434 | 347.115 | 79.867 | 109.052 | 185 | 943.653 | 13.091 | 75.825 | 88.916 |

O prazo de vida útil estimada para o exercício corrente são as seguintes:

| | Consolidado | | Controladora | |
|-----------------------|-------------|------------|--------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Software | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Relações com clientes | 13 | 13 | | |

• Teste para verificação de impairment do ágio e marcas e patentes

Com o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da CSN os quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos em que o ágio é monitorado pela alta administração da Companhia, nunca acima dos Segmentos Operacionais.

Unidade Geradora de Caixa

| Segmento | 31/12/2014 | 31/12/2013 | Investidora |
|----------------|------------|------------|----------------|
| Embalagens (*) | 158.748 | 158.748 | CSN |
| Aços planos | 13.091 | 13.091 | CSN |
| Aços longos | 344.647 | 344.630 | CSN Steel S.L. |
| | 516.486 | 516.469 | |

(*) O ágio da UGC (Unidade Geradora de Caixa) Embalagens está apresentado líquido da perda por redução ao valor recuperável (impairment) registrada em 2011 na linha de outras receitas e despesas operacionais da demonstração do resultado do exercício no montante de R\$ 60.861. Durante o 4º trimestre de 2013, a Companhia identificou novamente a necessidade de reduzir o valor recuperável do ágio da UGC Embalagens e contabilizou o valor de R\$ 48.469.

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") é determinado com base em cálculos do valor em uso.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2014 são as que seguem:

| | Aços Planos | Aços Longos |
|--------------------------|---|---|
| Margem bruta (i) | Média da Margem Bruta de cada Unidade Geradora de Caixa baseada no histórico e no forecast para os próximos 3 anos. Curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais utilizadas como premissa de longo prazo; | Com base no forecast para os próximos 3 anos, curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais para o longo prazo e considerando o ramp up do volume de produção após o início das operações da planta; |
| Atualização dos custos | Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais; | Atualização dos custos baseados em dados históricos e curvas de preço e câmbio de relatórios setoriais; |
| Taxa de crescimento (ii) | Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado; | Taxa de crescimento médio de 2,0% a.a. utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após período orçado; |
| Taxa de desconto (iii) | Taxa de desconto de 8,07% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social. | Taxa de desconto de 7,6% a.a. em termos reais, antes do Imposto de Renda e Contribuição Social. |

(i) Margem bruta orçada.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de três anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de três anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual atua a Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). Para a UGC Embalagem, foi utilizada a metodologia do valor justo dos ativos, por meio da contratação de empresa especializada em avaliação de ativos tangíveis.

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que se encontram registrados ao custo amortizado, são conforme abaixo:

| | Taxas a.a. (%) | Passivo Circulante | | Passivo não Circulante | | Passivo Circulante | | Passivo não Circulante | |
|--|--|--------------------|------------|------------------------|------------|--------------------|------------|------------------------|------------|
| | | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Moeda Estrangeira | | | | | | | | | |
| Pré-Pagamento | 1% até 3,5% | 346.719 | 105.874 | 2.338.327 | 1.166.615 | 76.642 | 105.874 | 2.323.290 | 1.166.615 |
| Pré-Pagamento | 3,51% até 7,5% | 12.411 | 207.331 | 1.713.249 | 1.276.717 | 158.915 | 343.912 | 6.869.730 | 4.084.099 |
| Bônus Perpétuos | 7% | 3.615 | 3.189 | 2.656.200 | 2.342.600 | | | | |
| Fixed Rate Notes | 4,14% até 10% | 1.236.634 | 156.868 | 4.996.352 | 5.505.110 | 1.187.610 | 19.439 | 1.593.720 | 2.433.517 |
| Intercompany | Libor 6M + 2,25% e 3% | | | | | 73.839 | 737.297 | 910.983 | 110.268 |
| Outros | 1,2% até 8% | 51.634 | 61.662 | 387.240 | 442.843 | | 11.334 | | |
| | | 1.651.013 | 534.924 | 12.091.368 | 10.733.885 | 1.497.006 | 1.217.856 | 11.697.723 | 7.794.499 |
| Moeda Nacional | | | | | | | | | |
| BNDES/FINAME | TJLP + 1,5% até 3,2% e Fixa 2,5% até 10% | 85.373 | 97.044 | 965.849 | 962.684 | 48.308 | 57.759 | 879.681 | 853.379 |
| Debêntures | 105,8% até 111,2% CDI | 847.411 | 846.387 | 1.550.000 | 1.932.500 | 847.411 | 846.387 | 1.550.000 | 1.932.500 |
| Pré-Pagamento | 106,5% até 110,79% CDI e fixa de 8% | 118.870 | 101.330 | 5.345.000 | 5.345.000 | 93.087 | 79.302 | 3.345.000 | 3.345.000 |
| CCB | 112,5% CDI | 101.841 | 1.085.436 | 7.200.499 | 6.200.000 | 101.841 | 1.085.436 | 7.200.000 | 6.200.000 |
| Intercompany | 110,79% CDI | | | | | 148.686 | 591.423 | 1.759.474 | 1.338.771 |
| Outros | | 9.422 | 8.527 | 11.549 | 15.505 | 2.258 | 2.119 | | 2.118 |
| | | 1.162.917 | 2.138.724 | 15.072.897 | 14.455.689 | 1.241.591 | 2.862.426 | 14.734.155 | 13.671.768 |
| Total de Empréstimos e Financiamentos | | 2.813.930 | 2.673.648 | 27.164.265 | 25.189.574 | 2.738.597 | 3.880.282 | 26.431.878 | 21.466.267 |
| Custos de Transação e Prêmios de Emissão | | (23.406) | (30.841) | (71.410) | (85.951) | (18.362) | (25.588) | (61.966) | (71.607) |
| Total de Empréstimos e Financiamentos + Custos de Transação | | 2.790.524 | 2.642.807 | 27.092.855 | 25.103.623 | 2.720.235 | 3.854.694 | 26.369.912 | 21.394.660 |

Os saldos de pré-pagamentos de partes relacionadas da controladora totalizam R\$ 5.302.985 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.943.964 em 31 de dezembro de 2013) e os saldos de Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds totalizam R\$ 2.781.330 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.452.956 em 31 de dezembro de 2013), vide nota 17b.

• Vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2014, o principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo apresenta a seguinte composição por ano de vencimento:

| | Consolidado | Controladora |
|-----------------|-------------|--------------|
| 2016 | 2.905.794 | 4.194.943 |
| 2017 | 4.170.116 | 3.993.645 |
| 2018 | 4.527.879 | 4.214.898 |
| 2019 | 6.033.723 | 4.588.563 |
| 2020 | 5.089.253 | 2.680.016 |
| Após 2021 | 1.781.300 | 6.759.813 |
| Bônus Perpétuos | 2.656.200 | 100% |
| | 27.164.265 | 26.431.878 |

• Captações dos empréstimos e amortizações, financiamentos e debêntures

A tabela a seguir demonstra as amortizações e captações durante o exercício corrente:

| | Consolidado | | Controladora | |
|--------------------------------------|-------------|-------------|--------------|-------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Saldo Inicial | 27.746.430 | 29.304.704 | 25.249.354 | 24.139.992 |
| Captações | 1.907.479 | 1.697.363 | 3.401.090 | 1.363.253 |
| Amortizações | (3.689.287) | (4.300.240) | (3.423.072) | (3.991.884) |
| Perda de controle na Transnordestina | | (3.180.821) | | |
| Outros (*) | 3.918.757 | 4.225.424 | 3.862.775 | 3.737.993 |
| Saldo final | 29.883.379 | 27.746.430 | 29.090.147 | 25.249.354 |

(*) Inclusos variações cambiais e monetárias não realizadas.

• Classificação de instrumentos financeiros

| | Notas | 31/12/2014 | | | | 31/12/2013 | | | | |
|--------------------------------------|-------|-----------------------|----------------------------------|--|--|------------|-----------------------|----------------------------------|--|--|
| | | Disponível para venda | Valor Justo através do resultado | Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva | Outros Passivos - Método do Custo amortizado | Saldos | Disponível para venda | Valor Justo através do resultado | Empréstimos e Recebíveis - Taxa de juros efetiva | Outros Passivos - Método do Custo amortizado |
| Consolidado | | | | | | | | | | |
| Ativo | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Caixa e Equivalente de Caixa | 3 | | | 8.686.021 | 8.686.021 | | | 9.995.672 | | 9.995.672 |
| Contas a Receber Líquidas | 4 | | | 1.650.967 | 1.650.967 | | | 1.733.641 | | 1.733.641 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6 | | 174.611 | | 174.611 | | 9.681 | | | 9.681 |
| Títulos para negociação | 6 | | 13.798 | | 13.798 | | 9.906 | | | 9.906 |
| Total | | | 188.409 | 10.336.988 | 10.525.397 | | 19.587 | 11.729.313 | | 11.748.900 |
| Não Circulante | | | | | | | | | | |
| Outros títulos a receber | 6 | | | 1.347 | 1.347 | | | 9.970 | | 9.970 |
| Investimentos | | 1.441.032 | | | 1.441.032 | 2.405.174 | | | | 2.405.174 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6 | | | | | | 3.879 | | | 3.879 |
| Aplicações Financeiras | | | | 34.874 | 34.874 | | | 30.756 | | 30.756 |
| Total | | 1.441.032 | | 36.221 | 1.477.253 | 2.405.174 | 3.879 | 40.726 | | 2.449.779 |
| Total Ativo | | 1.441.032 | 188.409 | 10.373.209 | 12.002.650 | 2.405.174 | 23.466 | 11.770.039 | | 14.198.679 |
| Passivo | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | | | 2.813.930 | 2.813.930 | | | | 2.673.648 | 2.673.648 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 12 | | 65 | | 65 | | 6.822 | | | 6.822 |
| Fornecedores | | | | 1.638.505 | 1.638.505 | | | 1.102.037 | | 1.102.037 |
| Dividendos e JCP | | | | 277.097 | 277.097 | | | 2.036 | | 2.036 |
| Total | | | 65 | 4.729.532 | 4.729.597 | | 6.822 | 3.777.721 | | 3.784.543 |
| Não Circulante | | | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | | | 27.164.265 | 27.164.265 | | | 25.189.574 | | 25.189.574 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 12 | | 21.301 | | 21.301 | | 17.375 | | | 17.375 |
| Total | | | 21.301 | 27.164.265 | 27.185.566 | | 17.375 | 25.189.574 | | 25.206.949 |
| Total Passivo | | | 21.366 | 31.893.797 | 31.915.163 | | 24.197 | 28.967.295 | | 28.991.492 |

• Mensuração do valor justo

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo requerem divulgação das mensurações do valor justo em três níveis de hierarquia.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significativas para definição do valor justo dos ativos

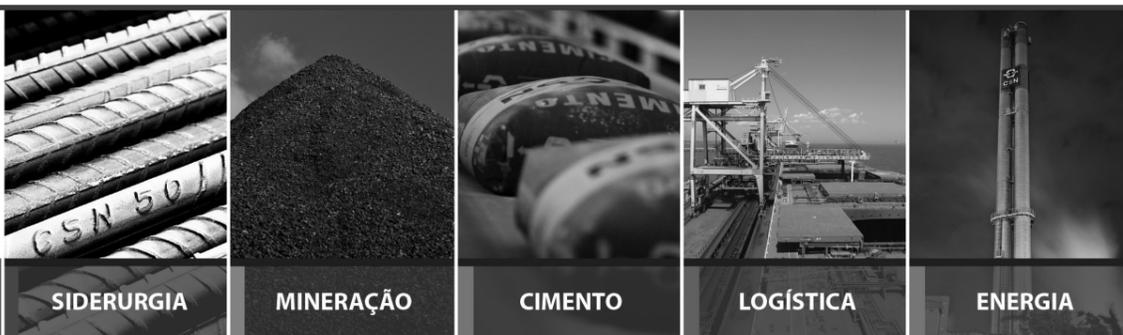
continua...

> www.csn.com.br <



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado utilizando um método de avaliação:

Table with columns for Consolidado, Ativo, Circulante, Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, Não Circulante, Ativos financeiros disponíveis para venda, Passivo, Circulante, Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, Não Circulante, Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, Total Passivo. Rows show data for 31/12/2014 and 31/12/2013.

II - Investimentos em títulos classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Consistem, principalmente, em investimentos em ações adquiridas no Brasil de empresas de primeira linha, os quais estão registrados no ativo não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados no patrimônio líquido, onde permanecerão até a efetiva realização dos títulos, ou quando uma eventual perda for considerada irreversível.

Perda (impairment) de ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia possui investimentos em ações ordinárias (USIM3) e preferenciais (USIM5) da Usiminas ("Ações Usiminas"), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado).

Considerando a volatilidade nas cotações das Ações Usiminas, a Companhia avalia se na data de fechamento das demonstrações financeiras, existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Companhia avalia se a queda no valor de mercado das ações Usiminas deve ser considerada significativa ou prolongada.

Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da CSN, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda superior a 20% no seu valor de mercado ou a partir de uma queda significativa do valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses.

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, houve declínio na cotação das ações ordinárias (USIM3), o qual, de acordo com a política contábil da Companhia, gerou uma perda no valor de R\$ 34.396 e R\$ 3.302, líquido de imposto de renda e contribuição social, sendo registrado o montante de R\$ 52.115 e R\$ 5.002 em outras despesas operacionais e R\$ 17.719 e R\$ 1.701 em impostos diferidos, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2014, após novo declínio na cotação das ações ordinárias (USIM3) em relação à cotação de 30 de junho de 2014, a Companhia reclassificou as perdas acumuladas no trimestre registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 13.193, líquido de imposto de renda e contribuição social, para o resultado do período, no montante de R\$ 19.989 em outras despesas operacionais e R\$ 6.796 em impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2014 houve declínio na cotação das ações preferenciais (USIM5) em relação a cotação de 30 de junho de 2012. Desta forma, a Companhia reclassificou as perdas acumuladas registradas em outro resultado abrangente, no valor de R\$ 87.711, líquido de imposto de renda e contribuição social, sendo registrado o montante de R\$ 132.896 em outras despesas operacionais e R\$ 45.185 em impostos diferidos, respectivamente, totalizando no exercício de 2014 o montante de R\$ 205.000 em outras despesas operacionais e R\$ 69.700 em impostos diferidos.

A partir de então, de acordo com a política da Companhia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados em outros resultados abrangentes.

Riscos de preço de mercado de ações
A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos e classificados como disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2014, a posição consolidada desses contratos era a seguinte:

Table showing swap positions with columns for Counterparties, Vencimento da operação, Moeda, Posição Ativa, Posição Passiva, Valorização (R\$), Valor Justo (mercado), and Efeito no resultado financeiro em 2014. Rows include Santander, Goldman Sachs, HSBC, Deutsche, Itaú BBA, etc.

11.d) Transações com instrumentos financeiros derivativos

Classificação dos derivativos no balanço patrimonial e resultado

Table showing classification of derivatives in the balance sheet and income statement for 31/12/2014 and 31/12/2013, categorized by Instrumentos, Circulante, and Não Circulante.

(*) As posições das operações de swap foram liquidadas em maio de 2014, juntamente com seu pré-pagamento.

(**) As posições das operações de swap foram liquidadas em dezembro de 2013, juntamente com seu depósito em garantia.

Swap cambial dólar x CDI

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia mantém posição comprada em swap cambial, onde recebe, na ponta ativa, variação cambial mais cupom de 3,5% ao ano em média, e paga 100% do CDI na ponta passiva do contrato de swap cambial.

Swap cambial (NDF) dólar x real

A Companhia realizou operações de Non Deliverable Forward (NDF) onde o objetivo é garantir a compra a termo de dólar, a liquidação ocorre, sem entrega física, pela diferença da paridade R\$/US\$ de compra contratada contra a paridade R\$/US\$ de venda, que é a Ptax Venda de D-1 ao vencimento. As operações são contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, através do Mercado de Balcão e alocadas nos fundos exclusivos.

A Companhia considera como cenário provável os valores registrados a mercado em 31 de dezembro de 2014, líquido de imposto no montante de R\$ 273.433. Desta maneira, não há impacto sobre os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda.

De acordo com as políticas contábeis da Companhia, as variações negativas no investimento da Usiminas, quando consideradas significativas (impairment), são registradas no resultado, e as positivas em resultado abrangente até a realização do investimento.

III - Políticas de Instrumentos Financeiros

11.a) Gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, com orientações em relação aos riscos incorridos pela empresa. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. A política de riscos da Companhia proíbe negociações especulativas e venda a descoberto.

11.b) Utilização de derivativos de proteção

A política financeira da Companhia reflete os parâmetros de liquidez, risco de crédito e de mercado aprovados pelo comitê de auditoria e Conselho de administração. A utilização de instrumentos derivativos com objetivo de evitar que flutuações de taxas de juros e taxas de câmbio tenham impacto negativo sobre o balanço patrimonial e demonstração de resultados da empresa deve observar estes mesmos parâmetros. Nos termos das normas internas, esta política de investimentos financeiros foi aprovada e é administrada pela Diretoria financeira.

A Diretoria rotineiramente apresenta e discute, nas reuniões de Diretoria Executiva e Conselho de Administração, as posições financeiras da Companhia. Nos termos do estatuto social, operações de valores expressivos requerem aprovação prévia dos órgãos da administração. A utilização de outros instrumentos derivativos está condicionada à aprovação prévia do Conselho de Administração.

Para financiar suas atividades a Companhia recorre ao mercado financeiro de capitais, tanto local quanto internacional e em função do perfil de endividamento que busca, parte da dívida está atrelada a moeda estrangeira, substancialmente ao dólar norte-americano, o que motiva buscar proteção para fluxos de caixa advindos do endividamento através de instrumentos financeiros derivativos.

Para contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dentro da estrutura de controles internos, são adotadas as seguintes políticas:

- apuração contínua da exposição cambial que ocorre por meio do levantamento dos ativos e passivos expostos a moeda estrangeira, dentro dos seguintes termos: (i) contas a receber e a pagar em moeda estrangeira; (ii) disponibilidades e dívida em moeda estrangeira considerando, inclusive, a maturidade dos ativos e passivos expostos a oscilação cambial; (iii) instrumentos financeiros diversos, tais como instrumentos derivativos (swap, dólar x real, euro x dólar, contratos futuros de câmbio e hedge accounting);
realização de operações de derivativos de proteção somente com bancos de primeira linha, diluindo o risco de crédito pela diversificação destes bancos.
apresentação da posição financeira e exposição cambial, rotineiramente, em reuniões de Diretoria executiva e do Conselho de administração que aprovam a estratégia de proteção;

11.c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em Dólar e Euro ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é efetivamente o risco de exposição em moeda estrangeira, conforme mencionado acima.

Exposição cambial

A exposição líquida consolidada em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Table showing exposure to exchange rate with columns for Exposição Cambial, Caixa e equivalente no exterior, Contas a receber, Empréstimos intercompany, Outros Ativos, Total ativo, Empréstimos e financiamentos, Fornecedores, Empréstimos intercompany, Outros Passivos, Total passivo, Exposição cambial, Ncional de derivativos contratados líquidos, Hedge accounting de fluxo de caixa, Exposição cambial líquida. Rows show values for 31/12/2014 and 31/12/2013.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Transações de swap

A Companhia realiza operações com swap cambial com o intuito de proteger seus ativos e passivos de eventuais oscilações da paridade dólar/real. A referida proteção via swap cambial proporciona à Companhia, através da ponta ativa do contrato, o ganho do FRA (Forward Rate Agreement) de cupom cambial, que ao mesmo tempo melhora nossas taxas de aplicação e reduz o custo de nossas captações no mercado internacional.

Table showing swap positions with columns for Counterparties, Vencimento da operação, Moeda, Posição Ativa, Posição Passiva, Valorização (R\$), Valor Justo (mercado), and Efeito no resultado financeiro em 2014. Rows include Santander, Goldman Sachs, HSBC, Deutsche, Itaú BBA, etc.

Swap cambial (NDF) dólar x euro

Além dos swaps citados acima, a Companhia também realizou NDFs (Non Deliverable Forward) de seus ativos em euros. Basicamente, a Companhia realizou derivativos financeiros de seus ativos em euros, nos quais receberá a diferença entre a variação cambial em dólares observada no período, multiplicado pelo valor de referência (ponta ativa) e paga a diferença entre a variação cambial em euros observada no período, sobre o valor em euros de referência na data da contratação (ponta passiva). Tratam-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, contratadas dentro dos fundos exclusivos.

Swap cambial dólar x euro

A controlada Lusosider tem operações com derivativos para proteger sua exposição do dólar contra o euro.

Swap de taxa de juros (Pré x CDI)

Tem por objetivo atrelar obrigações, remuneradas a uma taxa pré-fixada, às oscilações da taxa de juros baseadas na taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI), calculada e divulgada pela CETIP. Basicamente, a Companhia realizou swap de suas obrigações de taxas pré-fixadas, nos quais recebe juros sobre o valor nominal (ponta ativa) e paga 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência na data da contratação (ponta passiva). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações do CDI. Trata-se em geral de operações no mercado de balcão brasileiro tendo como contraparte instituição financeira de primeira linha.

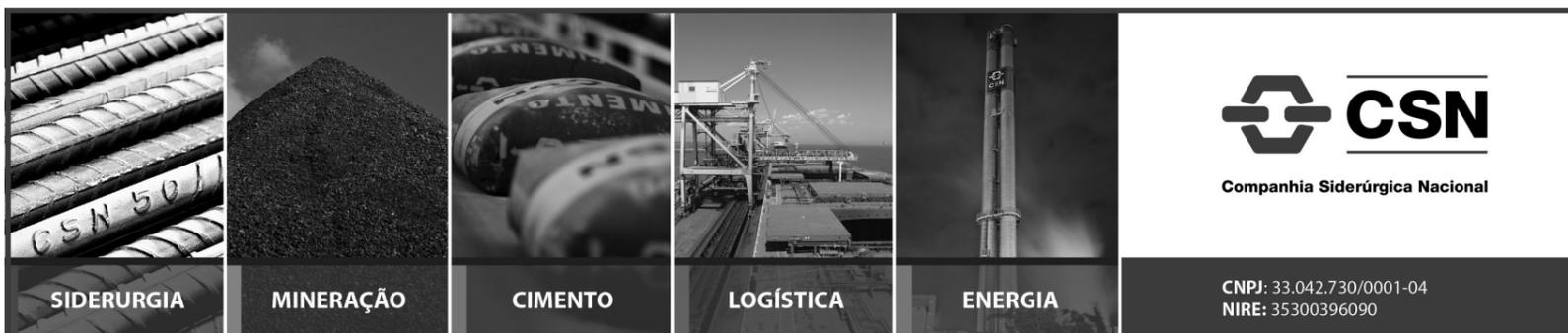
Hedge Accounting

A partir de 1º de novembro de 2014, a Companhia designou formalmente relações de hedge de fluxos de caixa para a proteção de fluxos futuros altamente prováveis expostos ao dólar.

Com o objetivo de melhor refletir os efeitos contábeis da estratégia de hedge cambial no resultado da Companhia, a CSN designou parte dos seus passivos em dólar como instrumento de hedge de suas futuras exportações. Com isso, a variação cambial decorrente dos passivos designados será registrada transitariamente no patrimônio líquido e será levada ao resultado quando ocorrerem as referidas exportações, permitindo assim que o reconhecimento do impacto do dólar sobre o passivo e sobre as exportações possam ser registrados no mesmo momento. Ressalta-se que a adoção dessa contabilidade de hedge não implica na contratação de qualquer instrumento financeiro. Foram designados US\$ 775 milhões em exportações a serem realizadas entre 15 de outubro de 2015 e 20 de maio de 2020.

Para suportar as designações supracitadas, a Companhia elaborou documentação formal indicando como a designação do hedge está alinhada ao objetivo e à estratégia da Política de Gestão de Riscos da CSN, identificando os instrumentos de proteção utilizados, o objeto de hedge, a natureza do risco a ser protegido e demonstrando a expectativa de alta efetividade das relações designadas. Foram designados instrumentos de dívida em montantes equivalentes à parcela das exportações futuras. Portanto, a variação do câmbio do instrumento e do objeto são similares. De acordo com a política contábil da Companhia, devem ser realizadas contínuas avaliações da efetividade prospectiva e retrospectiva, comparando os montantes designados com os valores esperados e aprovados nos orçamentos da Administração, bem como os montantes efetivamente exportados.

Através do Hedge Accounting, os ganhos e perdas com variações cambiais dos instrumentos financeiros de dívida não afetarão imediatamente o resultado da Companhia, mas apenas na medida em que as exportações forem realizadas.



...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O quadro abaixo apresenta o resumo das relações de hedge em 31 de dezembro de 2014:

| Data de Designação | Instrumento de hedge | Objeto de hedge | Tipo de risco protegido | Período de proteção | Montantes designados (US\$ mil) | Impacto sobre o patrimônio líquido |
|--------------------|--|---|--------------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|------------------------------------|
| 03/11/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Outubro de 2016 a Setembro de 2019 | 500.000 | (106.000) |
| 01/12/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Outubro de 2015 a Fevereiro de 2019 | 175.000 | (16.818) |
| 18/12/2014 | Pré-Pagamentos de Exportação em US\$ com terceiros | Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis de minério de ferro | Cambial - taxa spot R\$ x US\$ | Maio de 2020 | 100.000 | 2.185 |
| Total | | | | | 775.000 | (120.633) |

Nas relações de hedge descritas acima, os valores dos instrumentos de dívida foram integralmente designados para parcelas de exportações de minério de ferro equivalentes. A movimentação dos valores relativos ao hedge accounting registrados no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada como segue:

| | 31/12/2013 | Adição | Reversão | 31/12/2014 |
|---|------------|----------|----------|---------------|
| Hedge accounting de fluxo de caixa IR e CS sobre hedge accounting de fluxo de caixa | 120.633 | (41.015) | | 79.618 |
| Valor justo do hedge de fluxo de caixa, líquido dos impostos | | | | 79.618 |

Em 31 de dezembro de 2014 as relações de hedge estabelecidas pela Companhia encontravam-se eficazes, de acordo com os testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do hedge accounting foi registrada.

Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos e exposição cambial

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de valorização para volatilidade da moeda, utilizando como referência a taxa de fechamento de câmbio em 31 de dezembro de 2014 para swap cambial dólar x real R\$ 2,6562, para swap cambial euro x dólar US\$ 1,2149, para swap cambial dólar x euro US\$ 1,2149, para exposição cambial dólar x real R\$ 2,6562 e para exposição cambial euro x real 3,2270.

| Instrumentos | 31/12/2014 | | Cenário 1 | | Cenário 2 | |
|--|---------------------|--------------|-----------------|-----------------|--------------|--|
| | Valor de Referência | Risco | Provável (*) | | Provável (*) | |
| Swap cambial dólar x CDI | 10.000 | Dólar | 30.414 | (7.604) | 15.207 | |
| Swap cambial (NDF) dólar x real | 1.218.000 | Dólar | 153.251 | (805.928) | 1.611.856 | |
| Hedge accounting de exportação | 775.000 | Dólar | 120.633 | (514.639) | 1.029.278 | |
| Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima) | (1.969.886) | Dólar | 1.308.103 | 2.616.206 | | |
| Posição cambial consolidada | 33.114 | Dólar | (20.068) | (40.135) | | |
| (incluindo derivativos cambiais acima) | | | | | | |
| Swap cambial (NDF) dólar x euro | (90.000) | Euro | 6.722 | 67.068 | 132.297 | |
| Posição cambial Moeda funcional BRL (não incluindo derivativos cambiais acima) | (143.723) | Euro | 115.949 | 231.897 | | |
| Posição cambial consolidada | (233.723) | Euro | 183.017 | 364.194 | | |
| (incluindo derivativos cambiais acima) | | | | | | |
| Swap cambial dólar x euro | 80.129 | Dólar | 9.227 | 43.511 | 167.089 | |

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2014 registrados no ativo e passivo da Companhia.

11.e) Risco de taxa de juros

Passivos de curto e longo prazo, indexados à taxa de juros flutuantes e índices de inflação. Devido a essa exposição, a Companhia mantém derivativos para melhor administrar esses riscos.

Análise de sensibilidade swap de taxa de juros

| Instrumentos | 31/12/2014 | | Cenário 1 | | Cenário 2 | |
|---------------------------------|------------|-------|--------------|----------|--------------|--|
| | Nocional | Risco | Provável (*) | | Provável (*) | |
| Swap de taxa de juros Pré x CDI | 345.000 | CDI | 21.301 | (15.239) | (30.633) | |
| Swap cambial dólar x CDI | 10.000 | CDI | 25.068 | (160) | (318) | |

(*) A análise de sensibilidade é baseada na premissa de se manter como cenário provável os valores a mercado em 31 de dezembro de 2014 registrados no ativo e passivo da companhia.

A Companhia considerou os cenários 1 e 2 como 25% e 50% de valorização para volatilidade dos juros em 31 de dezembro de 2014.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

A Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% nas taxas de juros em seus empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2014 na data das demonstrações financeiras consolidadas.

| Variações nas taxas de juros | Impacto no resultado | |
|------------------------------|----------------------|------------|
| | % a.a. | 31/12/2014 |
| TJLP | 5,00 | 2.548 |
| Líbor | 0,36 | 792 |
| CDI | 11,57 | 86.198 |

11.f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados na nota 10.

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo provisão de juros.

| | Consolidado | | | | |
|---|-----------------|----------------------|-------------------------|---------------------|------------|
| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos | Total |
| Em 31 de dezembro de 2014 | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 2.813.930 | 7.075.910 | 15.650.855 | 4.437.500 | 29.978.195 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 65 | 21.301 | | | 21.366 |
| Fornecedores | 1.638.505 | | | | 1.638.505 |
| Dividendos e JCP | 277.097 | | | | 277.097 |
| Em 31 de dezembro de 2013 | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos e debêntures | 2.673.648 | 6.391.523 | 11.439.993 | 7.358.058 | 27.863.222 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 6.822 | 17.375 | | | 24.197 |
| Fornecedores | 1.102.037 | | | | 1.102.037 |
| Dividendos e JCP | 2.036 | | | | 2.036 |

Valores justos dos ativos e passivos em relação ao valor contábil
Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão registrados no ativo e passivo circulante e não circulante e os ganhos e eventuais perdas são registrados como receita e despesa financeira respectivamente. Os valores estão contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, que são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo estimado para determinados empréstimos e financiamentos de longo prazo consolidado foram calculados a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos similares aos dos contratos registrados, sendo comparado abaixo:

| | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
|------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | Valor Contábil | Valor Mercado | Valor Contábil | Valor Mercado |
| Bônus Perpétuos | 2.659.815 | 1.974.031 | 2.345.789 | 1.938.780 |
| Fixed Rate Notes | 6.232.986 | 6.267.272 | 5.661.978 | 6.032.207 |

Riscos de crédito

A exposição a riscos de crédito das instituições financeiras observa os parâmetros estabelecidos na política financeira. A Companhia tem como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes e fornecedores, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente de seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Uma vez que parte dos recursos é investido em operações compromissadas que são lastreadas em títulos do governo brasileiro, há exposição também ao risco de crédito do Estado Brasileiro.

Gestão de capital
A Companhia administra sua estrutura de capital com objetivo de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O grupo de outras obrigações classificados no passivo circulante e não circulante possui a seguinte composição:

| | Consolidado | | | | Controladora | | | |
|---|----------------|----------------|------------------|-------------------|----------------|------------------|------------------|-------------------|
| | Circulante | | Não Circulante | | Circulante | | Não Circulante | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Passivos com partes relacionadas (Nota 17 b) | 249.758 | 422.150 | 9.236.716 | 8.522.685 | 339.613 | 735.880 | 9.810.648 | 8.873.825 |
| Instrumentos financeiros derivativos (Nota 11 i) | 65 | 6.822 | 21.301 | 17.375 | | 336 | | |
| Dividendos e JCP a pagar acionistas controladores | 152.966 | | | | 152.966 | | | |
| Dividendos e JCP a pagar não controladores | 124.131 | 2.036 | | | 124.131 | 2.036 | | |
| Adiantamento de Clientes | 22.905 | 28.213 | | | 14.932 | 17.501 | | |
| Tributos parcelados (Nota 14) | 33.358 | 247.387 | 20.728 | 1.454.838 | 23.348 | 218.667 | 1.823 | 1.294.666 |
| Participação sobre lucro - empregados | 120.278 | 121.631 | | | 108.902 | 113.039 | | |
| Outras obrigações | 141.648 | 144.612 | 36.618 | 66.673 | 39.705 | 51.497 | 6.041 | 5.241 |
| | 845.109 | 972.851 | 9.315.363 | 10.061.571 | 803.597 | 1.138.956 | 9.818.512 | 10.173.732 |

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

13.a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|----------------|-----------------|----------------|------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| (Despesa)/Receita com imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | (528.170) | (1.290.755) | (30.470) | (859.213) |
| Diferido | 679.323 | 1.216.594 | 622.512 | 651.444 |
| | 151.153 | (74.161) | 592.042 | (207.769) |

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social do consolidado e da controladora e o produto da alíquota vigente sobre o lucro antes do IR e da CSLL são demonstrados a seguir:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| (Prejuízo)/Lucro antes do IR e da CSLL | (263.420) | 608.155 | (697.260) | 716.794 |
| Alíquota | 34% | 34% | 34% | 34% |
| IR/CSLL pela alíquota fiscal combinada | 89.563 | (206.773) | 237.068 | (243.710) |
| Ajustes para refletir a alíquota efetiva: | | | | |
| Benefício de juros sobre capital próprio - JCP | | 255.000 | | 255.000 |
| Equivalência Patrimonial | 112.594 | 53.767 | 373.403 | 510.833 |
| Resultados com alíquotas vigentes diferenciadas ou não tributadas | 1.772 | 173.330 | | |
| Ajuste Transfer Price | (2.350) | (31.404) | (2.350) | (31.404) |
| Efeito Refis e Programa de Quitação Antecipada | (14.649) | (689.299) | 5.566 | (689.299) |
| Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído | (29.259) | (166.734) | | |
| Crédito fiscal controladas | | 550.270 | | |
| Limite de endividamento | (13.170) | | (13.170) | |
| Outras exclusões (adições) permanentes | 6.652 | (12.318) | (8.475) | (9.189) |
| IR/CSLL no resultado do exercício | 151.153 | (74.161) | 592.042 | (207.769) |
| Alíquota efetiva | 57% | 12% | 85% | 29% |

13.b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

| | Saldo Inicial | | Movimentação | | Consolidado | |
|---|------------------|----------------------|-----------------|---------------------------|-------------|------------------|
| | 31/12/2013 | Resultado Abrangente | Resultado | Créditos Tributários (**) | Saldo Final | 31/12/2014 |
| Diferido Ativo | | | | | | |
| Prejuízos fiscais de imposto de renda | 1.132.296 | (4.225) | 41.533 | (786.419) | | 383.185 |
| Bases negativas de contribuição social | 389.306 | | 36.051 | (349.695) | | 75.662 |
| Diferenças temporárias | 1.248.925 | 335.650 | 572.636 | | | 2.157.211 |
| - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais | 207.507 | | 19.234 | | | 226.741 |
| - Provisões para passivos ambientais | 117.795 | | (45.870) | | | 71.925 |
| - Perdas estimadas em ativos | 53.450 | | 15.531 | | | 68.981 |
| - Perdas estimadas em estoques | 28.556 | | 3.810 | | | 32.366 |
| - (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros | (4.722) | | (1.697) | | | (6.419) |
| - (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda | 287.876 | 260.715 | 69.700 | | | 618.291 |
| - Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde) | 131.938 | 32.360 | 2.499 | | | 166.797 |
| - Provisão para consumos e serviços | 91.807 | | (23.324) | | | 68.483 |
| - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 27.749 | | 2.103 | | | 29.852 |
| - Ágio na incorporação | (123.172) | (19) | 20.532 | | | (102.659) |
| - Variações cambiais não realizadas (*) | 546.041 | | 464.966 | | | 1.011.007 |
| - (Ganho) na perda de controle da Transnordestina | (224.096) | | | | | (224.096) |
| - Hedge Accounting de fluxo de caixa | | 41.015 | | | | 41.015 |
| - Outras | 108.196 | 1.579 | 45.152 | | | 154.927 |
| Ativo Não Circulante | 2.770.527 | 331.425 | 650.220 | (1.136.114) | | 2.616.058 |
| Diferido Passivo | | | | | | |
| - Ajuste Fair Value - Aquisição SWT | 252.109 | (848) | (28.807) | | | 222.454 |
| - Outras | 16.724 | 10 | (296) | | | 16.438 |
| Passivo Não Circulante | 268.833 | (838) | (29.103) | | | 238.892 |

| | Saldo Inicial | | Movimentação | | Controladora | |
|---|------------------|----------------------|----------------|---------------------------|--------------|------------------|
| | 31/12/2013 | Resultado Abrangente | Resultado | Créditos Tributários (**) | Saldo Final | 31/12/2014 |
| Diferido Ativo | | | | | | |
| Prejuízos fiscais de imposto de renda | 919.910 | | 86.910 | (787.609) | | 219.211 |
| Bases negativas de contribuição social | 389.306 | | 28.034 | (341.678) | | 75.662 |
| Diferenças temporárias | 1.303.782 | 332.706 | 507.568 | | | 2.144.056 |
| - Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais | 199.445 | | 19.200 | | | 218.645 |
| - Provisões para passivos ambientais | 117.795 | | (45.870) | | | 71.925 |
| - Perdas estimadas em ativos | 47.087 | | 15.217 | | | 62.304 |
| - Perdas estimadas em estoques | 28.365 | | 1.574 | | | 29.939 |
| - (Ganhos)/perdas em instrumentos financeiros | (3.875) | | (1.162) | | | (5.037) |
| - (Ganhos)/perdas ativos financeiros disponíveis para venda | 264.172 | 262.439 | 67.786 | | | 594.397 |
| - Passivo Atuarial (Plano de Previdência e Saúde) | 132.063 | 29.252 | 2.448 | | | 163.763 |
| - Provisão para consumos e serviços | 89.767 | | (23.148) | | | 66.619 |
| - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 26.179 | | (192) | | | 25.987 |
| - Variações cambiais não realizadas (*) | 546.041 | | 464.966 | | | 1.011.007 |
| - (Ganho) na perda de controle da Transnordestina | (224.096) | | | | | (224.096) |
| - Hedge Accounting de fluxo de caixa | | 41.015 | | | | 41.015 |



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13.c) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no patrimônio líquido

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos diretamente no patrimônio líquido estão demonstrados abaixo:

Table with 5 columns: Item, Consolidado 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013, Controladora 31/12/2014, Controladora 31/12/2013. Rows include Imposto de renda e contribuição social, Ganhos atuariais, etc.

13.d) Incentivos fiscais

A Companhia usufrui de incentivos fiscais de Imposto de Renda baseados na legislação vigente tais como: Programa de Alimentação do Trabalhador, Lei Rouanet, Incentivos Fiscais de Atividade Audiovisual, Fundos do Direito da Criança e do Adolescente, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência e Lei do Idoso.

14. TRIBUTOS PARCELADOS

A posição dos débitos do Refis e demais parcelamentos, registrados em tributos parcelados no passivo circulante e não circulante, conforme nota 12, estão demonstrados a seguir:

Table with 7 columns: Circulante, Não Circulante, Consolidado, Controladora. Rows include Refis Federal, Demais Parcelamentos (a), Demais Parcelamentos (b).

14.a) Programa de recuperação fiscal (Refis Federal) - Lei 11.941/09 e Lei 13.043/14

Programa de parcelamento da Lei Federal 11.941/09
Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento da Lei 11.941/09, onde indicou para liquidação na modalidade A Vista, débitos que possuem depósito judicial. O grupo aguarda a homologação por parte da RFB e PGFN sobre estes casos que somam R\$ 9.942.

Programa de parcelamento da Lei Federal 12.865/13

a. Reclusão do parcelamento de lucros no exterior (Lei 12.865/13)
A Companhia informou no item (b) da seção de "Outros Processos Administrativos e Judiciais" do item 15 das Notas Explicativas do 3º ITR/2014 (Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis, ambientais e depósitos judiciais) que foi intimada do indeferimento da sua solicitação de parcelamento de débitos de IRPJ e CSLL regulamentado pela Lei 12.862/2013, também conhecido como parcelamento de Lucros no Exterior, no valor de R\$ 1.585.174. O fundamento desta decisão foi, em síntese, a inconsistência quanto aos valores de juros declarados. Contra esta decisão foi interposto recurso hierárquico onde foi informado que os referidos juros foram liquidados no programa de parcelamento da Lei 11.941/2009, reaberto pela Lei 12.996/14.

Posteriormente, em razão da publicação da Portaria Conjunta n. 13/2014, que permitiu a regularização de valores caso houvesse alguma divergência entre o entendimento da RFB e do contribuinte quanto ao valor a ser parcelado, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 18.083 e, com isso, regularizou os valores da entrada e das parcelas já vencidas. A Receita Federal, em seguida, acatou o pagamento e restabeleceu o parcelamento, motivo pelo qual a contingência indicada no 3º ITR/2014 foi baixada dos nossos controles.

b. Revisão do crédito tributário do parcelamento de lucros no exterior (Lei 12.865/13)

Em novembro de 2013 a Companhia optou pelo programa de parcelamento da Lei Federal 12.865. Este programa sofreu revisão nos valores de crédito tributário - no aspecto qualitativo - em dezembro de 2014. Dessa forma, os valores ajustados de crédito de prejuízo fiscal e base negativa foi de R\$ 25.507 no consolidado e R\$ 58.649 na controladora.

Reabertura do prazo - (Lei Federal 11.941/09) - pela Lei Federal 12.996/14

Em agosto de 2014 a Cia. ingressou no programa que possibilitava o parcelamento de débitos com reduções de multas e juros e pagamento com créditos tributários. A adesão foi realizada na modalidade 180 parcelas com utilização de crédito de prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 26.905 no consolidado e controladora. O programa está sujeito à homologação pelas autoridades fiscais.

Quitação antecipada de débitos - Lei Federal 13.043/14

Em novembro de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Quitação Antecipada de Débitos estabelecido pelo Governo Federal. A finalidade do programa foi possibilitar ao contribuinte a liquidação de todos os parcelamentos de débitos federais ativos com pagamento de, pelo menos, 30% do valor total em dinheiro e o saldo remanescente com crédito de Prejuízo Fiscal de Imposto de Renda e Base Negativa de CSLL. A Companhia liquidou um total de R\$ 1.603.970 em débitos parcelados. Teve impacto de caixa pela entrada de 30% de R\$ 481.191 e pela antecipação dos programas de parcelamento da Lei 11.941/09 de R\$ 20.336. O saldo remanescente foi liquidado com crédito fiscal no valor de R\$ 1.083.702, sendo que a controladora utilizou R\$ 962.371 e realizou cessão de crédito para as demais empresas do grupo no valor de R\$ 81.360. O Grupo aguarda a homologação por parte da RFB e PGFN.

O quadro a seguir demonstra as movimentações citadas acima:

Table with 5 columns: Valor Débitos Parcelados, Entradas em Dinheiro (30%), Crédito Fiscal (Prejuízo Fiscal/Base Negativa), Descontos Parcelamento Lei 11.941/09, Antecipação Parcelamento Lei 11.941/09 (*). Rows include Valor Débitos Parcelados, Entradas em Dinheiro (30%), etc.

14.b) Demais parcelamentos (ordinários e outros)

Algumas empresas do Grupo possuem parcelamentos junto à RFB e a autoridades fiscais estaduais.

15. PROVISÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS, TRABALHISTAS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão sendo discutidas nas esferas competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. O detalhamento dos valores provisionados e respectivos depósitos judiciais relacionados a essas ações são apresentados a seguir:

Table with 8 columns: Natureza, Passivo Provisionado, Depósitos Judiciais, Consolidado, Controladora. Rows include Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, Cíveis, Ambientais, Depósitos Caucionados.

A movimentação das provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 pode ser assim demonstrada:

Table with 6 columns: Natureza, Consolidado, Atualização líquida, Utilização líquida de reversão, Consolidado, Controladora. Rows include Fiscal, Previdenciário, Trabalhista, Cível, Ambiental.

Table with 6 columns: Natureza, Consolidado, Atualização líquida, Utilização líquida de reversão, Consolidado, Controladora. Rows include Fiscal, Previdenciário, Trabalhista, Cível, Ambiental.

As provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais foram estimadas pela Administração consultando significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas que se classificam como risco de perda provável. Adicionalmente, são incluídos nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia, acrescidos de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Processos tributários

Os principais processos que são considerados pelos consultores jurídicos externos como probabilidade de perda provável, que figuram como parte a CSN ou suas controladas, de natureza tributária são (i) Auto de Infração para cobrança de ICMS e FIEP decorrente da duplicidade na escrituração/emissão das notas fiscais de importação; (ii) Auto de Infração para cobrança de ICMS por suposto não recolhimento do imposto referente a importação de mercadorias; (iii) Execução Fiscal para cobrança de ICMS declarado e não pago; (iv) Auto de infração para cobrança de ICMS em razão da ausência de recolhimento de diferencial de alíquotas deste imposto relativo a entrada de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e destinadas a consumo e ativo fixo da Empresa e; (v) Cobrança de IRPJ/CSLL decorrente de declaração não homologada por inexistência de direito creditório.

As principais reduções, comparando com a demonstrações financeiras de 2013, se deram em razão da adesão ao REFIS concedido pela reabertura da Lei nº 11.941/2009 de processos já considerados como probabilidade de perda provável, principalmente de processos que cobravam tributos federais decorrente de compensações indevidas bem como pela baixa da provisão de autos de infração referentes à transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação, sendo exigido pelo fisco Estadual do RJ: (i) a diferença do ICMS incidente na operação, (ii) glosa de suposto crédito de ICMS apropriado em duplicidade nos livros fiscais, e (iii) multa pela não escrituração de notas fiscais.

No segundo caso, durante o terceiro trimestre de 2014, em linha com a política contábil da Companhia de revisão contínua dos prognósticos de perdas dos processos em andamento, a Administração, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos e externos, reavaliou as premissas envolvendo essas atuações e, em face da jurisprudência favorável do Superior Tribunal de Justiça, bem como da evolução processual e ainda, pela existência de argumentos novos e consistentes para afastar as atuações, avaliou que são boas as perspectivas de êxito nestes processos e entende que não é mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos futuros para liquidar uma eventual obrigação decorrente de desfecho desfavorável para a Companhia.

Processos trabalhistas

O Grupo figura como réu, em 31 de dezembro de 2014 em 7.503 reclamações trabalhistas, sendo provisionado o montante de R\$ 444.243 (R\$ 251.376 em 31 de dezembro de 2013). Os pleitos das ações, em sua grande maioria, estão relacionados com a responsabilidade subsidiária e/ou solidária, equiparação salarial, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, diferença da multa de 40% sobre o FGTS referente ao período anterior à aposentadoria e em decorrência de planos econômicos do governo federal, plano de saúde, ações indenizatórias decorrentes de suposto acometimento de doenças ocupacionais ou acidentes do trabalho, intervalo intrajornada e diferenças de participação nos lucros e resultados nos anos de 1997 a 1999 e de 2000 a 2003.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 houve movimentação relevante de adições e baixas de processos trabalhistas resultante, substancialmente, do considerável volume de baixas decorrente da obtenção de alvarás para encerramento de processos além da constante revisão das estimativas contábeis da Companhia em relação às provisões para contingência, que consideram as diferentes naturezas das reclamações envolvidas, conforme estabelecido nas políticas contábeis da Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos judiciais cíveis em que figuram como ré, encontram-se, principalmente, ações com pedido de indenização. Tais processos, em geral, são decorrentes de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, discussões contratuais, relacionadas às atividades industriais do Grupo, ações imobiliárias, plano de saúde e ressarcimento de honorários gastos na Justiça do Trabalho. Para processos envolvendo as matérias cíveis, foi provisionado o montante de R\$ 106.143 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 82.143 em 31 de dezembro de 2013).

Processos ambientais

Dentre os processos administrativos/judiciais ambientais em que a Companhia figura como ré, encontram-se, procedimentos administrativos visando à constatação de possíveis ocorrências de irregularidades ambientais e regularização de licenças ambientais; no âmbito judicial, há ações de execução de multas impostas em decorrência de tais irregularidades e ações civis públicas com pedido de regularização cumulada com indenizações, consistente em recomposições ambientais, na maioria dos casos. Tais processos, em geral, são decorrentes de discussões de supostos danos ao meio-ambiente relacionados às atividades industriais da Companhia. Para os processos envolvendo a matéria ambiental foi provisionado o montante de R\$ 3.981 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 4.262 em 31 de dezembro de 2013).

Em julho de 2012 a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (Justiça Estadual), referente ao Bairro Volta Grande IV do Município de Volta Redonda-RJ, no qual é pleiteado, entre outros pedidos, as remoções de duas células de resíduos industriais e de 750 (setecentas e cinquenta) residências. Este processo está classificado com grau de risco provável, mas não há um valor estimado para ditos pleitos, ante a iliquidez dos respectivos pedidos.

Como desdobramento do processo mencionado no parágrafo acima, após agosto de 2012 a Companhia recebeu citações em alguns processos individuais movidos por moradores do Bairro Volta Grande IV, os quais pleiteiam o pagamento de danos materiais e morais, cujos valores são líquidos no momento, estando ditos processos classificados com grau de risco possível. Sobre este mesmo assunto (Bairro Volta Grande IV), em agosto de 2013, a Companhia recebeu a citação no processo judicial movido pelo Ministério Público Federal (Justiça Federal), a qual tem o mesmo objeto da ação movida pelo Ministério Público Estadual, já noticiada acima. Esta nova ação está classificada com grau de risco possível, uma vez que a tendência é de prevalência do processo da Justiça Estadual sobre o processo da Justiça Federal. Quanto ao valor do risco deste novo processo, a observação é a mesma da ação do Ministério Público Estadual.

Outros processos administrativos e judiciais

O Grupo defende-se em outros processos administrativos e judiciais (fiscais, previdenciários, trabalhistas, cíveis e ambientais) classificados como risco de perda possível, no montante aproximado de R\$ 15.429.927, sendo:

- (a) R\$ 7.068.252 referentes ao auto de infração lavrado em face da Companhia por ter supostamente realizado a venda de 40% das ações da sua controlada NAMISA para um consórcio de investidores nipo-coreanos, deixando assim de apurar e submeter à tributação o ganho de capital decorrente dessa operação, sendo que em maio de 2013, em julgamento realizado pela Delegacia Regional de Julgamento de São Paulo - SP foi proferida decisão favorável à Companhia cancelando o auto de infração. Em face desta decisão foi interposto Recurso de Ofício que será julgado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em julgamento realizado o recurso foi parcialmente provido e a Companhia aguarda a publicação do acórdão para análise de eventual interposição de Recurso para a Câmara Superior de Recursos Fiscais.
(b) R\$ 742.727 referentes a execuções fiscais ajuizadas para exigir da Companhia, na qualidade de responsável, o ICMS supostamente incidente na entrada de energia elétrica adquirida de Usina Produtora e totalmente consumida no processo de industrialização de produtos siderúrgicos. Segundo entendimento da fiscalização a aplicação da energia elétrica no processo produtivo não exclui a responsabilidade da Companhia em reter antecipadamente o ICMS incidente na entrada deste insumo no estabelecimento industrial.
(c) R\$ 521.340 referentes à decisão proferida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil que deferiu parcialmente o pedido de parcelamento de débitos regulamentado pela Medida Provisória 470/09, tendo em vista a insuficiência de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL. Quando da consolidação do parcelamento a Secretaria da Receita Federal do Brasil considerou o saldo existente no SAPLI (Sistema de Acompanhamento do Prejuízo Fiscal e do Lucro Inflacionário) como sendo o montante correto, no entanto, este saldo já contemplava os ajustes do prejuízo fiscal por conta do auto de infração de Lucros no Exterior lavrado contra a Companhia.
(d) R\$ 523.171 referentes a compensações de tributos que, por motivos diversos, não foram homologadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Os tributos envolvidos são CSLL, IRPJ e IPI, além das contribuições ao PIS e COFINS. A análise de toda documentação comprova o direito ao crédito e o cabimento do pedido de compensação processado à época.
(e) R\$ 476.316 referentes ao auto de infração lavrado contra a Companhia por supostamente deixar de tributar para fins de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), os lucros apurados nos balanços de suas controladas no exterior no ano de 2010.
(f) R\$ 446.907 referentes à glosa dos créditos de ICMS apropriado pela Companhia no período de 04/99 a 07/02 na transferência de minério entre Casa de Pedra e Usina Presidente Vargas. Segundo a fiscalização a base de cálculo aplicada na transferência, em consonância com a legislação do Estado de Minas Gerais, não é admitida pela legislação do Estado do Rio de Janeiro, motivo pelo qual procedeu a glosa da diferença.
(g) R\$ 257.536 referentes à glosa de créditos de ICMS adquiridos pela compra dos estabelecimentos de sua subsidiária INAL localizados no Estado do Rio de Janeiro. Segundo a fiscalização, a compra de estabelecimento não gera o direito ao crédito do ICMS. Em face destas autuações a Companhia impetrou um Mandado de Segurança à época sendo reconhecido o seu direito de proceder a alteração do cadastro de contribuintes do Estado, fazendo constar que os estabelecimentos adquiridos são CSN. Esta decisão nos favorece e poderá ser aplicada no julgamento dos nossos recursos junto ao Conselho de Contribuintes do Estado do Rio de Janeiro.
(h) R\$ 230.261 trata-se de transferência de matéria prima importada por valor inferior ao documento de importação, sendo exigido pelo fisco: (i) a diferença do ICMS incidente na operação, (ii) glosa de suposto crédito de ICMS apropriado em duplicidade nos livros fiscais, e (iii) multa pela não escrituração de notas fiscais.
(i) R\$ 362.489 refere-se à glosa de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa decorrente de ajustes no SAPLI (Sistema de Acompanhamento de Prejuízos e Lucros Inflacionários) realizados pela Receita Federal em razão de autos de infração lavrados no período de 2008 a 2010.
(j) R\$ 2.870.796 referentes a outros processos fiscais (impostos federais, estaduais e municipais).
(k) Em 14 de junho de 2010, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou improcedente a ação anulatória promovida pela CSN contra o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, que visava a anular a autuação imposta por suposta prática das infrações previstas nos artigos 20 e 21, inciso I, da Lei 8.884/1984. Contra essa decisão foram apresentados os competentes recursos, os quais tiveram provimento negado ensejando a oposição de recursos constitucionais os quais se encontram pendentes de julgamento. A cobrança da multa no valor de R\$ 63.463 está suspensa por decisão do Tribunal, que deferiu efeito suspensivo cautelar a partir da garantia do débito por carta fiança ofertada pela CSN.
(l) R\$ 1.369.004 de processos trabalhistas e previdenciários; R\$ 382.641 de cíveis e R\$ 115.024 de ambientais.
As avaliações efetuadas por assessores jurídicos definem esses processos administrativos e judiciais como risco de perda possível, não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da Administração e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

16. PROVISÕES PARA PASSIVOS AMBIENTAIS E DESATIVAÇÃO

O saldo das provisões para passivos ambientais e desativação de ativos pode ser assim demonstrado:

Table with 5 columns: Passivo Ambiental, Desativação de ativos, Consolidado, Controladora. Rows include Passivo Ambiental, Desativação de ativos.

16.a) Passivos ambientais

Em 31 de dezembro de 2014 é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas, degradadas e em processo de exploração de responsabilidade da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos e projetos de recuperação ambiental. Estas provisões são registradas na conta de outras despesas operacionais. No segundo trimestre de 2014, a Companhia concluiu um novo estudo de alternativas de remediação de algumas áreas em Volta Redonda (RJ), as quais foram utilizadas no passado como aterro pela Companhia. O estudo contemplou a mudança da tecnologia de remediação, substituindo a remoção do material pelo confinamento geotécnico in situ, conforme permitido pela legislação ambiental brasileira, resultando uma reversão no valor de R\$ 120.582. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. A taxa de juros de longo prazo utilizada para desconto a valor presente da provisão para 31 de dezembro de 2014 foi de 11,00%. O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base o índice de inflação (IGPM) do período, em referência.

16.b) Desativação de ativos

As obrigações com desativação de ativos consistem em estimativas de custos por desativação, desmobilização ou restauração de áreas ao encerramento das atividades de exploração e extração de recursos minerais. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

17. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

17.a) Transações com controladores

A Vicunha Siderurgia S.A. é uma Holding que tem por finalidade participar em outras sociedades sendo a principal acionista da Companhia detendo 51,34% de participação no capital votante. A Rio Iaco Participações S.A. detém participação de 4,28% no capital votante da CSN.

Passivo

Table with 4 columns: Empresas, Propostos, Dividendos, Pagos Juros sobre Capital Próprio. Rows include Vicunha Siderurgia, Rio Iaco, Total em 31/12/2014, Total em 31/12/2013.

A estrutura societária da Vicunha Siderurgia é a seguinte (informações não auditadas):

- Vicunha Aços S.A. - detém participação de 99,99% na Vicunha Siderurgia S.A.
Vicunha Steel S.A. - detém participação de 66,96% na Vicunha Aços S.A.
National Steel S.A. - detém participação de 33,04% na Vicunha Aços S.A.
CFL Participações S.A. - detém participação de 40% na National Steel S.A. e 39,99% na Vicunha Steel S.A.
Rio Purus Participações S.A. - detém participação de 60% na National Steel S.A. 59,99% na Vicunha Steel S.A. e 99,99% na Rio Iaco Participações S.A.



SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17.b) Transações com controladas, controladas em conjunto, coligadas, fundos exclusivos e outras partes relacionadas

Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Total, Passivo, Circulante, Não Circulante, Consolidado Total. Rows include Contas a receber, Empréstimos, Dividendos a receber, etc.

Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Total, Passivo, Circulante, Não Circulante, Total, Vendas, Compras, Receitas e Despesas Financeiras Líquidas, Resultado Total. Rows include Controladas, Controladas em Conjunto, Outras Partes Relacionadas, Coligadas.

(1) Refere-se a empréstimos da controlada FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. com a controlada em conjunto Transnordestina Logística S.A.
(2) Nacional Minérios S.A.: Ativo; Refere-se principalmente a operações de Pré-Pagamento com as controladas indiretas CSN Europe, CSN Export e CSN Metals. Contratos em US\$: juros de 5,37% a 6,80% a.a. com vencimento final em junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$ 364.118 (R\$ 360.990 em 31 de dezembro de 2013) classificados no curto prazo. Passivo; O adiantamento de clientes da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. refere-se a obrigações contratuais de fornecimento de minério de ferro e serviços portuários. Os contratos têm taxa de juros de 12,5% a.a. e vencimento previsto para setembro de 2042. Conforme divulgado na nota explicativa 7.d), a Companhia assinou acordo de investimentos para a nova aliança estratégica formada com o Consórcio Asiático. Durante os procedimentos necessários para o fechamento da transação, os juros previstos nos contratos de adiantamento foram cancelados, porém uma condição resolutive foi criada reestabelecendo a cobrança dos juros retrospectivamente caso o fechamento da transação não ocorra. O fechamento da transação está sujeito ao consenso entre as partes sobre um plano de negócios, as aprovações regulatórias de autoridades antitruste e de autoridades governamentais responsáveis pela regulação de direitos minerários, além de outras condições precedentes comuns nesse tipo de transação. A data de fechamento está prevista para ocorrer no final de 2015.
(3) Transnordestina Logística S.A.: Contratos em R\$. Juros de 108,00% CDI com vencimento final para dezembro 2016. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$ 141.358 (R\$ 270.693 em 31 de dezembro de 2013) sendo R\$ 100.397 classificados no curto prazo e R\$ 40.961 classificados no longo prazo.

Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Total, Passivo, Circulante, Não Circulante, Consolidadora Total. Rows include Contas a receber, Empréstimos, Dividendos a receber, etc.

(1) O contas a receber são decorrentes de operações de vendas de produtos e serviços entre a controladora, controladas e controladas em conjunto.
(2) As aplicações financeiras totalizam R\$ 396.914 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 100.560 em 31 de dezembro de 2013) e os investimentos em ações da Usiminas classificados como investimentos disponíveis para venda, totalizam R\$ 87.475 (R\$ 134.543 em 31 de dezembro de 2013).
(3) Nacional Minérios S.A.: Adiantamento de clientes da controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. conforme mencionado acima.
(4) Circulante; Refere-se principalmente a operações de cessão de créditos de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social com as empresas Sepetiba Tecon, CSN Energia, Companhia Metalúrgica Prada, FTL - Ferrovia Transnordestina Logística, Companhia Brasileira de Latas, Rimet e Companhia de Embalagens Metálicas MMSA. Não Circulante; Refere-se principalmente a operação de adiantamento para futuro aumento de capital com as empresas Transnordestina Logística, FTL - Ferrovia Transnordestina, CSN Energia e Companhia Florestal do Brasil.

Table with columns: Ativo, Circulante, Não Circulante, Total, Passivo, Circulante, Não Circulante, Total, Vendas, Compras, Receitas e Despesas Financeiras Líquidas, Variações Cambiais Líquidas, Resultado Total. Rows include Controladas, Controladas em Conjunto, Outras Partes Relacionadas, Coligadas, Fundos Exclusivos.

(1) Companhia Metalúrgica Prada: Contas a receber de R\$ 170.388 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 201.726 em 31 de dezembro de 2013), referente a compra de aço.
(2) CSN Cimentos S.A.: Contas a pagar no valor de R\$ 418.938 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 365.983 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 30.198 classificados no curto prazo e R\$ 388.741 classificados no longo prazo referente a operações de clínquer.
(3) Congonhas Minérios S.A.: Refere-se principalmente a empréstimos com vencimento final para março 2018 e juros de 101,50% CDI, totalizando R\$ 1.908.160 (R\$ 1.930.194 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 148.686 classificados no curto prazo e R\$ 1.759.474 classificados no longo prazo.
(4) CSN Resources S.A.: Contratos em dólar de Pré-Pagamento, Fixed Rate Notes e Intercompany Bonds, juros de 9,13% com vencimento final para junho de 2047. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$ 7.490.873 (R\$ 5.605.934 em 31 de dezembro de 2013), sendo classificados no curto prazo R\$ 1.320.131 e R\$ 6.170.742 no longo prazo.
(5) CSN Handel GmbH: Contas a receber de R\$ 122.061 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 303.073 em 31 de dezembro de 2013), referente a operações de vendas de minério de ferro.
(6) CSN Islands XII Corp: Contratos em dólar: Juros de 7,64% com vencimento final para fevereiro de 2025. Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos totalizam R\$ 1.363.481 (R\$ 353.569 em 31 de dezembro de 2013) sendo R\$ 23.428 classificados no curto prazo e R\$ 1.340.053 no longo prazo.

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA



MINERAÇÃO



CIMENTO



LOGÍSTICA



ENERGIA

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17.c) Outras partes relacionadas não consolidadas

• CBS Previdência

A Companhia é a sua principal patrocinadora sendo esta uma sociedade civil sem fins lucrativos constituída em julho de 1960 e cujo principal objetivo é o pagamento de benefícios complementares aos da previdência oficial para os participantes. Como patrocinadora mantém transações de pagamento de contribuições e reconhecimento de passivo atuarial apurado em planos de benefícios definidos, conforme nota 26.

• Fundação CSN

A Companhia desenvolve políticas socialmente responsáveis concentradas hoje na Fundação CSN da qual é instituidora. As transações entre as partes são relativas a apoio operacional e financeiro para a Fundação conduzir os projetos sociais desenvolvidos principalmente nas localidades onde atua.

• Banco Fibra

O Banco Fibra está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia e as transações financeiras com esse banco estão limitadas a movimentações em contas correntes e aplicações financeiras em renda fixa.

• Ibis Participações e Serviços Ltda.

A empresa Ibis Participações e Serviços está sob controle de membro da administração da Companhia.

• Companhia de Gás do Ceará

Distribuidora de gás natural está sob a mesma estrutura de controle da Vicunha Siderurgia.

17.d) Pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Abaixo, informações sobre remuneração e saldos existentes em 31 de dezembro de 2014.

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|---------------|
| Benefícios de curto prazo para empregados e administradores | 34.861 | 29.540 |
| Benefícios pós-emprego | 116 | 118 |
| Outros benefícios de longo prazo | n/a | n/a |
| Benefícios de rescisão de contrato de trabalho | n/a | n/a |
| Remuneração baseada em ações | n/a | n/a |
| | 34.977 | 29.658 |

n/a - Não aplicável

18.e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração autorizou diversos programas de recompra de ações de emissão da própria Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento com o objetivo de maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital, conforme quadro demonstrativo a seguir:

| Programa | Autorização do Conselho | Quantidade autorizada | Prazo do programa |
|----------|-------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 1º | 13/03/2014 | 70.205.661 | De 14/03/2014 a 14/04/2014 |
| 2º | 15/04/2014 | 67.855.661 | De 16/04/2014 a 23/05/2014 |
| 3º | 23/05/2014 | 58.326.161 | De 26/05/2014 a 25/06/2014 |
| 4º | 26/06/2014 | 26.781.661 | De 26/06/2014 a 17/07/2014 |
| 5º | 18/07/2014 | 64.205.661 | De 18/07/2014 a 18/08/2014 |
| 6º | 19/08/2014 | 63.161.055 | De 19/08/2014 a 25/09/2014 |
| 7º | 29/09/2014 | 56.369.755 | De 29/09/2014 a 29/12/2014 |
| 8º (*) | 30/12/2014 | 34.611.155 | De 31/12/2014 a 31/03/2015 |

(*) Após o encerramento do exercício, a Companhia recomprou 1.841.100 de ações neste programa.

(1) Em 18 de julho de 2014 e 19 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de, respectivamente, 60.000.000 e 10.446.061 de ações mantidas em tesouraria sem alteração do valor do capital social da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 a posição das ações em tesouraria era a seguinte:

| Programa | Valor total pago pelas ações | Custo das ações | | | Valor de mercado das ações em 31/12/2014 (*) |
|------------|------------------------------|-----------------|-----------|----------|--|
| | | Mínimo | Máximo | Médio | |
| 28.549.900 | R\$ 229.586 | R\$ 4,48 | R\$ 11,54 | R\$ 8,04 | R\$ 159.308 |

(*) Utilizada a cotação das ações na BM&FBovespa em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 5,58 por ação.

18.f) Política de investimentos e pagamento de juros sobre o capital próprio e distribuição de dividendos

Em 11 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração decidiu adotar uma política de distribuição de lucros que, observadas as disposições constantes da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 9.457/97, implicará na distribuição de todo o lucro líquido aos seus acionistas, desde que preservadas as seguintes prioridades, independentemente de sua ordem: (i) a estratégia empresarial; (ii) o cumprimento das obrigações; (iii) a realização dos investimentos necessários; e (iv) a manutenção de uma boa situação financeira da Companhia.

18.g) Lucro líquido (prejuízo) por ação (LPA)

O lucro/prejuízo por ação básico foi calculado com base no lucro atribuível aos acionistas controladores da CSN dividido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas e mantidas como ações em tesouraria e foi calculado como segue:

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-------------|------------|--------------|------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício | | | | |
| Atribuído a Sócios da Empresa Controladora | (105.218) | 509.025 | (105.218) | 509.025 |
| Média ponderada da quantidade de ações | 1.413.697 | 1.457.970 | 1.413.697 | 1.457.970 |
| LPA Básico e Diluído | (0,07443) | 0,34913 | (0,07443) | 0,34913 |

19. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 28 de fevereiro de 2014 e 30 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração, aprovou a proposta de pagamento, a título de antecipação do dividendo mínimo obrigatório, à conta de reserva de lucros (reserva estatutária de capital de giro), do montante de R\$ 425.000 e R\$ 275.000 em dividendos, correspondendo R\$ 0,291501175 e R\$ 0,202358522 por ação, respectivamente. Os dividendos deliberados em fevereiro foram pagos a partir de 11 de março de 2014 e os deliberados em dezembro serão pagos a partir de 15 de janeiro de 2015, sem atualização monetária, para os acionistas domiciliados no Brasil. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para 2014:

| Ano de Exercício | Ano de liberação | 31/12/2014 | | | 31/12/2013 | | | |
|-------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|-------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | Dividendos | JCP | Total | Dividendos | JCP | Total | |
| 2013 | 2013 | 610.000 | 190.000 | 800.000 | 2013 | 610.503 | 190.000 | 800.503 |
| 2014 | 2014 | 700.000 | 700.000 | 1.400.000 | 2014 | 424.939 | 424.939 | 849.878 |
| | | | | | 2015 | 274.917 | 274.917 | 549.834 |
| Total Deliberado | | 1.310.000 | 1.400.000 | 2.710.000 | Total Deliberado | 1.310.359 | 1.900.000 | 3.210.359 |

20. RECEITA LÍQUIDA VENDAS

A receita líquida de vendas possui a seguinte composição:

| | Consolidado | | Controladora | |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Receita Bruta | | | | |
| Mercado interno | 13.061.229 | 14.635.703 | 11.863.547 | 13.509.822 |
| Mercado externo | 6.247.489 | 6.143.242 | 4.110.635 | 3.531.793 |
| | 19.308.718 | 20.778.945 | 15.974.182 | 17.041.615 |
| Deduções | | | | |
| Vendas canceladas e abatimentos | (167.483) | (206.109) | (149.359) | (203.712) |
| Impostos incidentes sobre vendas | (3.015.003) | (3.260.404) | (2.659.309) | (2.908.470) |
| | (3.182.486) | (3.466.513) | (2.808.668) | (3.112.182) |
| Receita Líquida | 16.126.232 | 17.312.432 | 13.165.514 | 13.929.433 |

21. DESPESAS POR NATUREZA

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|---------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Matérias Primas e Insumos | (5.125.417) | (5.998.881) | (3.557.893) | (4.120.230) |
| Mão de obra | (1.716.995) | (1.590.892) | (1.419.068) | (1.264.122) |
| Suprimentos | (1.097.940) | (1.145.772) | (1.050.580) | (1.096.502) |
| Manutenção (serviços e materiais) | (1.072.664) | (1.297.377) | (1.040.357) | (1.255.463) |
| Serviços de Terceiros | (2.544.553) | (2.117.701) | (1.662.594) | (1.506.764) |
| Depreciação, Amortização e Exaustão (Nota 8 b) | (1.245.131) | (1.093.830) | (1.022.898) | (895.560) |
| Outros | (270.040) | (538.218) | (221.548) | (608.601) |
| | (13.072.740) | (13.782.671) | (9.974.938) | (10.747.242) |
| Classificados como: | | | | |
| Custo dos produtos vendidos (Nota 24) | (11.592.382) | (12.422.706) | (9.159.454) | (9.906.380) |
| Despesas com vendas (Nota 24) | (1.041.975) | (874.875) | (455.525) | (503.514) |
| Despesas gerais e administrativas (Nota 24) | (438.383) | (485.090) | (359.959) | (337.348) |
| | (13.072.740) | (13.782.671) | (9.974.938) | (10.747.242) |

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.a) Capital social integralizado

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 4.540.000 dividido em 1.387.524.047 ações ordinárias e escriturais (1.457.970.108 em 31 de dezembro de 2013), sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

18.b) Capital social autorizado

O estatuto social da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2014 define que o capital social pode ser elevado a até 2.400.000.000 de ações, por decisão do Conselho de Administração.

18.c) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 até o limite de 20% do capital social.

18.d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2014, a composição acionária era a seguinte:

| | 31/12/2014 | | | 31/12/2013 | | |
|---|--------------------------------|------------------|-------------------|--------------------------------|------------------|-------------------|
| | Quantidade de ações Ordinárias | % Total de ações | % Capital votante | Quantidade de ações Ordinárias | % Total de ações | % Capital votante |
| Vicunha Siderurgia S.A. | 697.719.990 | 50,29% | 51,34% | 697.719.990 | 47,86% | 47,86% |
| Rio Iaco Participações S.A. (*) | 58.193.503 | 4,19% | 4,28% | 58.193.503 | 3,99% | 3,99% |
| Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS | 12.788.231 | 0,92% | 0,94% | 12.788.231 | 0,88% | 0,88% |
| BNDES Participações S.A. - BNDESPAR | 8.794.890 | 0,63% | 0,65% | 8.794.890 | 0,60% | 0,60% |
| NYSE (ADRS) | 342.466.899 | 24,68% | 25,20% | 356.019.691 | 24,42% | 24,42% |
| BM&FBovespa | 239.010.634 | 17,23% | 17,59% | 324.453.803 | 22,25% | 22,25% |
| Ações em tesouraria | 1.358.974.147 | 97,94% | 100,00% | 1.457.970.108 | 100,00% | 100,00% |
| Total de ações | 1.387.524.047 | 100,00% | | 1.457.970.108 | 100,00% | |

(*) A Rio Iaco Participações S.A. é uma empresa do grupo controlador.

| Programa | Custo médio de aquisição | Custo mínimo e custo máximo de aquisição | Quantidade adquirida | Cancelamento das ações | Saldo em tesouraria |
|----------|--------------------------|--|----------------------|------------------------|---------------------|
| | | | | | |
| | R\$ 8,97 | R\$ 8,70 e R\$ 9,48 | 9.529.500 | | 11.879.500 |
| | R\$ 9,21 | R\$ 8,61 e R\$ 9,72 | 31.544.500 | | 43.424.000 |
| | R\$ 10,42 | R\$ 9,33 e R\$ 11,54 | 26.781.661 | | 70.205.661 |
| | Não aplicável | Não aplicável | | 60.000.000 (1) | 10.205.661 |
| | R\$ 11,40 | R\$ 11,40 | 240.400 | | 10.446.061 |
| | Não aplicável | Não aplicável | | 10.446.061 (1) | |
| | R\$ 9,82 | R\$ 9,47 e R\$ 10,07 | 6.791.300 | | 6.791.300 |
| | R\$ 7,49 | R\$ 4,48 e R\$ 9,16 | 21.758.600 | | 28.549.900 |

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Outras receitas operacionais | | | | |
| Reversão Passivo Atuarial/Provisão Ativo Atuarial | 166 | 985 | 317 | 1.081 |
| Indenizações/Ganho processos judiciais | 39.693 | 51.737 | 37.840 | 48.564 |
| Aluguéis e arrendamentos | 1.080 | 817 | 1.080 | 817 |
| Reversão de provisões | 20.790 | 7.972 | 3.136 | 196.779 |
| Ganho na perda de controle na Transnordestina | | 473.899 | | 473.899 |
| Outras receitas | 28.759 | 30.653 | 9.992 | 9.703 |
| | 90.488 | 566.063 | 52.365 | 730.843 |
| Outras despesas operacionais | | | | |
| Impostos e taxas | (58.344) | (103.446) | (53.877) | (81.422) |
| Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e ambientais líquidas das reversões | (110.059) | (254.062) | (85.398) | (248.746) |
| Multas contratuais e inadimplíveis | (7.464) | (6.479) | (6.756) | (563) |
| Depreciação de equipamentos paralisados e amortização de ativos intangíveis (Nota 8 b) | (36.354) | (61.763) | (714) | (28.287) |
| Valor residual de bens permanentes baixados (Nota 8) | (15.232) | (31.660) | (13.474) | (12.548) |
| (Perdas)/Reversão estimadas em estoques (Nota 5) | (10.396) | 5.975 | (4.630) | 6.918 |
| Perdas com sobressalentes | (26.432) | | (26.432) | |
| Despesas com estudos e engenharia de projetos | (48.807) | (89.878) | (48.246) | (88.839) |
| Despesas com pesquisa e desenvolvimento | (3.406) | (5.810) | (3.406) | (5.810) |
| Ajuste de perda pelo valor recuperável | | (48.469) | | |
| Despesa plano de saúde | (54.319) | (55.720) | (54.319) | (55.740) |
| Impairment ativos disponíveis para venda | (205.000) | (5.002) | (199.372) | (3.369) |
| Eleito REFIS Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.996/14 e Lei nº 13.043/14, líquidos | (37.308) | (129.743) | (19.853) | (128.593) |
| Impairment malha velha Transnordestina | | (216.446) | | |
| Outras despesas | (44.006) | (131.705) | (23.895) | (113.312) |
| | (657.127) | (1.134.208) | (540.372) | (760.311) |
| Outras receitas e (despesas) operacionais líquidos | (566.639) | (568.145) | (488.007) | (29.468) |

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|----------------|----------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Partes relacionadas (Nota 17 b) | 50.631 | 25.576 | 266.255 | 48.972 |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 82.103 | 125.685 | 4.008 | 16.032 |
| Outros rendimentos | 38.818 | 20.723 | 30.289 | 9.286 |
| | 171.552 | 171.984 | 300.552 | 74.290 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira | (718.281) | (743.276) | (117.011) | (74.648) |
| Empréstimos e financiamentos - moeda nacional | (1.806.5 | | | |



Companhia Siderúrgica Nacional

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• Mineração

Abrange as atividades de mineração de minério de ferro e estanho. As operações de minério de ferro de alta qualidade estão localizadas no Quadrilátero Ferrífero em MG, a mina de Casa de Pedra, em Congonhas - MG que produz minério de ferro de alta qualidade, assim como a controlada em conjunto Nacional Minérios S.A. (Namisa), que possui minas próprias também de excelente qualidade e que ainda comercializa minério de ferro de terceiros. Além disso, a CSN controla a Estanho de Rondônia S.A., empresa com unidades de mineração e fundição de estanho. A CSN detém a concessão para operar o TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro. As importações de carvão e coque são feitas por meio desse terminal.

• Logística

i. Ferroviária

A CSN tem participação em três companhias ferroviárias: MRS Logística S.A., que gerencia a antiga Malha Sudeste da Rede Ferroviária Federal S.A., Transnordestina Logística S.A. e FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A., que operam a antiga Malha Nordeste da RFFSA, nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

a) MRS

Os serviços de transporte ferroviário prestados pela MRS são fundamentais no abastecimento de matérias-primas e no escoamento de produtos finais. A totalidade de minério de ferro, carvão e coque consumidos pela Usina Presidente Vargas é transportada pela MRS, bem como parte do aço produzido pela CSN para o mercado doméstico e para a exportação. O sistema ferroviário do sudeste do Brasil, abrangendo 1.674 km de malha ferroviária, atende o triângulo industrial de São Paulo - Rio de Janeiro - Minas Gerais no sudeste, ligando suas minas localizadas em Minas Gerais aos portos localizados em São Paulo e Rio de Janeiro, e às usinas de aço da CSN, Companhia Siderúrgica Paulista, ou Cosipa, e Gerdau Açominas. Além de atender outros clientes, a linha transporta minério de ferro de suas minas da Casa de Pedra em Minas Gerais e coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda e os produtos destinados a exportação para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro. Seus volumes de transporte representam aproximadamente 28% do volume total do sistema ferroviário do sudeste do Brasil.

b) TLSA e FTL

A TLSA e a FTL detêm a concessão da antiga Malha Nordeste da RFFSA. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária dividido em dois trechos: i) a Malha I, que integra os trechos de São Luiz - Mucuripe, Arrojado - Recife, Itabaiana - Cabedelo, Paula Cavalcante - Macau - e Propriá - Jorge Lins (Malha I), com prazo de concessão até 2027, detida pela FTL; e ii) a Malha II, que integra os trechos de Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém, com prazo de concessão até 2057 ou até o retorno do investimento corrigido em 6,75% dos trechos, detida pela TLSA.

Além disso, liga-se aos principais portos da região, com isso oferecendo uma importante vantagem competitiva por meio de oportunidades para soluções de transporte combinado e projetos de logística feitos sob medida.

ii. Portuária

O segmento de Logística portuária consolida a Operação do terminal construído no período pós-privatização dos portos, o Sepetiba Tecon. O terminal de Sepetiba conta com infraestrutura completa para atender todas as necessidades dos exportadores, importadores e armadores. Sua capacidade instalada ultrapassa a da maioria dos terminais brasileiros. Conta com excelente profundidade de 14,5 metros nos berços e grande área de armazenagem, bem como os mais modernos e adequados equipamentos, sistemas e conexões intermodais.

O constante investimento da Companhia em projetos nos terminais consolida o Complexo Portuário de Itaguaí como um dos mais modernos do país, atualmente com capacidade de movimentação anual de 480 mil contêineres anuais e 30 milhões de toneladas de granéis.

• Energia

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil. Como energia é fundamental em seu processo produtivo, a Companhia investe em ativos de geração de energia elétrica para garantir sua autossuficiência. Esses ativos são: Usina Hidrelétrica de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, com capacidade de 1.450 MW, da qual a CSN participa com 29,5%; Usina Hidrelétrica de Igarapava, localizada em Minas Gerais, com capacidade de 210 MW, em que a CSN detém 17,9% do capital; e Central de co-geração termoeletrica, com 238 MW, em operação na Usina Presidente Vargas desde 1999. A Central Termoeletrica utiliza como combustível os gases residuais da própria produção siderúrgica. Por meio desses três ativos de geração de energia, a CSN obtém 430 MW.

• Cimento

O segmento de Cimentos consolida a operação de produção, comercialização e distribuição de cimento utilizando escória que é produzida pelos altos-fornos da própria Usina em Volta Redonda. Durante 2011, o clínquer utilizado na fabricação do cimento foi adquirido de terceiros, porém, ao final de 2011, com a conclusão da primeira etapa da fábrica de Clínquer em Arcos (MG), esta já supria as necessidades da moagem da CSN Cimentos localizada em Volta Redonda.

As informações apresentadas à Administração com relação ao desempenho de cada segmento são geralmente derivadas diretamente de registros contábeis combinados com algumas alocações intercompanhias.

• Vendas por área geográfica

As vendas por área geográfica são determinadas baseadas na localização dos clientes. Em uma base consolidada, as vendas nacionais são representadas pelas receitas de clientes localizados no Brasil e as vendas de exportação representam receitas de clientes localizados no exterior.

• Resultado por segmento

A partir do exercício de 2013 a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as empresas controladas em conjunto Namisa, MRS e CBSI. Para fins de elaboração e apresentação das informações por segmento de negócios, a Administração decidiu manter a consolidação proporcional das empresas controladas em conjunto, conforme historicamente apresentado. Para fins de conciliação do resultado consolidado, os valores dessas empresas são eliminados na coluna "Despesas corporativas/eliminação".

Table with columns: Resultado, Siderurgia, Mineração, Portuária, Logística (Ferroviária), Energia, Cimento, Despesas Corporativas/ Eliminação, Consolidado. Rows include Toneladas (mil) - (não revisado) (*), Receitas líquidas, Mercado interno, Mercado externo, Total receita líquida (nota 20), Custo produtos e serviços vendidos (Nota 21), Lucro Bruto, Despesas vendas e administrativas (Nota 21), Depreciação (Nota 8 b), Ebitda proporcional de controladas em conjunto, EBITDA ajustado, Vendas por área geográfica (Ásia, América do Norte, América Latina, Europa, Outras), Mercado externo, Mercado interno, Total.

Table with columns: Resultado, Siderurgia, Mineração, Portuária, Logística (Ferroviária), Energia, Cimento, Despesas Corporativas/ Eliminação, Consolidado. Rows include Toneladas (mil) - (não revisado) (*), Receitas líquidas, Mercado interno, Mercado externo, Total receita líquida (nota 20), Custo produtos e serviços vendidos (Nota 21), Lucro Bruto, Despesas vendas e administrativas (Nota 21), Depreciação (Nota 8 b), Ebitda proporcional de controladas em conjunto, EBITDA ajustado, Vendas por área geográfica (Ásia, América do Norte, América Latina, Europa, Outras), Mercado externo, Mercado interno, Total.

(*) Os volumes de vendas de minério apresentados nesta nota consideram as vendas da empresa e a participação em suas controladas e controladas em conjunto (Namisa 60%).

O EBITDA Ajustado é a medida pela qual o principal gestor das operações da entidade avalia a performance dos segmentos e a capacidade de geração recorrente de caixa operacional, consistindo no lucro líquido eliminando-se o resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de participação em investimentos e o resultado de outras receitas (despesas) operacionais acrescido do Ebitda proporcional das controladas em conjunto. Apesar de ser um indicador utilizado na mensuração dos segmentos, esta não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não possuindo uma definição padrão e podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Como requerido pelo IFRS 8, segue abaixo a conciliação da medida utilizada pelo gestor das operações com o resultado apurado de acordo com as práticas contábeis:

Table with columns: 31/12/2014, Consolidado 31/12/2013. Rows include (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício, Depreciação (Nota 8 b), IR e CSLL (Nota 13), Resultado financeiro (Nota 23), EBITDA, Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 22), Resultado equivalência patrimonial, Ebitda proporcional de controladas em conjunto, EBITDA ajustado (*).

(*) A Companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo a participação em investimentos, e outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os planos de pensão concedidos pela Companhia cobrem substancialmente todos os funcionários. Os planos são administrados pela Caixa Beneficente dos Empregados da CSN ("CBS"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, estabelecido em julho de 1960, que possui como seus membros funcionários (e ex-funcionários) da controladora e de algumas subsidiárias que se uniram ao fundo por meio de convênio de adesão, além dos próprios funcionários da CBS. A Diretoria Executiva da CBS é formada por um presidente e dois diretores, todos indicados pela CSN, principal patrocinador da CBS. O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da CBS, presidido pelo presidente do fundo de pensão e dez membros, seis deles escolhidos pela CSN, principal patrocinadora da CBS, e quatro deles eleitos pelos participantes. Até dezembro de 1995, a CBS Previdenciária administrava dois planos de benefício definido baseados em anos de serviço, salário e benefícios de seguridade social. Em 27 de dezembro de 1995, a então Secretaria de Previdência Complementar ("SPC") aprovou a implementação de um novo plano de benefício, vigente a partir da referida data, denominado Plano Misto de Benefício Suplementar ("Plano Misto"), estruturado sob a forma de plano de contribuição variável. Funcionários contratados após essa data podem aderir apenas ao novo plano ("Plano Misto"). Adicionalmente, todos os funcionários ativos que foram participantes dos antigos planos de benefícios definido tiveram a oportunidade de mudar para o novo Plano Misto. Em 31 de dezembro de 2014 a CBS tinha 34.562 participantes (33.939 em 31 de dezembro de 2013), dos quais 20.252 eram contribuintes ativos (19.325 em 31 de dezembro de 2013), 9.271 eram funcionários aposentados (9.460 em 31 de dezembro de 2013) e 5.039 eram beneficiários vinculados (5.154 em 31 de dezembro de 2013). Do total de participantes em 31 de dezembro de 2014, 12.559 pertencem ao plano de benefício definido, 16.604 ao plano misto, 1.767 ao plano CBSPrev Namisa e 3.632 ao plano CBSPrev.

Os recursos garantidores da CBS estão investidos, principalmente, em operações compromissadas (como lastro em títulos públicos federais), títulos públicos federais indexados à inflação, ações, empréstimos e imóveis. Em 31 de dezembro de 2014 a CBS detinha 12.788.231 ações ordinárias da CSN (12.788.231 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013). Os recursos garantidores totais da entidade totalizaram R\$ 4,2 bilhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 4,1 bilhões em 31 de dezembro de 2013). Os administradores de fundos da CBS procuram combinar os ativos do plano com as obrigações de benefício a pagar no longo prazo. Os fundos de pensão no Brasil estão sujeitos a certas restrições relacionadas à sua capacidade de investimento em ativos estrangeiros e, consequentemente, os fundos investem principalmente em títulos no Brasil. São considerados Recursos Garantidores, os ativos disponíveis e de investimentos dos Planos de Benefícios, não computados os valores de dívidas contratadas com patrocinadores.

Para os planos de benefício definido "35% da média salarial" e "Plano de Suplementação da média salarial", a Companhia mantém garantia financeira com a CBS Previdenciária, entidade que administra os mencionados planos, com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro e atuarial, caso venha a ocorrer qualquer situação futura de perda atuarial ou ganho atuarial. Atendendo ao previsto em legislação vigente, específica para o mercado de fundos de pensão, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014, não houve necessidade de pagamento das parcelas por parte da CSN, visto que os planos de benefício definido apresentaram ganhos atuariais no período.

25.a) Descrição dos planos de pensão

Plano de 35% da média salarial

Este plano teve início em 01 de fevereiro de 1966 e é um plano de benefício definido, cujo objetivo é pagar aposentadorias (tempo de serviço, especial, invalidez ou velhice) de forma vitalícia, equivalente a 35% da média corrigida dos 12 últimos salários do participante. O plano também garante o pagamento de auxílio doença ao participante licenciado pela Previdência Oficial e garante, ainda, o pagamento de pecúlio, auxílio morte e auxílio pecuniário. Este plano foi desativado em 31 de outubro de 1977, quando entrou em vigor o plano de suplementação da média salarial.

Plano de suplementação da média salarial

Este plano teve início em 01 de novembro de 1977 e é um plano de benefício definido. Tem por objetivo complementar a diferença entre a média corrigida dos 12 últimos salários do participante e o benefício da Previdência Oficial para as aposentadorias, também de forma vitalícia. Assim como no plano de 35%, há a cobertura dos benefícios de auxílio doença, pecúlio por morte e pensão. Este plano foi desativado em 26 de dezembro de 1995, com a criação do plano misto de benefício suplementar.

Plano misto de benefício suplementar

Iniciado em 27 de dezembro de 1995, é um plano de contribuição variável. Além do benefício programado de aposentadoria é previsto o pagamento de benefícios de risco (pensão em atividade, invalidez e auxílio doença/auxílio acidente). Neste plano, o benefício de aposentadoria é calculado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores, bem como na opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo, que pode ser vitalícia (com ou sem continuidade de pensão por morte) ou por um percentual aplicado sobre o saldo do fundo gerador de benefício (perda por prazo indeterminado). Depois de concedida a aposentadoria, o plano passa a ter a característica de um plano benefício definido. Este plano foi desativado em 16 de outubro de 2013, quando entrou em vigor o plano CBSPrev.

Plano CBS Prev

Em 16 de setembro de 2013, teve início o novo plano de previdência CBS Prev, que é um plano de contribuição definida. Neste plano, o benefício da aposentadoria é determinado com base no que foi acumulado pelas contribuições mensais dos participantes e dos patrocinadores. A opção de cada participante pela forma de recebimento do mesmo pode ser: (a) receber uma parte à vista (até 25%) e o saldo remanescente, através de renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício, não sendo aplicável aos benefícios de pensão por morte, (b) receber somente por renda mensal por um percentual aplicado sobre o fundo gerador de benefício. Com a criação do plano CBSPrev, o Plano misto de benefício suplementar foi desativado para entrada de novos participantes a partir de 16 de setembro de 2013.

25.b) Política de investimento

A política de investimento estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos de recursos confiados à entidade, com o objetivo de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre os ativos e passivos do plano, baseada no estudo de ALM (Asset Liability Management), que leva em consideração os benefícios dos participantes e assistidos de cada plano. O plano de investimento é revisado anualmente e aprovado pelo Conselho Deliberativo, considerando um horizonte de 5 anos, conforme estabelece a resolução CGPC nº 7, de 4 de dezembro de 2003. Os limites e critérios de investimento estabelecidos na política baseiam-se na Resolução nº 3.792/09, publicada pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN").

25.c) Benefícios a empregados

Os cálculos atuariais são atualizados, ao final de cada exercício, por atuários externos e apresentados nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e IAS 19 - Employee Benefits.

Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013, 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include Benefícios de planos de pensão (nota 6), Benefícios de saúde pós-emprego.

A conciliação dos ativos e passivos dos benefícios a empregados é apresentada a seguir:

Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include Valor presente da obrigação de benefício definido, Valor justo dos ativos do plano, Deficit (Superávit), Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação, Passivo/(Ativo) Líquido, Passivos, Ativos, Passivo/(Ativo) líquido reconhecido no balanço patrimonial.

A movimentação no valor presente da obrigação de benefício definido durante o exercício de 2014 é demonstrada a seguir:

Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include Valor presente das obrigações no início do exercício, Custo do serviço, Custo dos juros, Benefícios pagos, Perda/(ganho) atuarial, Valor presente das obrigações no final do exercício.

A movimentação no valor justo dos ativos do plano durante o exercício de 2014 é demonstrada a seguir:

Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include Valor justo dos ativos do plano no início do exercício, Retorno esperado dos ativos do plano, Benefícios pagos, Ganhos/(perdas) atuariais, Valor justo dos ativos do plano no final do exercício.

A composição dos valores reconhecidos na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada a seguir:

Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include Custos de serviços correntes, Custos de juros, Retorno esperado sobre os ativos do plano, Juros sobre o efeito do limite de ativo, Total dos custos/(receita) não reconhecida (*), Total dos custos/(receita) reconhecido na demonstração do resultado, Total dos custos (receitas), líquidos (*).

(*) Efeito do limite do parágrafo 58 (b) do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados IAS 19 - Employee Benefits.

O (custo)/receita é reconhecido na demonstração do resultado em outras despesas operacionais.

A movimentação dos ganhos e perdas atuariais em 2014 está demonstrada a seguir:

Table with columns: 31/12/2014, 31/12/2013. Rows include (Ganhos) e perdas atuariais, Restrição devido à limitação de recuperação, (Ganhos) e perdas atuariais reconhecido em outros resultados abrangentes, (Ganhos) e perdas atuariais não reconhecidos, Custo total de (ganhos) e perdas atuariais (*).

(*) Perda atuarial é decorrente de flutuação nos investimentos que compõe a carteira de ativos da CBS.

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090



SIDERURGIA



MINERAÇÃO



CIMENTO



LOGÍSTICA



ENERGIA

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Abertura dos ganhos ou perdas atuarial, requerida com base no item 141 do CPC 33(R1):

Table showing actuarial gains/losses for 31/12/2014 and 31/12/2013, including categories like demographic changes, experience adjustments, and sensitivity analysis for salary growth and mortality.

O histórico de ganhos e perdas atuariais é como segue:

Table showing the historical actuarial gains and losses for 31/12/2014 and 31/12/2013, detailing present value of obligations and surplus/deficit.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Table detailing actuarial assumptions for 31/12/2014 and 31/12/2013, including discount rates, inflation, salary increases, and mortality tables.

As premissas referente a tábua de mortalidade são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos do empregado que se aposenta aos 65 anos, dados:

Table showing life expectancy at age 65 for current participants and those aged 40, broken down by gender and plan type.

Alocação dos ativos do plano:

Table showing asset allocation for 31/12/2014 and 31/12/2013, categorized by variable income, fixed income, and other assets.

Os ativos aplicados em renda variável estão investidos, principalmente, em ações da CSN. Ativos em renda fixa são compostos principalmente de debêntures, Certificados de Depósito Interbancário ("CDI") e Notas do Tesouro Nacional ("NTN-B").

Os bens imóveis referem-se a edifícios avaliados por uma empresa especializada de avaliação de ativos. Não existem ativos em uso pela CSN e suas subsidiárias.

Para os planos de benefício definido a despesa em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 763 (R\$ 740 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano misto de benefício complementar, que possui componentes de contribuição definida, a despesa em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 31.053 (R\$ 31.542 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano de contribuição definida CBSPrev Namisa, a despesa em 2014 foi de R\$ 1.637 (R\$ 1.427 em 31 de dezembro de 2013).

Para o plano de contribuição definido CBSPrev, a despesa em 2014 foi de R\$ 1.959.

25.d) Contribuições esperadas Não há contribuições esperadas que serão pagas para os planos de benefícios definidos em 2015.

Para o plano misto de benefício complementar, que possui componentes de contribuição definida, as contribuições esperadas de R\$ 31.451 serão pagas em 2015.

25.e) Análise de sensibilidade A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas, para os planos de pensão em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada abaixo:

Sensitivity analysis table for 31/12/2014, showing the impact of changes in discount rate, salary growth, and inflation on the present value of obligations.

26. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia possui responsabilidade por garantias fiduciárias junto às suas controladas e controladas em conjunto, como apresentado a seguir:

Table showing financial guarantees and loans for 31/12/2014 and 31/12/2013, including details on currency, maturity, and execution.

27. COMPROMISSOS

27.a) Contratos "take-or-pay"

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possuía contratos de "take-or-pay", conforme demonstrado no quadro abaixo:

Table showing 'take-or-pay' contracts for 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, and after 2018, detailing the nature of the service and payment amounts.

continua...



Companhia Siderúrgica Nacional

SIDERURGIA

MINERAÇÃO

CIMENTO

LOGÍSTICA

ENERGIA

CNPJ: 33.042.730/0001-04
NIRE: 35300396090

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27.b) Contratos de concessão

Os pagamentos mínimos futuros referente a concessões governamentais, em 31 de dezembro de 2014, vencem conforme demonstrado na tabela abaixo:

| Empresa | Concessão | Natureza do serviço | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Após 2018 | Total |
|--|-----------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
| MRS | | Concessão de 30 anos renováveis por mais 30 anos, prestando serviços de transporte ferroviário de minério de ferro das minas de Casa de Pedra em Minas Gerais, coque e carvão do Porto de Itaguaí no Rio de Janeiro para Volta Redonda, transporte das exportações para os Portos de Itaguaí e Rio de Janeiro e escoamento de material acabado para mercado interno. | 90.697 | 90.697 | 90.697 | 90.697 | 658.345 | 1.021.133 |
| FTL (Ferrovia Transnordestina Logística) | | Concessão de 30 anos concedida em 31 de dezembro de 1997, renovável por mais 30 anos, para desenvolvimento de serviço público de exploração do sistema ferroviário do nordeste do Brasil. O sistema ferroviário do nordeste abrange 4.238 km de malha ferroviária e opera no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte. | 7.636 | 7.636 | 7.636 | 7.636 | 64.273 | 94.817 |
| TECAR | | Concessão para operar a TECAR, um terminal de granéis sólidos, um dos quatro terminais que formam o Porto de Itaguaí, localizado no Rio de Janeiro, por um período a vencer em 2022 e renovável por mais 25 anos. | 263.858 | 263.858 | 263.858 | 263.858 | 1.055.432 | 2.110.864 |
| TECON | | Concessão de 25 anos iniciada em julho de 2001, renovável por mais 25 anos, para operar o terminal de contêiner no Porto de Itaguaí. | 25.965 | 25.965 | 25.965 | 25.965 | 181.758 | 285.618 |
| | | | 388.156 | 388.156 | 388.156 | 388.156 | 1.959.808 | 3.512.432 |

27.c) Projetos e outros compromissos

Siderurgia - Aços planos e longos

A CSN pretende produzir 500.000 toneladas a.a. de produtos de aços longos, projetando-se 400.000 ton/ano de vergalhão e 100.000 ton/ano de fio-máquina. As instalações utilizarão sucata e gusa como principais matérias-primas.

Projeto de minério de ferro

O plano de expansão projeta produzir 89 Mtpa de produtos de minério de ferro e capacidade portuária de 84 Mtpa no TECAR. Em uma primeira fase, a CSN projeta produzir até 66 Mtpa de minério de ferro e investe na expansão da capacidade do porto marítimo em Itaguaí, ou TECAR, para um patamar de 60 Mtpa. As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR.

As importações de carvão e coque são feitas por meio do terminal TECAR cujo prazo do contrato de concessão é de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Na extinção da concessão, retornarão à CDRJ (Companhia Docas do Rio de Janeiro) todos os direitos e privilégios transferidos à CSN, junto com os bens de posse da CSN e aqueles resultantes de investimentos por esta efetivados em bens arrendados, declarados reversíveis pela CDRJ por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido. Os bens declarados reversíveis serão indenizados pela CDRJ pelo valor residual do seu custo, depois de deduzidas as depreciações/amortizações.

Projeto Transnordestina

O Projeto Transnordestina inclui 1.728 km adicionais de malha ferroviária de última geração de grande calibragem. O projeto apresenta-se com evolução de 45% o qual está previsto para ser concluído em 2017. A Companhia espera que os investimentos permitam à Transnordestina Logística S.A. aumentar o transporte de vários produtos, como minério de ferro, pedra calcária, soja, algodão, cana-de-açúcar, fertilizantes, petróleo e combustíveis. Concessionária detentora do Projeto Transnordestina, detém a concessão até o prazo máximo de 2057, podendo ser encerrado antes desse prazo caso o concessionário atinja o retorno mínimo acordado com o Governo. A Transnordestina obteve certas autorizações ambientais exigidas, adquiriu partes de equipamentos e serviços e a implementação está avançada em certas regiões.

As fontes de financiamento do projeto são: (i) financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste/FNE e BNDES, (ii) debêntures de emissão do FDNE, (iii) contratos de uso da Via Permanente e (iv) participação em capital da CSN e acionistas públicos. O investimento aprovado para a obra é de R\$ 7.542.000, sendo que o saldo de recursos a desembolsar será atualizado pelo IPCA a partir da data base abril de 2012. Caso sejam necessários recursos adicionais, serão viabilizados pela CSN e/ou terceiros por intermédio da celebração de Contratos de Uso da Via Permanente.

O projeto encontra-se em processo de readequação orçamentária, estando em fase de análise pelos órgãos responsáveis, onde estima-se um novo valor de orçamento composto da seguinte forma: Missão Velha - Salgueiro montante de R\$ 0,4 bilhão, Salgueiro - Trindade montante de R\$ 0,7 bilhão, Trindade - Eliseu Martins montante de R\$ 2,4 bilhões, Missão Velha - Porto de Pecém montante de R\$ 3 bilhões, Salgueiro - Porto de Suape montante de R\$ 4,7 bilhões.

A Companhia garante 100% dos financiamentos obtidos pela TLSA junto ao Banco do Nordeste/FNE e ao BNDES, bem como 50,97% das debêntures de emissão do FDNE (considera 48,47% de garantia corporativa, 1,25% de carta fiança para o BNB e 1,25% de garantia corporativa para o BNB). Nos termos do regulamento do FDNE aprovado pelo Decreto Federal nº 6.952/2009, bem como do Acordo de Investimentos firmado com os acionistas/ financiadores públicos, 50% das debêntures deverão ser convertidas em aumento de capital da TLSA.

Expansão Cimentos Sudeste

Em adição à produção atual de aproximadamente 2,4 Mtpa na Unidade Presidente Vargas no Rio de Janeiro, a CSN planeja uma expansão da operação de cimentos para 5,4 Mtpa, sendo que esse volume adicional de 3 Mtpa será obtido através da instalação de um planta integrada com moinho de cimentos e forno de clínquer, no Estado de Minas Gerais, onde a empresa já opera um forno de clínquer utilizando calcário de mina própria. A empresa avista oportunidades de crescimento em outras regiões.

Contratos de longo prazo com Namisa

A Companhia celebrou contratos de longo prazo com a Namisa, para prestação de serviços de operação portuária e fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) da mina Casa de Pedra, conforme descrito a seguir:

i. Contrato de serviço de operação portuária

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato para a prestação de serviços portuários para a Namisa, por prazo de 34 anos, que consiste em receber, manusear, estocar e embarcar minério de ferro da Namisa em volumes anuais que variam de 18,0 a 39,0 milhões de toneladas. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 5,3 bilhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos serviços a serem prestados sob este contrato. O valor desses serviços portuários é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

ii. ROM de alta sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de alta sílica para a Namisa, por prazo de 30 anos, em volumes que variam de 42,0 a 54,0 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 1,6 bilhão como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

iii. ROM de baixa sílica

Em 30 de dezembro de 2008, a CSN celebrou contrato de fornecimento de minério de ferro bruto (ROM) de baixa sílica para a Namisa, por prazo de 35 anos, em volumes que variam de 2,8 a 5,04 milhões de toneladas ao ano. A CSN recebeu aproximadamente R\$ 424 milhões como antecipação de parte dos pagamentos devidos pelos fornecimentos a serem feitos sob este contrato. O valor do fornecimento é revisado trimestralmente e ajustado, considerando as mudanças no preço de mercado do minério de ferro.

28. SEGUROS

Visando a adequada mitigação dos riscos e face à natureza de suas operações, a Companhia e suas Controladas contrataram vários tipos diferentes de apólice de seguros. As apólices são contratadas em linha com a política de Gestão de Riscos e são similares aos seguros contratados por outras empresas do mesmo ramo de atuação da CSN e suas controladas.

As coberturas destas apólices incluem: Transporte Nacional, Transporte Internacional, Responsabilidade Civil Transportador, Seguro de Vida e Acidentes Pessoais, Saúde, Frota de Veículos, D&O (Seguro de Responsabilidade Civil Administradores), Responsabilidade Civil Geral, Riscos de Engenharia, Riscos Diversos, Crédito a Exportação, Seguro Garantia e Responsabilidade Civil Operador Portuário. Em 2014, após negociação com seguradoras e resseguradores no Brasil e no exterior, foi emitida apólice de Seguro para contratação de apólice de Risco Operacional de Danos Materiais e Lucros Cessantes, com vigência de 30 de setembro de 2014 a 30 de Setembro de 2015. Nos termos da apólice, o Limite Máximo de Indenização é de US\$ 600 milhões e cobre as seguintes unidades e controladas da Companhia: Usina Presidente Vargas, Mineração Casa de Pedra, CSN Paraná, Terminal de cargas Tecar, Terminal Tecon, Namisa, CSN Handel e Namisa Handel. A CSN se responsabiliza pela primeira faixa de retenção de US\$ 375 milhões em excesso às franquias de danos materiais e lucros cessantes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta as informações adicionais sobre transações relacionadas à demonstração dos fluxos de caixa:

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|-------------|------------|--------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | 98.040 | 45.388 | 20.470 | |
| Adição ao imobilizado com capitalização de juros | 165.789 | 490.747 | 165.789 | 309.073 |
| Redução de capital sem efeito caixa | | 153.305 | | |
| Aquisição de prejuízo fiscal e base negativa de controladas | | | | 297.450 |
| Capitalização em controlada de empréstimo concedido | 263.829 | 689.440 | 186.259 | 152.927 |
| | | | | 759.450 |

30. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

| | Consolidado | | Controladora | |
|---|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| (Prejuízo)/Lucro líquido do exercício | (112.267) | 533.994 | (105.218) | 509.025 |
| Outros Resultados abrangentes | | | | |
| Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado | | | | |
| Ganhos atuariais de plano de benefício definido reflexo de investimentos em subsidiárias | 2.221 | | 2.243 | 74 |
| (Perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido IR e CS sobre (perdas)/ganhos atuariais de plano de benefício definido | (95.175) | 97.478 | (95.208) | 97.366 |
| Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado | | | | |
| Ajustes acumulados de conversão do período | 28.227 | 218.927 | 28.227 | 218.927 |
| Ativos disponíveis para venda | (971.808) | 66.793 | (971.251) | 310.910 |
| IR e CS sobre ativos disponíveis para venda | 330.415 | (22.709) | 330.225 | (105.709) |
| Ativos disponíveis para venda reflexo de investimentos em controladas | | | 3.347 | (161.117) |
| Impairment de ativos disponíveis para venda | 205.000 | 5.002 | 199.372 | 5.002 |
| IR e CS sobre Impairment de ativos disponíveis para venda | (69.700) | (1.701) | (67.786) | (1.701) |
| (Perda)/Ganho na variação percentual de investimentos | (73.754) | | (73.754) | |
| (Perda)/Ganho Hedge de fluxo de caixa | (120.633) | | (120.633) | |
| IR e CS sobre (Perda)/Ganho Hedge de fluxo de caixa | 41.015 | | 41.015 | |
| | (631.238) | 266.312 | (631.238) | 266.312 |
| | (691.832) | 330.648 | (691.832) | 330.648 |
| | (804.099) | 864.642 | (797.050) | 839.673 |
| Resultado Abrangente Total do Exercício | | | | |
| Atribuível à: | | | | |
| Participação dos acionistas controladores | (797.050) | 839.673 | (797.050) | 839.673 |
| Participação dos acionistas não controladores | (7.049) | 24.969 | | |
| | (804.099) | 864.642 | (797.050) | 839.673 |

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Debêntures**
- Oitava emissão**

Em janeiro de 2015, a Companhia emitiu 10.000 debêntures, em série única, quirográficas e não conversíveis, ao valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 100.000, com juros remuneratórios de 113,70% a.a. do CDI Cetip, com vencimento final em janeiro de 2022, com opção de resgate antecipado.

Aquisição facultativa parcial da sexta emissão

Em janeiro de 2015, a Companhia realizou aquisições facultativas de debêntures da 1ª série de sua Sexta Emissão, totalizando a aquisição facultativa de 60.000 de debêntures, pelo seu valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios acumulados, desde a última data de pagamento de juros até a data da respectiva aquisição facultativa. As debêntures objeto da aquisição facultativa permanecem em tesouraria.

| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | DIRETORIA | COMITÊ DE AUDITORIA |
|---|--|--|
| BENJAMIN STEINBRUCH Presidente | BENJAMIN STEINBRUCH Diretor Presidente | FERNANDO PERRONE ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA YOSHIAKI NAKANO |
| Conselheiros | ENÉAS GARCIA DINIZ Diretor Executivo | CONTADORES |
| ANTÔNIO FRANCISCO DOS SANTOS FERNANDO PERRONE YOSHIAKI NAKANO ANTONIO BERNARDO VIEIRA MAIA LUIS FELIX CARDAMONE NETO | LUIS FERNANDO BARBOSA MARTINEZ Diretor Executivo | ROGERIO LEME BORGES DOS SANTOS Diretor de Controladoria Contador - CRC 1SP174860/O-2 JOÃO LAURIANO BERNARDO Gerente de Contabilidade Geral Contador - CRC 1SP123598/O-0 |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Companhia Siderúrgica Nacional
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Siderúrgica Nacional em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de março de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Roberto Wagner Promezino
Contador
CRC nº 1 SP 088438/O-9



www.csn.com.br